



*Willame de Oliveira Ribeiro*

*Ordem e Desordem do Território Turístico:  
a chegada do estranho e os conflitos de  
territorialidades na Orla Oeste de Mosqueiro,  
Belém/PA*

**BELEM-PARÁ**

**2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**WILLAME DE OLIVEIRA RIBEIRO**

**ORDEM E DESORDEM DO TERRITÓRIO TURÍSTICO:  
A CHEGADA DO ESTRANHO E OS CONFLITOS DE  
TERRITORIALIDADES NA ORLA OESTE DE MOSQUEIRO, BELÉM/PA**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da Universidade Federal do  
Pará**

**BELÉM-PARÁ**

**2007**

CAPA:

*Orla de Mosqueiro.* Fotografia de Maria Goretti Tavares, Geógrafa, paraense, dedicada ao Ensino e à Pesquisa. Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Pará e Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tamanho: 837 x 543. 21/08/2003.

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

**(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)**

---

**Ribeiro, Willame de Oliveira**

Ordem e desordem do território turístico: a chegada do estranho e os conflitos de territorialidades na orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA. / Willame de Oliveira Ribeiro; orientadora, Maria Goretti da Costa Tavares. - Belém, 2007

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2007.

1. Turismo e planejamento urbano - Mosqueiro, Ilha do (PA). 2. Turismo - Mosqueiro, Ilha do (PA). 3. Mosqueiro, Ilha do (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 338.4791098115

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Dissertação de Mestrado intitulada “Ordem e desordem do território turístico: a chegada do estranho e os conflitos de territorialidades na orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA”, de autoria do mestrando Willame de Oliveira Ribeiro, submetida à aprovação da banca examinadora constituída pelos seguintes professores:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Goretti da Costa Tavares – DEGEO/UFPA - ORIENTADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janete M. Gentil Coimbra de Oliveira – DEGEO/UFPA**

---

**Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA**

**BELÉM-PA  
2007**

[...] mais do que um bom bronzeado  
nós queremos estar do seu lado  
estamos entrando sem olho nem creme  
precisando a gente se espreme  
trazendo a farofa e a galinha  
levando também a vitrolinha  
separa um lugar nessa areia  
nós vamos chacoalhar a sua veia

*Nós vamos invadir sua praia – Ultraje a rigor*

Quem quer manter a ordem?  
Quem quer criar desordem?  
É seu dever manter a ordem  
É seu dever de cidadão  
Mas o que é criar desordem,  
Quem é que diz o que é ou não?

*Desordem - Titãs*

O presente trabalho é dedicado à  
memória da minha querida  
Tia Janete

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, essa força misteriosa que nos ilumina;

A meus pais pelo apoio e liberdade dispensados às minhas escolhas e investidas e pela compreensão diante da minha ausência;

A minha tia Maria do Carmo por todo carinho e apoio;

A meu irmão, por estar sempre junto a meus pais e amenizar minha ausência;

A minha querida “vovó Mundóca”, que entre seus tantos netos nunca se esquece deste, seja em momentos de alegria ou de dificuldades;

A minhas valiosas tias, por todo apoio e carinho;

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Goretti da Costa Tavares, pela competência e serenidade com que desenvolve seu trabalho, pela confiança em seus orientandos e pela liberdade que proporciona aos mesmos na elaboração de seus trabalhos;

Ao Prof. Eduardo Brandão, pelas valiosas contribuições durante a pesquisa;

Aos professores Saint-Clair Trindade, Janete Coimbra, Graça Silva e Silvio Figueiredo pelas recomendações e críticas;

Aos alunos do mestrado em geografia da turma 2005 especialmente aqueles que participaram da disciplina “Turismo e Organização do Espaço”: Hugo, Álvaro, Alex;

A CAPES pelo financiamento da pesquisa;

A todos que contribuíram de alguma forma à realização desse trabalho.



## **RESUMO**

A Ilha de Mosqueiro, localizada ao norte da sede municipal de Belém, consiste no principal espaço turístico para a população belenense e num tradicional espaço do turismo de segunda-residência, principalmente as praias de sua orla oeste. Diante da realidade construída neste espaço a partir do aumento da acessibilidade e da conseqüente intensificação e diversificação das práticas turísticas, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o conflito entre as territorialidades constituídas pelas práticas turísticas de segunda residência e excursionista nas praias da orla oeste de Mosqueiro e seus reflexos no reordenamento territorial dessa localidade. Para viabilizar o alcance desse objetivo foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais, entrevistas com gestores e especialistas ligados à questão e entrevistas com turistas de segunda residência e excursionistas. Os resultados da pesquisa demonstram que a dinâmica de ordem/desordem do território turístico da orla oeste de Mosqueiro é fruto do conflito de territorialidades entre as práticas turísticas com vistas ao maior controle do espaço e à implementação de um ordenamento territorial mais adequado à natureza de sua respectiva prática. Os discursos adquirem grande importância na manifestação desse conflito, especialmente no que se refere aos turistas de segunda residência, que evidenciam forte intencionalidade nas ações. Os principais reordenamentos territoriais inerentes a esse conflito se materializam por meio de três planos principais: a territorialização da prática turística excursionista na orla oeste de Mosqueiro; a desterritorialização da prática turística de segunda residência; e o rearranjo territorial da prática turística de segunda residência.

### LISTA DE FOTOS

Fotos 01 e 02	Antigos chalés na orla oeste de Mosqueiro	13
Foto 03:	Trapiche da Vila	14
Foto 04	Praça da Vila de Mosqueiro	14
Foto 05	Perspectiva aérea da Ponte Sebastião de Oliveira	18
Foto 06	Perspectiva lateral da Ponte Sebastião de Oliveira	18
Foto 07	Trecho da praia do Murubira e do Porto Arthur em que as segundas residências estão junto à areia da praia	35
Foto 08	Trecho da orla oeste, que a exemplo da maior parte da sua extensão, apresenta as segundas residências separadas da areia da praia pela Avenida Beira Mar e pelas calçadas	35
Foto 09	Segunda residência do início do século XX na orla oeste de Mosqueiro	38
Foto 10	Segunda residência na Praia do Murubira, expressão de uma arquitetura recente e de um alto poder aquisitivo	38
Foto 11	Palco de shows montado na praia do Farol durante o mês de julho	67
Foto 12	Perspectiva da orla da praia do Farol, onde podem ser percebidas a pista de cooper, a ciclovia, barracas de praia e uma vegetação densa em comparação às outras praias	67
Foto 13	Centro de Informação Turística na praia do Chapéu Virado	68
Foto 14	Mesas e cadeiras colocadas junto à Praia do Murubira pelos bares e restaurantes	68
Foto 15	Perspectiva das praias da orla oeste fora dos períodos de férias e feriados prolongados	76
Foto 16	Perspectiva das praias da orla oeste de Mosqueiro durante o mês de julho, férias escolares	76
Foto 17	Trio elétrico na orla oeste de Mosqueiro	82
Foto 18	Perspectiva da praia do Farol durante o dia em um final de semana de julho	96
Foto 19	Perspectiva da orla do Chapéu virado à noite durante as comemorações da passagem do ano de 2006 para 2007	96
Foto 20	Perspectiva da praia do Porto Arthur	99
Foto 21	Casa de shows na praia do Farol	99
Foto 22 e 23	Casas de segunda residência com placas de venda na orla oeste de Mosqueiro	101
Foto 24	Perspectiva da praia do Paraíso	105
Foto 25	Orla da praia do Paraíso após a realização de obras de infra-estrutura	105
Foto 26	Perspectiva aérea de imóvel de segunda residência na orla oeste	106
Foto 27	Casas de segunda residência na orla oeste de Mosqueiro que demonstram a tendência à elevação dos muros desses imóveis	107
Foto 28 e 29	Concentração de pessoas, principalmente turistas excursionistas, no bairro de São Braz, na sede de Belém, aguardando em fila a oportunidade de ir a Mosqueiro pagando tarifa urbana	111

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01	Fatores que levam os turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro entrevistados a optarem por este espaço turístico.	42
Gráfico 02	Fatores que levam os turistas excursionistas da orla oeste de Mosqueiro entrevistados a optarem por este espaço turístico.	54
Gráfico 03	Tipo de relação entre turistas excursionistas e turistas de segunda residência de acordo com os integrantes dessas práticas entrevistados na orla oeste de Mosqueiro.	87
Gráfico 04	Incidência dos turistas excursionistas nas praias da orla oeste de Mosqueiro, entre o eixo Murubira e Farol.	98
Gráfico 05	Tempo de segunda residência dos turistas da orla oeste de Mosqueiro entrevistados.	102

### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 01	Localização da Ilha de Mosqueiro na região metropolitana de Belém-PA	10
Mapa 02	Localização das Praias da Orla Oeste na Ilha de Mosqueiro/Belém-PA	33

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01	Idade, renda familiar mensal e grau de instrução dos turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro entrevistados.	40
Quadro 02	Período e duração da estadia dos turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro entrevistados.	44
Quadro 03	Idade, renda familiar mensal e grau de instrução dos turistas excursionistas entrevistados na orla oeste de Mosqueiro	49
Quadro 04	Período de estadia e tempo de frequência dos turistas excursionistas entrevistados na orla oeste de Mosqueiro	51
Quadro 05	Objetos geográficos do eixo Murubira - Farol na orla oeste de Mosqueiro diretamente relacionados às territorialidades turísticas excursionista e de segunda residência	66
Quadro 06	Principais fatores negativos da orla oeste percebidos pelos turistas de segunda residência como atrelados aos fluxos turísticos excursionistas.	80

## SUMÁRIO

<b>Considerações Iniciais</b>	<b>01</b>
<b>1. Turismo: a manifestação na Ilha de Mosqueiro e a contribuição da Ciência Geográfica</b>	<b>08</b>
1.1. A construção do espaço turístico de Mosqueiro: da <i>béle-époque</i> a densificação das redes de infra-estrutura	08
1.2. Surgimento e expansão do fenômeno turístico	20
1.3. O conceito de Turismo: entre o Pragmatismo e a Cientificidade	22
1.4. A Praia como objeto de uma abordagem geográfica do fenômeno turístico	27
<b>2. As práticas turísticas no espaço das praias da orla oeste de Mosqueiro</b>	<b>33</b>
2.1. O espaço turístico das praias da orla oeste de Mosqueiro	33
2.2. As práticas turísticas de segunda residência na orla oeste de Mosqueiro	37
2.3. As práticas turísticas excursionistas na orla oeste de Mosqueiro	45
<b>3. O conflito entre as territorialidades turísticas excursionista e de segunda residência e a dinâmica de ordem/desordem da orla oeste de Mosqueiro</b>	<b>55</b>
3.1. Os territórios das práticas turísticas: elementos norteadores	55
3.2. Os objetos geográficos da orla oeste e as territorialidades turísticas	61
3.3. Olhar romântico e olhar coletivo, “bucólicos” e “farofeiros”: construções simbólicas das práticas turísticas	69
3.4. A chegada do estranho e a ordem/desordem do território turístico das praias da orla oeste de Mosqueiro	77
<b>4. Os reordenamentos territoriais da orla oeste de Mosqueiro e as estratégias de controle territorial atreladas à prática de segunda residência</b>	<b>92</b>
4.1. Práticas turísticas e reordenamentos territoriais na orla oeste	92
4.1.1. A territorialização da prática turística excursionista na orla oeste de Mosqueiro	93
4.1.2. A desterritorialização da prática turística de segunda residência	100
4.1.3. O rearranjo territorial da prática turística de segunda residência	103
4.2. A pretensa criação do município de Mosqueiro e a extinção da tarifa de transporte urbano Mosqueiro – sede de Belém – Mosqueiro como estratégias de controle territorial	108
4.3. Os rebatimentos do conflito entre as territorialidades turísticas sobre o espaço público das praias da orla oeste de Mosqueiro	113
<b>Considerações Finais</b>	<b>117</b>
<b>Referências</b>	

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O turismo, na visão de Knafou (1999, p. 71), é uma atividade multiforme que evoca a um só tempo uma atividade humana e social atualmente fundamental. A sua expansão na Ilha de Mosqueiro, distrito do município de Belém, capital do Estado do Pará, deu seqüência ao modelo europeu de seus fundadores e acompanhou o desdobramento dos fluxos mundiais de viagens pautados no turismo de praia. Dessa forma, as praias da Ilha se formataram como o principal atrativo à prática turística de segunda residência constituída por grupos sociais abastados da sede do município de Belém e materializada na Ilha a partir do final do século XIX e início do século XX com o estabelecimento das casas de segunda residência ao longo das praias da orla oeste e de uma pequena infra-estrutura como trapiches e algumas casas comerciais (MEIRA FILHO, 1978).

Os turistas de segunda residência juntamente com os poderes sociais e econômicos locais formatados a partir do turismo e diretamente atrelados à citada prática foram os principais sujeitos na implementação de ações destinadas a uma maior acessibilidade e circulação interna e externa à Ilha de Mosqueiro, com destaque à construção da rodovia Augusto Meira Filho e da Ponte Sebastião de Oliveira, nas décadas de 1960 e 1970, que promovem a ligação terrestre entre a ilha e o continente. Entretanto, as facilidades de acesso resultaram no fortalecimento da incidência de outras práticas turísticas, como a excursionista, que passaram a estabelecer uma relação conflituosa com a prática turística pioneira.

Essa nova realidade do espaço turístico de Mosqueiro, evidenciado mais claramente em sua orla oeste, toma uma forma mais concreta a partir da década de 1990, primeiramente com a intensificação da realização de eventos movidos por trios elétricos, as micaretas, e depois com a implementação [pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em 1999] da tarifa de transporte urbano, que reduziu o preço da passagem à Ilha propiciando uma maior acessibilidade da população belenense de baixa renda, sob a forma de fluxos turísticos excursionistas, às praias mosqueirenses, principalmente, àquelas de sua orla oeste provocando, como indica Souza (1997c), a desordem do ambiente turístico preexistente e engendrando, como demonstra Bauman (1998), a construção social do “estranho”.

O espaço da praia pode ser conceituado, tomando por base os postulados de Santos (1999), como um conjunto indissociável de sistemas de objetos, tanto “naturais” quanto culturais, e de sistemas de ações, fortemente ligados à atividade turística, sejam inerentes aos próprios fluxos turísticos, sejam representados pelos agentes locais interessados no seu desempenho econômico. O estabelecimento do controle sobre este espaço por parte de práticas turísticas configura o que Knafou (1999) denomina de território turístico, desse modo, as praias da orla oeste de Mosqueiro conformavam-se num território das práticas de segunda residência até a intensificação dos fluxos turísticos excursionistas, que acabaram por desordenar o território preexistente criando, assim, os conflitos de territorialidades.

A delimitação de uma nova territorialidade às praias de Mosqueiro demarca para a ordem vigente, a privilegiada elite de segunda residência, a chegada do estranho - personificação da desordem. Segundo Bauman (1998, p. 27), o estranho constitui-se em “[...] pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético [...]” de uma dada ordem, sendo elemento chave na construção da dinâmica de ordem e desordem, construída, como afirmam Souza (1996, 1997c) e Bauman (1998), em uma esfera de relatividade entre sujeito e objeto. Em Mosqueiro essa relatividade da ordem e da desordem configurou-se num conflito de territorialidades, isto é, entre estratégias de estabelecimento e/ou manutenção de domínio e controle sobre um determinado espaço (GOMES, 2002), evidenciado com maior ênfase nas praias de sua orla oeste, especialmente no eixo longitudinal que vai da praia do Murubira a praia do Farol, área de estudo do presente trabalho.

Sendo assim, a eleição da orla oeste de Mosqueiro e, mais especificamente, as praias do Murubira, Porto Arthur, Chapéu Virado e Farol, como área de estudo da presente pesquisa se deve ao fato desse espaço apresentar de forma mais intensa e clara o conflito entre as territorialidades turísticas excursionista e de segunda residência, uma vez sendo o espaço em Mosqueiro que dispõe da maior concentração desses turistas devido à canalização dos fluxos rodoviários e à concentração dos objetos geográficos como bares, restaurantes, casas de show, calçadas à beira mar, etc. Além disso, a antiguidade do uso turístico da orla oeste, primeiro espaço em Mosqueiro a desenvolver essa prática, ainda no

período em que somente existia o transporte fluvial, que tornava o oeste da Ilha mais próximo e acessível; criou uma forte tradição do turismo de segunda residência, contribuindo, também, para a concentração de turistas nessa orla.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa está problematizada a partir das seguintes questões: Qual a natureza das territorialidades turísticas de segunda residência e excursionista nas praias da orla oeste de Mosqueiro? Quais os elementos mobilizados à estruturação de seus territórios? Qual a percepção dos agentes sociais dessas duas territorialidades sobre as suas práticas e sobre a alteridade? Quais os principais elementos estruturantes do conflito de territorialidades e da dinâmica de ordem e desordem? Quais os reordenamentos territoriais às praias da orla mosqueirense decorrentes do conflito entre as duas territorialidades turísticas observadas?

A análise da materialização desse conflito de territorialidades na orla oeste torna-se de essencial importância à compreensão dos atuais reordenamentos territoriais na Ilha de Mosqueiro e dos processos e organizações sociais daí decorrentes, desde os deslocamentos dos fluxos turísticos até seus rebatimentos no ordenamento e na gestão do território. Mais que isso, essa análise contribui a compreensão de conflitos sociais inerentes à sociedade do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999) que para Bauman (1998) tem se ordenado pelo sonho da pureza, do belo e do estético, ideais condicionantes da criação do “outro”, do “diferente”, do “estranho”.

Além disso, entende-se que este estudo apresenta um caráter singular no âmbito dos debates da geografia do turismo no Brasil, não só por se enveredar em uma trajetória distinta de outros trabalhos, mas por trazer para esse campo um embate entre territorialidades móveis, flutuantes (SOUZA, 1995). Em outras palavras, conflitos estabelecidos não entre a população local e os turistas, mas entre práticas turísticas distintas. Por fim, considera-se que esta pesquisa contribui para um diálogo entre variados campos do conhecimento humano, como o geográfico, o sociológico, o político, o econômico, o popular etc., bem como, proporciona subsídios aos gestores e planejadores do turismo em Mosqueiro.

A opção da pesquisa em concentrar a análise no conflito entre as territorialidades turísticas excursionista e de segunda residência diz respeito à necessidade de promover um

recorte metodológico, não significando a consideração da existência de apenas essas duas territorialidades na orla oeste de Mosqueiro, já que este espaço demonstra grande riqueza e multiplicidade de usos e apropriações, contando com a impressão de variadas e distintas territorialidades, tanto aquelas inerentes às práticas turísticas quanto aquelas condizentes com as práticas econômicas e de lazer dos grupos sociais locais, que representam a configuração de também significativos conflitos de territorialidades.

Diante disso, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o conflito entre as territorialidades constituídas pelas práticas turísticas de segunda residência e excursionista nas praias da orla oeste de Mosqueiro e seus reflexos no reordenamento territorial dessa localidade. Visando o melhor desenvolvimento desse objetivo geral têm-se os seguintes objetivos específicos: identificar e analisar a natureza das territorialidades das práticas turísticas de segunda residência e excursionista nas praias da orla oeste de Mosqueiro e os elementos mobilizados à estruturação de seus territórios; detectar e analisar a percepção dos agentes sociais dessas duas territorialidades sobre as suas práticas e sobre a alteridade; explicitar os principais elementos estruturantes do conflito de territorialidades e da dinâmica de ordem e desordem; e analisar os reordenamentos territoriais às praias da orla mosqueirense decorrentes dos conflitos entre as duas territorialidades turísticas observadas.

Visando o alcance desses objetivos propostos a metodologia da pesquisa foi organizada a partir de etapas pré-determinadas, neste sentido, a princípio foi realizado:

- levantamento bibliográfico com a finalidade de aprofundar a fundamentação teórica sobre os principais conceitos inerentes à problemática desse trabalho como os de território, territorialidade, ordem e desordem e turismo.
- levantamento documental sobre a formação histórico-territorial de Mosqueiro, a intensidade e as características dos fluxos turísticos de segunda residência e excursionista, as formas de ocorrência dos conflitos entre as territorialidades turísticas.
- a coleta desses dados foi efetivada a partir de visitas a diversos órgãos e instituições tais como: Arquivo Público do Estado, Agência Distrital do Mosqueiro, Assembléia Legislativa do Pará, BELEMTUR - Companhia de Turismo de Belém, CTBEL- Companhia de Trânsito de Belém; CODEM – Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém, NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, PARATUR -



Órgão de Turismo do Pará, SEGEP - Secretaria Geral de Gestão e Planejamento de Belém, UFPA – Universidade Federal do Pará, etc.

Em seguida foram realizados:

- trabalhos de campo para coleta de dados através da observação dirigida, cuja realização se deu não só nos períodos de férias escolares (quando o fluxo de turistas é mais intenso), uma vez que se buscava o estabelecimento dos períodos de predominância de cada prática turística nas praias da orla oeste de Mosqueiro; e para contato com os sujeitos envolvidos na problemática desse trabalho;
- entrevistas semi-estruturadas com os gestores públicos da Ilha e com especialistas na área de planejamento turístico como: agente administrativo do distrito de Mosqueiro, técnicos da Belemtur, da Paratur, da SEGEP e, ainda, com corretores imobiliários que atuam na Ilha;
- uma primeira sistematização dos dados aferidos como forma de subsídio à elaboração de um roteiro de entrevistas (ver anexos), tendo em vista que o foco da análise é de caráter qualitativo, a ser aplicado aos turistas de segunda residência e um outro a ser aplicado aos turistas excursionistas.
- levantamento fotográfico, realizado principalmente durante o mês de julho de 2006, tendo por objetivo fornecer subsídios a uma interpretação mais apurada das informações impressas na paisagem, sendo esta entendida a partir de Santos (1991, p. 61) enquanto “o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc”.
- durante o mês de julho de 2006 foram realizadas 30 entrevistas com turistas excursionistas nas praias do Farol, Chapéu Virado, Porto Arthur e Murubira, que compõem o trecho mais freqüentado da orla oeste de Mosqueiro e, portanto, onde o conflito de territorialidades se apresenta de forma mais evidente. No que se refere aos turistas de segunda residência foram realizadas 20 entrevistas com aqueles instalados nas adjacências (ou seja, localizados na Avenida Beira-Mar) das praias citadas anteriormente.

O número maior de entrevistas realizadas com turistas excursionistas se deve a maior diversidade social inerente a essa prática e a sua quantidade muito mais expressiva

que o contingente de turistas de segunda residência da área estudada. Cabe ainda destacar que a pesquisa evidencia um caráter qualitativo, não tendo por objetivo a quantificação de dados. Sendo assim, os gráficos e quadros não possuem qualquer respaldo estatístico, consistindo apenas numa forma de organizar os dados qualitativos obtidos através da técnica da entrevista, uma vez que a presente pesquisa, tendo esse viés qualitativo, perpassa por um aprofundamento “[...] no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2001).

Após a realização das entrevistas (julho de 2006) deu-se a análise e a posterior sistematização dos dados levando em consideração a concepção de ciência advogada por Morin (2005), na qual se recusa o conhecimento certo dando forma a uma ciência enquanto pro-cura da certeza: “Ora, hoje, a presença da dialógica da ordem e da desordem mostra que o conhecimento deve tentar negociar com a incerteza. Isso significa ao mesmo tempo que o objetivo do conhecimento não é descobrir o segredo do mundo ou a equação-chave, mas dialogar com o mundo” (OP. CIT., p. 205). O reconhecimento da dialógica ou da dialética entre ordem e desordem representa, no dizer desse autor, a recusa ao pensamento simples e a constituição de um olhar mais atento à complexidade da realidade social.

Os resultados da execução da metodologia exposta acima estão organizados em quatro capítulos: o primeiro intitulado “Turismo: a manifestação na Ilha de Mosqueiro e a contribuição da ciência geográfica” busca demonstrar a chegada e a expansão do turismo na Ilha de Mosqueiro e a interpretação dessa prática em nível teórico, tanto do ponto de vista da sua conceituação quanto do instrumental construído pela geografia; o segundo capítulo denominado “As práticas turísticas no espaço das praias da orla oeste de Mosqueiro” visa promover a delimitação da orla oeste de Mosqueiro, assim como, a caracterização das práticas turísticas excursionistas e de segunda residência.

No terceiro capítulo denominado “O conflito entre as territorialidades turísticas excursionista e de segunda residência e a dinâmica de ordem/desordem da orla oeste de Mosqueiro” são apresentadas as concepções de território e territorialidade e analisados os principais elementos que compõem o conflito de territorialidades através da configuração do estranho e da conseqüente dinâmica de ordem/desordem; por fim, no quarto capítulo denominado “Os reordenamentos territoriais da orla oeste de Mosqueiro e as estratégias de controle territorial atreladas à prática de segunda residência” são discutidas as principais

modificações no uso e apropriação da orla oeste resultantes do conflito de territorialidades, o movimento emancipacionista e a extinção da tarifa urbana sede de Belém – Mosqueiro – sede de Belém como estratégias de controle do território; e as repercussões dessa dinâmica nas praias da orla oeste enquanto espaço público.

## **I. TURISMO: A MANIFESTAÇÃO NA ILHA DE MOSQUEIRO E A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA**

O turismo, consistindo num fenômeno social de natureza complexa e de rebatimentos nas mais diversas esferas da vida social, tem alcançado uma crescente relevância no âmbito da sociedade atual, demandando, assim, o tratamento das diversas ciências dedicadas ao estudo das problemáticas de caráter social, entre as quais está a geografia, cujo papel seria o de compreender a dimensão espacial e territorial das práticas turísticas, tarefa essa dotada de grande complexidade, como pode ser demonstrado no estudo do turismo de praia. Partindo da convicção de que o amadurecimento das abordagens geográficas das práticas turísticas pressupõe a realização de pesquisas empíricas em espaços sob a influência do fenômeno em questão, considera-se que a compreensão da estruturação do espaço turístico de Mosqueiro, especialmente das praias da orla oeste, e da natureza das práticas materializadas neste local, contribuirá para o avanço e aprimoramento das análises geográficas do fenômeno turístico.

### **1.1A construção do espaço turístico de Mosqueiro: da *belle-époque* a densificação das redes de infra-estrutura**

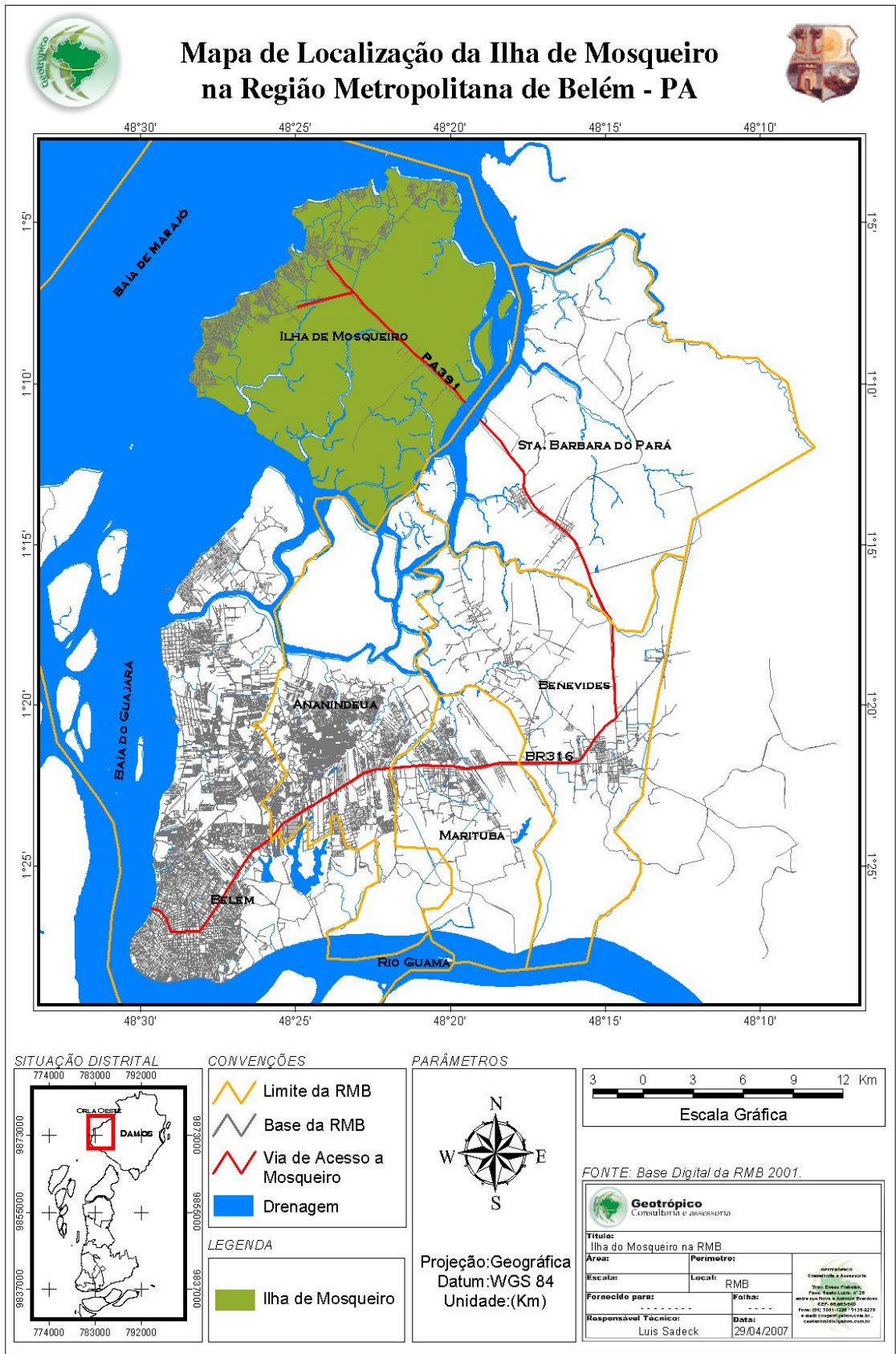
A Ilha de Mosqueiro integra o território do município de Belém, capital do Estado do Pará, desde o início do século XX, sob a condição de Distrito Administrativo, passando desde então a configurar-se como principal balneário da população belenense. Com extensão territorial de 17.000ha está localizada a 27 km da sede municipal por via fluvial e 77 Km por via terrestre (ver mapa da pág. 21). Apesar de tradicionalmente o Distrito de Mosqueiro, que se encontra separado do continente pelo Furo das Marinhas, ser identificado como uma Ilha, razão pela qual essa caracterização é utilizada no presente trabalho, hoje se sabe que os vários rios encontrados no centro da Ilha, como o Pratiqara e o Mari-Mari, contribuem para configurá-la enquanto arquipélago (ver mapa a seguir).

A anteriormente referida interligação terrestre (rodoviária) entre a sede municipal de Belém e o distrito de Mosqueiro se realiza somente ao perpassar os territórios de vários outros municípios da região metropolitana de Belém (Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara) sendo o único dos distritos que compõem o município de Belém a possuir tal singularidade (ver mapa da próxima página), no entanto, do ponto de vista político-administrativo Mosqueiro se apresenta na mesma condição que as demais áreas do município de Belém, uma vez que este se encontra desde 1994 em sua totalidade regionalizado em distritos, sendo inclusive os bairros de Mosqueiro reconhecidos como bairros belenenses.

O surgimento e o aprofundamento do turismo em Mosqueiro (cuja denominação deriva de uma antiga prática indígena de conservação de alimentos – o moqueio<sup>1</sup>) encontra-se diretamente relacionado aos 17 km de praias de areia branca estendidos da “Ponta do Bitar” na Vila à “Ponta da Fazenda” na Baía do Sol. Situada na costa oriental do rio Pará, entre as baías do Sol e de Santo Antônio, as praias da Ilha conformam-se enquanto praias de rio com ondas, o que acabou por conferir as mesmas, grande singularidade e notoriedade. O efetivo uso turístico de Mosqueiro irá se caracterizar entre o final do século XIX e início do século XX com a chegada a Belém de técnicos alemães, franceses, ingleses e americanos trazendo o hábito de procurar nos momentos de lazer, lugares belos e agradáveis próximos à cidade com vistas ao repouso semanal (MEIRA FILHO, 1978).

---

<sup>1</sup> A esse respeito ver Ribeiro (2005), Costa (2005), Meira Filho (1978) e Dantas e Brandão (2004).



A presença dos referidos técnicos em Belém está relacionada à implementação na cidade de um considerável número de obras demandantes de mão-de-obra estrangeira, como frutos da acumulação de capital proporcionada pelo “Ciclo da Borracha na Amazônia” e por sua concentração na capital paraense – a chamada *bélle-époque*. Nas palavras de Meira Filho (1978, p.45):

Na fase da *bélle-époque* paraense, Belém começava a receber com certa garantia e majestosidade, os serviços públicos que tanto carecia. Desde o governo Paes de Carvalho, seguido, após, pelo de Augusto Montenegro com Antonio José de Lemos na Intendência Municipal, nossa cidade se preparava para usufruir novos empreendimentos e da maior importância. As obras de eletricidade, e de transportes internos, contratados com os ingleses da “Pará Electric Railways Company”; a construção monumental do cais do Porto, também, pelos britânicos; o trabalho da companhia das águas do Grão-Pará [...].

A ingerência no espaço de Mosqueiro dos estrangeiros envolvidos nas obras de modernização da capital paraense consiste nos primórdios do uso turístico da Ilha e marca uma nova fase na sua ocupação, na qual se destaca a utilização como balneário, assim como os interesses comerciais e imobiliários. Um novo ordenamento do território passa a se materializar em Mosqueiro, o que foi acompanhado da implementação de grandes obras, seguindo a lógica de modernização estabelecida na sede municipal de Belém, desse modo, foram construídas na Ilha de Mosqueiro uma agência postal e do “telegrapho subfluvial da Amazon Telegrapho”; um grupo escolar, um ferro carril até a praia do Chapéu Virado, ao norte da Vila, que era iluminada à luz Electra; entre outras obras relevantes (BRAGA *apud* TAVARES, 2003).

Nos primórdios dessa nova realidade mosqueirense era mínima a presença de naturais da capital, estes, representados pela elite belenense, somente mais tarde passam a compor o fluxo de turistas que se deslocavam à Ilha dando um novo impulso à ocupação do local e consolidando a sua descoberta enquanto espaço de lazer:

Nos primeiros anos do século XX, os encantos da Ilha do Mosqueiro estavam reservados para os caboclos que lá viviam e para um pequeno número de famílias que elegeram seus recantos para passar momentos de

descanso e lazer. [...] As novidades eram muitas: primeiro foi o bonde puxado a burrinho; depois a Pata-Choca, que tinha força suficiente para puxar até quatro vagões; por último os ônibus. Ah! Não podemos esquecer das caminhonetes Ford do Raimundo Cruz e os carros dos Dantas Ribeiro e dos alemães. Eram uma beleza.

(DANTAS; BRANDÃO, 2004, pp. 46-47)

Ao contrário do ocorrido no processo de ocupação da Ilha de Mosqueiro anterior a chegada do século XX, quando esta se expandia da Baía do Sol, no norte, para o oeste; a nova fase de ocupação, movida pelas práticas turísticas, expande-se do oeste para o norte, tendo as praias como principal atrativo. Desencadeou-se no período um forte processo de apropriação privada do território de que trata Meira Filho (1978, p. 49) ao destacar a grande procura nessa época por “[...] sítios, ilhas, engenhos, lotes e terrenos dos mais diversos tamanhos e dimensões [...]”. A construção do espaço turístico de Mosqueiro estava plenamente atrelada aos interesses de indivíduos e grupos sociais da sede municipal de Belém, principalmente, representados por sua elite, o que acabou por criar as condições e os interesses necessários à incorporação da Ilha ao município de Belém (RIBEIRO, 2005).

Desse modo, Mosqueiro, que já havia estado na condição político-administrativa de Freguesia e de Vila, passa, com a entrada em vigor da Lei nº 753 de 26 de fevereiro de 1901, baixada pelo Governador Augusto Montenegro, a ser um distrito de Belém. Segundo Cardoso (2000, p. 78) essas alterações legais estão relacionadas “[...] a inauguração do processo de visitas constantes dos estrangeiros e da elite belenense à Ilha [...] imprimindo um caráter de valorização de suas terras [...]” e gerando, com isso, “[...] a preocupação do Estado em disciplinar e controlar o domínio das terras que assumiam nova valoração no contexto da *belle époque*, ou seja, a partir da função social emergente desse território [...]”.

A função social emergente no espaço mosqueirense de que trata a autora refere-se ao surgimento e à intensificação das práticas turísticas na Ilha, assim como aos reordenamentos espaciais resultantes. Entretanto, no âmbito do crescente fluxo que se dirigia a Mosqueiro em busca de lazer havia a predominância de uma prática mais específica - o turismo de segunda-residência, cujos objetos espaciais ligados a sua instalação aparecem com bastante evidência na paisagem local (ver fotos 01 e 02).





Fotos 01 e 02: Antigos chalés na orla oeste de Mosqueiro.

Foto 01: Tavares, 2005 / Foto 02: Costa 2007

Nesse sentido, um dos principais vetores na constituição do espaço turístico de Mosqueiro, que incorporava as praias do oeste da Ilha, consistiu na construção de grandes palacetes dotados de forte adequação às áreas de praia, os chalés, (fotos 01 e 02), sendo fundados ou inspirados em arquitetura européia, essas residências secundárias eram amplas e arejadas possuindo, em geral, uma elevação em relação ao solo que permitia amenizar a umidade, da mesma forma que os muros baixos permitiam uma maior interação com a praia. A construção desses chalés está atrelada ao contexto de riqueza e suntuosidade da *belle époque*, apresentando-se na atualidade enquanto rugosidades espaciais (SANTOS, 1996), ou seja, formas espaciais testemunhas de um momento anterior, porém ainda com grande importância na caracterização da orla oeste.

Além das residências secundárias um outro objeto espacial a elas atrelado, cuja relevância é marcante na caracterização da prática turística que se consolidava no início do século XX, tendo os estrangeiros instalados em Belém e a sua elite como sujeitos promotores, correspondia aos trapiches particulares construídos em frente às casas de veraneio, que possibilitavam, como destaca Meira Filho (1978), a atracação de lanchas e outras embarcações e facilitava, assim, a chegada dos veranistas às praias da Vila e, especialmente, a do Chapéu-Virado (praia mais valorizada e limite, durante certo tempo, da

expansão do turismo na Ilha de Mosqueiro), porém, como afirma o autor, a grande referência desses portos particulares nesse período consistiu no “Porto Arthur”, conferindo, inclusive, o nome a praia onde se localiza.

A existência e a relevância desses pequenos portos demonstram a sujeição estabelecida, desde os primórdios da constituição do espaço turístico de Mosqueiro até a década de 1960, em relação ao transporte fluvial, que determina o ponto inicial e o núcleo da expansão do novo ordenamento espacial – a Vila, onde está instalado o trapiche responsável pela chegada a Mosqueiro do grande fluxo de turistas vindos da sede do município de Belém (ver fotos 03 e 04).

O trapiche da Vila, retratado na foto 03, consistia na área de embarque e desembarque da linha fluvial que interligava a parte continental de Belém à Ilha de Mosqueiro, sendo caracterizado por intensa movimentação<sup>2</sup>, transformando, com isso, a Vila na porta de entrada do espaço turístico de Mosqueiro e sua praça matriz no centro da vida social mosqueirense, cujos traços arquitetônicos do período da *belle-époque* ainda hoje podem ser observados em diversos pontos de sua paisagem, a exemplo do coreto mostrado na foto 04.



Foto 03: Trapiche da Vila  
Foto: Tavares, 2003



Foto 04: Praça da Vila de Mosqueiro  
Foto: Costa, 2003

<sup>2</sup> Atualmente, diante da existência e da predominância do transporte rodoviária entre a sede de Belém e o distrito de Mosqueiro, assim como da pequena expressão da linha fluvial regular, o trapiche é usado apenas por alguns poucos barcos particulares.

Desse modo, segundo Meira Filho (1978), as primeiras praias de Mosqueiro incorporadas ao uso turístico foram exatamente as da Vila, praias do Areião, do Bispo e Grande, em seguida a Prainha do Farol, o Chapéu-Virado (que abrangia nessa época a atual praia do Farol); e mais tarde, o Porto-Arthur, depois o “Murubira” e, em seguida, o “Ariramba”, estabelecendo, como relata o autor, a primeira fase de expansão do turismo na Ilha. A segunda fase dessa apropriação turística está ligada à busca de locais menos frequentados, tranquilos e com maior predominância dos aspectos naturais, nesse sentido, são incorporadas as praias do Marahu, do Paraíso e do Caruara, chegando até a Baía do Sol, localizada no norte de Mosqueiro. Nas palavras de Meira Filho (OP. CIT., p. 50):

A evolução da conquista do Mosqueiro como balneário deu-se de forma interessante. Conforme o avanço da população de Belém em busca de novas praias pelo litoral da Ilha, todo ele servido das águas da Baía de Marajó, descobertas novas surgiam. Interesses comerciais e imobiliários contribuíram para esse fato. Inicialmente, da Vila, onde reinavam a praia do “Areião”, do “Bispo” e “Grande”, chegar-se-ia a prainha do “Farol” e a esta praia se alongando no correr do Chapéu-Virado, cuja encosta com ela se confunde. Desta última [...] o povo alcançaria o “Porto-Arthur”, depois “Murubira” e em seguida o “Ariramba”. Esta seria a primeira fase da penetração litorânea. Só mais tarde interessados no isolamento total encontrariam às praias do “Marahu”, do “Paraíso” e do “Caruara” após a linda região intermediária que representa a praia de “São Francisco”. Esse seguimento viria a ser a Segunda fase da evolução do Mosqueiro de oeste para leste, pelo litoral. Recentemente, muita gente se destina a lugares mais distantes em relação à Vila. Procuram a Baía do Sol, com seus recantos admiráveis, ainda virgens, que constituem as praias da “Conceição” (praia grande), do Paissandú e, na povoação propriamente dita, a do “Bacuri” e a da “Fazenda”.

A intensificação dos fluxos em direção a Mosqueiro a partir do início do século XX imprimiu um novo sistema de objetos (SANTOS, 1999) no território mosqueirense e no espaço da circulação entre a sede da capital paraense e a Ilha. Neste sentido, foram instalados, principalmente na Vila, como demonstra Meira Filho (1978), “[...] a delegacia de polícia, a sede da Agência Municipal, os Correios, e algumas lojas de comércio a varejo para atender à população nativa e flutuante que passara a crescer, oriunda de Belém”. (p. 46). Outros objetos condicionantes da reestruturação que se processava dizem respeito aos hotéis, cuja função se voltava ao crescente número de pessoas que pretendiam passar mais de um dia na Ilha sem possuírem segunda residência; e ao “bondinho”, que ligava a Vila ao

Chapéu-Virado, facilitando, dessa forma, o deslocamento dos turistas à praia mais valorizada. De acordo com o relato de Meira Filho (OP. CIT.) “[...] esse serviço começou à tração animal. Mais tarde, passou a ser a vapor. Uma pequena locomotiva se encarregava de levar quatro ou cinco vagões, aos domingos e feriados, repletos de passageiros”. Como enfatizam Dantas e Brandão (2004, pp. 47-48), “[...] as novidades eram muitas [...]” e boa parte delas estava relacionada às melhorias na circulação interna e externa à Ilha (interligação com a sede de Belém), porém não se restringiam a esse setor: “[...] Na Vila tinha o cinema Guajarino. Passava filmes que faziam o maior sucesso na Ilha e no mundo inteiro [...]” (OP. CIT.).

No que se refere à circulação entre a sede municipal e a Ilha de Mosqueiro, os objetos que condicionaram os primórdios da construção do espaço turístico estavam relacionados ao transporte marítimo, cuja frequência e modernização tentavam acompanhar a intensificação do fluxo turístico, assim, o primeiro barco a vapor a fazer a linha sede de Belém-Mosqueiro, denominado “Gaivota”, foi substituído pelos navios “Mosqueiro” e “Soure”, pertencentes a particulares até a transferência da responsabilidade pelo transporte de passageiros e de cargas, dessa linha, para o Serviço de Navegação do Estado, realizada pelo navio “Almirante Alexandrino”, que percorreu esse trajeto por quase meio século (MEIRA FILHO, 1978; DANTAS e BRANDÃO, 2004). O número de viagens realizadas também sofreu modificações de acordo com a intensificação da demanda: das duas viagens realizadas por mês a uma viagem diária e mais três extras nos finais de semana, como descreve Meira Filho (1978, p. 55):

De início, esse transporte se fazia duas vezes por mês pelos barcos da antiga “Port-Of-Pará”, modificado, depois, para três vezes por semana e, mais tarde, uma viagem diária de ida e volta, Belém-Mosqueiro. [...] Aos sábados havia viagem extra às 14 horas e, aos domingos, duas vezes: 7 e 11 horas para veranistas que se destinassem ao Chapéu-Virado, retornando a Belém, ao cair da tarde. [...] Dessa época, ficou a memória dos amantes da Ilha do Mosqueiro, a presença do navio “Almirante Alexandrino” [...].

Até meados da década de 1960, na vigência do transporte fluvial, as modernizações materializadas no espaço mosqueirense ao atenderem os interesses de expansão e aprofundamento das práticas turísticas, se circunscreviam ao oeste da Ilha, não tendo

grande rebatimento na zona habitacional destinada ao nativo, localizado cada vez mais distante da orla, “[...] fixando roças e sítios, no interior ainda virgem da floresta [...]” (MEIRA FILHO, 1978, p. 74). As praias ao leste do Carananduba, chegando a Baía do Sol, da mesma forma, apresentavam-se desprovidas de infra-estruturas determinando a quase inexistência de casas de veraneio. Desse modo, a organização espacial vigente, moldada pelas ações ligadas ao uso turístico, demarcava uma forte diferenciação entre o oeste da Ilha, das praias da Vila até aproximadamente a praia do Ariramba; e o restante da Ilha, incorporado precariamente ou sem qualquer aproveitamento turístico.

Essa organização do espaço da Ilha de Mosqueiro passa a ser redefinida a partir de 1965 com a conclusão das obras (iniciadas em 1951) de construção da Rodovia, denominada Augusto Meira em homenagem ao seu idealizador, que promovia a ligação terrestre entre a Ilha de Mosqueiro e a parte continental da região metropolitana de Belém. A construção da rodovia resultou na modificação do espaço de entrada dos fluxos e no sentido da expansão dos usos turísticos, que a partir de então seguem do leste para o oeste da Ilha, constituindo, inclusive, uma nova rede interna de rodovias, cuja acessibilidade alcançava o Sururijuquara e a Baía do Sol, rompendo, assim, o estado de quase isolamento do nordeste mosqueirense em relação ao circuito turístico do oeste e à sede da capital.

Porém, como destaca Meira Filho (1978), o objetivo de facilitar o acesso à Ilha, caótico pela não ampliação e não aparelhamento da rede de circulação fluvial, não havia sido plenamente alcançado, uma vez que a interligação entre a Ilha e o continente não era plenamente rodoviária, mas rodo-fluvial, com travessia do Furo das Marinhas através de balsa, o que em 1967 já demonstrava sinais de esgotamento por não suportar a elevada e crescente demanda de veículos. Passou-se, então, a construção da ponte sobre o Furo das Marinhas (ver fotos 05 e 06), inaugurada em janeiro de 1976 com 1.457,35 m de comprimento era, segundo Meira Filho (1978, pp. 421-422), “[...] a obra do século dotar a Ilha balneária do progresso que há tanto tempo desejava e merecia [...]”, progresso também ressaltado por Amanajás (1976, p. 11):

O progresso invadiu a ilha: instalaram-se serviços de água encanada, luz elétrica [...] dois bons hotéis, serviço telefônico [...] no lugar do velho mercado da praça Cipriano Santos, construiu-se um moderno e higiênico estabelecimento desse gênero; construiu-se uma rodovia e uma nova sub-prefeitura; asfaltaram-se várias ruas; construiu-se um hospital-

maternidade [...] vários grupos escolares primários espalhados pela ilha, [...] indústrias de artefato de borrachas e óleos, praças de esporte, fábricas de móveis, serrarias, olarias, bares, boates, restaurantes, pequenos hotéis, padarias, mercearias, coletoria estadual, delegacia de polícia.



Foto 05: Perspectiva aérea da Ponte  
Sebastião de Oliveira  
Foto: Brandão, 2005

Foto 06: Perspectiva lateral da Ponte  
Sebastião de Oliveira  
Foto: Tavares, 2005

A modernização do espaço mosqueirense alardeada por Amanajás (1976) tem como grande fator impulsionador o estabelecimento da interligação rodoviária com o continente, concretizada de forma definitiva por meio da construção da Ponte Sebastião de Oliveira sobre o Furo das Marinhas, retratada nas fotos 05 e 06. A localização da assim constituída interligação rodoviária consiste em motivo de grandes discussões até a atualidade, pois se disseminou a argumentação de que a rodovia somente teria sido construída naquele espaço (sudeste da Ilha) por interesses elitistas locais na valorização das terras subjacentes, uma vez sendo mais coerente a interligação pelo sudoeste, que diminuiria sensivelmente o trajeto entre a sede de Belém e o oeste de Mosqueiro, área de destino da maior parte dos fluxos.

Em contraposição a essa visão, Meira Filho (1978) tece argumentos e apresenta documentos visando demonstrar a inexistência dos interesses elitistas e a justificativa técnica da localização da rodovia e da ponte, relatando que o sudoeste de Mosqueiro apresenta longas áreas de várzea e as águas mais profundas o que elevaria o custo das obras, inviabilizando a construção dos referidos objetos nesse local.

Apesar da reorganização espacial e da modernização imputada a Mosqueiro pela ligação rodoviária as obras de infra-estrutura permaneceram concentradas no oeste da Ilha, com a instalação da avenida Beira-Mar, de cais de arrimo, passarelas, jardins, pistas largas, entre outras; enquanto o restante do espaço mosqueirense se manteve desprovido ou precariamente recoberto pelas mesmas. Todavia, apesar da composição da malha rodoviária e da conseqüente fluidez do espaço mosqueirense atender a demanda dos grupos elitistas locais e da prática turística de segunda residência, predominante na Ilha, paulatinamente passaram a se fortalecer fluxos turísticos cujas características e formas de atuação contrariavam os interesses dos sujeitos ligados à implantação do novo sistema de objetos.

Neste contexto, especial destaque merece as práticas turísticas excursionistas (a serem conceituadas mais adiante, juntamente com as práticas de segunda residência), principalmente, quando estas passam a ser compostas mais fortemente pela população de baixa renda da sede municipal de Belém. Os fluxos turísticos excursionistas se fazem presentes em Mosqueiro desde os primórdios da construção do seu espaço turístico, contudo sem clara contradição aos interesses sociais hegemônicos localmente, o que passa a se evidenciar com a intensificação e as mudanças na composição social desses fluxos à medida que se promovem os adicionamentos de fluidez ao espaço da Ilha.

O turismo, desde a sua emergência em Mosqueiro, tem provocado rápidas e profundas transformações nas diversas esferas da vida social local, ratificando a sua complexidade e diversidade de intervenções; principalmente no espaço onde se encontra mais forte e claramente materializado, as praias da orla oeste. A exemplo do oeste de Mosqueiro, as praias se apresentam na atualidade como relevantes objetos no estudo do fenômeno turístico e de sua dimensão geográfica, uma vez sendo um dos principais destinos dos fluxos turísticos mundiais e possuindo uma clara dimensão espacial/territorial.

A dimensão espacial pode ser verificada na indispensabilidade dos objetos naturais e artificiais para sua existência, enquanto que a territorial, dotada de grande complexidade, aparece materializada num emaranhado de práticas sociais, como as inerentes à população local, à prestação dos serviços turísticos e, principalmente, às diversas naturezas assumidas pelas práticas propriamente turísticas. No entanto, antes de proceder a essa análise na orla oeste de Mosqueiro, faz-se indispensável um tratamento mais amplo do surgimento e da



conceituação do turismo, uma vez que a realidade empírica em questão não está a margem dos processos ocorridos em escalas mais abrangentes.

## 1.2 Surgimento e expansão do fenômeno turístico

A realização de viagens com vistas ao lazer já existia, como destaca Urry (1996), antes da emergência das sociedades modernas, no entanto, quase sempre se conformando enquanto um privilégio das elites: “Na Roma Imperial, por exemplo, existia para a elite um padrão bastante amplo de viagens voltadas para o prazer e para a cultura” (OP. CIT., p. 19). De acordo com Andrade (1995) o turismo de praia possui os melhores registros de antiguidade, pois “[...] ainda hoje, existem alguns mosaicos romanos anteriores à era cristã com desenhos de pessoas em trajés sumários, brincando e jogando bola numa praia” (p. 64). Apesar dessa prática está muito mais relacionada aos nobres e aos abastados homens públicos, para os quais Roma possuía balneários de grande requinte, Andrade (OP. CIT.) reconhece a existência, em menor escala, de balneários com menos ostentação à disposição da população em geral.

Contudo, a disseminação e o fortalecimento do turismo se apresentam de forma indissociável da emergência da modernidade e de todas as transformações por ela acarretadas, possuindo, desse modo, uma estruturação progressiva que pode ser esclarecida a partir do estabelecimento de alguns marcos. O primeiro deles é representado pela realização de viagens por filhos de aristocratas nos séculos XV, XVI e XVII com a finalidade de complementar os estudos, o denominado *Grand-tour*. Outro marco se refere à primeira viagem organizada, ocorrida no século XIX, mais precisamente no ano de 1841, quando Thomas Cook organizou uma viagem ferroviária entre as cidades de Leicester e Loughbotough na Inglaterra para participar de um congresso sobre alcoolismo (LAGE; MILONE, 1991), sendo este o momento da introdução de importantes inovações na prática turística, como a operadora, o guia, a reserva de hotéis e o roteiro turístico.

O advento da modernidade, segundo Figueiredo (1999, p. 88), trás consigo dois elementos cujas repercussões vão se dar de forma direta e evidente sobre o turismo nascente, possuindo, assim, relevância marcante na conformação do fenômeno turístico da



forma como se apresenta na atualidade. O primeiro elemento consiste no grandioso avanço técnico ocorrido, principalmente, a partir do século XIX (inovações ligadas à invenção da máquina a vapor), com repercussões em campos como dos transportes e das comunicações, facilitando enormemente os deslocamentos entre regiões e países; o segundo diz respeito à mudança de mentalidade acarretada pelos tempos modernos, o que ocasiona a conversão da viagem, que antes era considerada um fardo, uma prática realizada apenas diante de extrema necessidade, em uma prática prazerosa, uma forma de se buscar a felicidade. Essa drástica mudança de mentalidade é muito bem ilustrada por Corbin (1989) ao retratar as metamorfoses ocorridas no imaginário ocidental referentes ao modo de ver o espaço da praia, que passa da repulsão a admiração por volta dos séculos XVIII e XIX:

A época clássica, com raras exceções, ignora o encanto das praias de mar, a emoção do banhista que enfrenta as ondas, os prazeres da vilegiatura marítima. Uma capa de imagens repulsivas impede a emergência do desejo de beira-mar. A cegueira e o horror integram-se em um sistema global de apreciação das paisagens naturais, dos fenômenos meteorológicos e das impressões cenestésicas cuja configuração se esboça pouco a pouco a partir da renascença. Compreender a gênese das leituras e das práticas novas da paisagem litorânea que opera por volta de 1750, implica perceber previamente a coerência do feixe de representações que funda a repulsa. (OP.CIT., p. 11)

Outro ponto que não pode deixar de ser ressaltado diz respeito a inegável associação entre a emergência das práticas turísticas e o surgimento e consolidação da sociedade capitalista, tanto no que se refere às citadas mudanças de mentalidade e aprimoramento tecnológico, quanto no que concerne à estruturação da indústria e seus respectivos rebatimentos no mundo trabalho. Neste sentido, conforme Ouriques (2005), durante a primeira metade do século XIX se estabeleceram vários mecanismos com o objetivo de desarticular as formas populares de lazer (como as reuniões de fim de semana) estando esse fato ligado à busca de disciplinarização do ócio dos trabalhadores pela classe burguesa, alcançado mediante o aumento do tempo de trabalho, a redução dos feriados e festividades, e a inserção de modificações no uso do espaço público, como a rua.

Paralelamente, no século XIX, dava-se a expansão do turismo, que se apresentava fortemente vinculado aos detentores de alto poder aquisitivo, pois muito vinculado as

inovações como a estrada de ferro, o barco a vapor e a rapidez das comunicações postais, mas já existiam, segundo Hobsbawm (2000), além do que denomina turismo e viagens de verão para a burguesia, pequenas excursões mecanizadas para as massas em alguns países da Europa, como reflexo da criação do fim de semana em substituição à Santa Segunda.

Já no século XX as conquistas das classes trabalhadoras no sentido do abrandamento das condições de trabalho constituídas no século XIX vão resultar, de acordo com Rodrigues (1997), numa grandiosa aceleração dos fluxos turísticos. As melhorias estavam imersas no advento do chamado Estado do bem-estar social, que se estruturou nos Estados Unidos e na Europa durante a década de 1930, quando os movimentos de classes trabalhadoras conquistaram um tempo livre subsequentemente cada vez maior e, por conseguinte, férias remuneradas e salários fixos. Esse tempo “ocioso” passou a ser ocupado por meio da ampliação do acesso dos trabalhadores a atividade de lazer, cultura e turismo.

Neste momento, surgem as agências de viagem dando forma ao denominado turismo de massa, cuja vinculação era principalmente com a promoção das praias como espaços turísticos.

A busca por preencher o tempo “ocioso” através das opções de viagem das agências é reforçada com o aumento gradativo da renda familiar proporcionada pelo engajamento do sexo feminino no mercado de trabalho e pela sua “emancipação via revolução sexual” que o tornou mais independente e livre para viajar. Outros fatores como a elevação considerável do padrão de vida das sociedades no âmbito global, expressando-se também pela maior longevidade etária; e a melhor formação intelectual, o que permitiu maior integração entre os povos e o aumento da curiosidade de conhecer outras culturas; contribuíram decisivamente ao despertar de interesse pela viagem e pelo turismo (RODRIGUES, 1997).

### **1.3 O conceito de turismo: entre o pragmatismo e a cientificidade**

Apesar da relevância alcançada anteriormente pelo turismo é após a segunda guerra mundial e, mais precisamente, a partir da década de 1960 que este adquire o significado e a dimensão apresentados na atualidade, com importância primordial nos fluxos econômicos mundiais e envolvendo milhões de pessoas, despertando, com grande ênfase, a partir de

então, o interesse científico. No entanto, este interesse vem acompanhado de uma grande confusão conceitual, que pode, em grande medida, ser demonstrada através das considerações do turismo ora como atividade econômica ora como uma prática social.

A importância econômica adquirida pelo fenômeno turístico é responsável por importantes teorizações em torno deste enquanto uma atividade produtiva criando, inclusive, a necessidade de organizações formais a nível internacional como a OMT – Organização Mundial do Turismo, porém estas concepções acabam por promover uma grande restrição da real dimensão do turismo, que, nas palavras de Figueiredo (1999, p. 95), “[...] é hoje muito mais do que uma atividade econômica, é, sim, um fenômeno social [...]”, no qual a economia é apenas uma das dimensões envolvidas da realidade social, havendo muitas outras, como a cultural, a espacial e a política. Rodrigues (1999, p. 18) após questionar-se sobre o que seria o turismo além de um fluxo de pessoas e de uma atividade econômica, afirma que este consiste num complexo fenômeno “[...] designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, organizador e consumidor de espaços – uma ‘indústria’, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços”.

Apesar da amplitude dessa concepção a mesma autora, em outra obra, considera como elementos do espaço turístico: oferta turística, demanda, serviços, transportes, infraestrutura, poder de decisão e informação, sistema de promoção e comercialização (RODRIGUES, 1997), estruturando uma visão do fenômeno turístico fortemente moldada por uma postura economicista e reducionista. Essa contradição é expressa em obras de diversos autores que se dedicam à temática do turismo na atualidade ao ressaltarem a necessidade de compreensão do turismo enquanto uma prática ou um fenômeno social, mas procedendo em análises relativas apenas a aspectos de ordem econômica.

Rodrigues (1998, p. 86) expressa a ênfase da proposta de Françoise Perron, no Workshop Paris-98, a respeito da necessidade de se abordar “[...] o fenômeno do turismo como uma prática social, uma vez que incide em todos os setores da vida coletiva – nas instituições, nas empresas, nas mentalidades, na identidade, e até no ideário coletivo”. De acordo com Knafou (1999) apesar de existirem outras fontes de turistificação dos lugares e

dos espaços, como o mercado e os planejadores e promotores territoriais, são os turistas que estão na origem do turismo, representando estes a primeira fonte de turistificação, “[...] não são pois produtos que estão na origem desse processo, mas sim práticas” (p. 70).

A formatação de um entendimento conceitual do turismo que leve em conta sua real amplitude enquanto fenômeno social e sua impossibilidade de restrição a um único campo científico é dificultada pelo imperativo de abordagens de forte conteúdo pragmático, cujos efeitos econômicos nos núcleos receptores (e não o interesse teórico e metodológico na apreensão do fenômeno) constituem seu fim. Segundo Knafou (OP. CIT., p. 69) o domínio da pesquisa no campo do turismo por interesses econômicos concorre para:

[...] ver neste fenômeno somente sua face mercante e governada pela empresa turística (viajeiras, operadores de turismo, transportadora hoteleiros, donos de restaurantes etc.). Isto se traduz, em muitas pesquisas sobre o turismo, no acento colocado sobre os fluxos econômicos (as pousadas, as saídas, as recaídas econômicas, diretas e indiretas etc.) e sobre a hospedagem. Certamente, todas essas coisas são interessantes, mesmo indispensáveis, mas não resumem uma reflexão sobre o fenômeno e a natureza ainda mal conhecida do que seja o turismo. Certos estudos chegam mesmo a ignorar completamente os turistas e suas práticas.

É neste sentido que a Organização Mundial do Turismo (OMT) entende o turismo como um conjunto de atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e permanências em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo, inferior a um ano, com fins de ócio, negócio e outros (OMT, 1998). Essa viagem não pode, da mesma forma, ter uma duração inferior a vinte e quatro horas, pois o elemento pernoite, assim estabelecido, possui uma importância primordial do ponto de vista econômico, já que a sua existência justifica a instalação de equipamentos como hotéis, pensões e pousadas.

Desse modo, evidencia-se o comprometimento dos postulados da OMT e dos autores ligados a essa forma de abordar o turismo com o estabelecimento de parâmetros e estatísticas relacionadas a questões de demanda, de mercado, enfim, atreladas à promoção econômica do turismo, sendo assim, a utilização desses conceitos demonstram-se inadequados quando os objetivos da pesquisa voltam-se a compreensão científica do

fenômeno em suas diversas dimensões, incluindo, por exemplo, questões referentes à subjetividade dos indivíduos, como as interações entre culturas diversas, as trocas de experiências entre os diferentes, a realização de sonhos e a busca de emoções fortes. Visando abarcar toda essa amplitude exposta pelo fenômeno turístico De La Torre (1994) constrói a seguinte conceituação:

O turismo é um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Esse amplo conceito tem o mérito de abranger grande parte das inter-relações criadas pelo turismo (faltando, todavia, a importância devida à dimensão espacial), de não ter como preocupação central a mensuração e a quantificação, não estabelecendo, portanto, limites rígidos de tempo e deslocamento; e de considerar o turismo como um fenômeno de caráter humano, pois, como ressalta Moesch (2000), são os homens que se deslocam e não as mercadorias.

Urry (1996, pp. 17-18) em sua abordagem do turismo enfatiza a variação do olhar do turista, tanto numa perspectiva histórica quanto sociológica, o que impõe dificuldades a uma definição única, no entanto, segundo o autor, “[...] existem algumas características mínimas das práticas sociais que, por uma questão de conveniência, são descritas como ‘turismo’[...]”, cuja relevância estariam na fundamentação de análises posteriores mais sensíveis. Essas características seriam: a conformação do turismo enquanto uma atividade de lazer em oposição a um trabalho regulamentado; deslocamento das pessoas através do espaço (viagem) e um período de permanência em um outro lugar (fora dos lugares de residência e trabalho); motivações não diretamente ligadas ao trabalho remunerado; expectativas, através de devaneios e fantasias, em relação a prazeres intensos; olhar direcionado a aspectos da paisagem do campo ou da cidade que o separe da experiência cotidiana; olhar construído através de signos.

Figueiredo (1999) considera dispensável a fixação de uma distância mínima entre a residência e a destinação, assim como, um tempo mínimo de permanência do turista, com vistas à caracterização da prática, uma vez que esta se diferenciaria de deslocamentos como a migração, por ser dotada de uma intenção de retorno, por envolver um grande número de agentes e, principalmente, pela auto-significação do turista. A ocorrência do fenômeno turístico pressuporia, assim, quatro constantes:

Primeiramente, o deslocamento espacial – sem deslocamento não há viagem e, por conseguinte, não há turismo; depois, a intencionalidade de retorno, pois se a intenção for fixar residência, não caracteriza o turismo; temos ainda o desencadeamento de relações e operações econômicas e sociais, ou seja, a organização da viagem e seus efeitos (diferenciando-o de um simples deslocamento diário ao trabalho, por exemplo); e, por fim, as diferentes motivações para esse comportamento, mas que tem o lazer como essência. (OP. CIT., p. 96)

Dessa forma, considera-se que elementos como o deslocamento no espaço (a viagem) resultando na saída do espaço cotidiano, do lugar; a intenção de retorno e a prática do lazer como finalidade são elementos essenciais numa conceituação de turismo. O estabelecimento desses parâmetros gerais se coloca como requisitos à compreensão da natureza do fenômeno turístico, no entanto, ao se proceder numa delimitação quantitativa do tempo de estadia e do deslocamento no espaço, da forma como é defendida pela OMT e por abordagens afins, passa-se a considerar como não turísticos fluxos que possuem todas as características citadas, como o excursionismo, não considerado por muitos uma prática turística por ser realizado em menos de vinte e quatro horas.

No mesmo sentido, a definição de uma determinada distância a ser percorrida como condição à configuração da prática turística se apresenta bastante problemática, assim como a constatação de que um sujeito não pode fazer turismo no seu próprio município, pois a prática turística se caracteriza pela saída do espaço cotidiano, do lugar, que, de acordo com Tuan (1980), se conforma como um espaço dotado de valor, um mundo de significados, no mesmo sentido Souza (1997a, p. 29) considera que “[...] um *lugar* não se distingue de outros apenas por suas particularidades objetivas, que podem até não ser significativas, mas por ser vivenciado [...] por um grupo específico”. Essa saída desse espaço de vivência, do

lugar (que não possui uma delimitação precisa e passível de mensuração) pode ser considerada uma condição à ocorrência da prática turística, já que esta tem como uma de suas principais características a fuga da realidade vivida diariamente e a busca pelo diferente.

#### **1.4 A praia como objeto de uma abordagem geográfica do fenômeno turístico**

As práticas turísticas, assim conceituadas, possuem uma natureza extremamente complexa, sendo caracterizadas por rebatimentos nas mais diversas esferas da realidade social dos espaços envolvidos por sua dinâmica, desse modo, a sua compreensão não pode ser alcançada a partir dos esforços de um único ramo do conhecimento. Neste ínterim, Moesch (2000) destaca que sendo o turismo um fenômeno cujo epicentro é de caráter humano interessa as diversas ciências dedicadas ao objeto sociedade: “[...] interessa à economia, à sociologia por seus aspectos sociais, à geografia por seu conteúdo espacial, à psicologia pelo comportamento individual, social e de grupo do turista e pela investigação motivacional que lhe é complexa” (pp. 12-13).

Tendo em vista essa natureza interdisciplinar do fenômeno turístico e a tendência cada vez mais forte de rompimento dos limites rígidos entre as ciências sociais, e até mesmo entre essas e as ciências naturais, Rodrigues (1998, p. 76) afirma não ter sentido “[...] defender os estudos do fenômeno do turismo em geografia sob o rótulo de *geografia do turismo* [...]”. Sendo assim, o desafio colocado à geografia consiste muito mais na constituição de uma abordagem geográfica que contribua à compreensão do turismo enquanto fenômeno social, que na construção de mais um campo disciplinar rigidamente delimitado. A importância dessa perspectiva geográfica pode ser confirmada ao se analisar o espaço da praia sob a ação das práticas turísticas e os rebatimentos territoriais dessa inter-relação.

A grande atração de fluxos turísticos exercida pela praia na atualidade condiciona-se a atribuição a esta de características positivas, no entanto, esta visão desse espaço se estabeleceu apenas muito recentemente. Até por volta do final do século XVIII imperava

uma imagem repulsiva em relação ao mar e a praia, fundamentada, em grande parte, nos postulados dos textos bíblicos, como expõe Corbin (1989, p. 11), “[...] os relatos da criação e do dilúvio tingem-se de traços específicos do imaginário coletivo. O gênese impõe a visão do ‘Grande Abismo’, lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência [...]”.

No Jardim do Éden para todos os efeitos não existia mar, que em sua incompreensível extensão era em si terrível. Além disso, era bastante arraigada a idéia do litoral como receptáculo dos excrementos do mar; “[...] é ao longo da praia que este se expurga e expele seus monstros” (OP. CIT., p. 23). Segundo Corbin “o oceano caótico, avesso desordenado do mundo, morada dos monstros, agitado por poderes demoníacos, apresenta-se como uma das figuras insistentes da desrazão; a violência imprevisível de suas tempestades hibernais atesta sua demência” (OP. CIT. p. 17).

Estas imagens repulsivas em relação ao mar e às praias antecedem a materialização do desejo por esses espaços e esta conversão não se dá de forma abrupta, desde o século XVII podem ser notados os indícios da conformação da nova visão, concorrendo para isso os avanços na oceanografia e o enfraquecimento da imagem de satã na mentalidade ocidental. Neste período ocorre a desconstrução da imagem do “[...] Deus terrível, liberador das cataratas do céu, para a do Soberano tranquilizador, que soube encadear o oceano e lhe impor limites” (CORBIN, 1989, p. 37), no entanto, é entre o final do século XVIII e o início do século XIX que o imaginário coletivo do desejo em relação à praia e ao mar vão se configurar.

É então que as margens do oceano surgirão como a alternativa aos males da civilização [...] Lá se manifestam as sublimes belezas do oceano setentrional e o patético de suas tempestades. Lá, melhor do que em qualquer lugar, o indivíduo pode desde então confrontar-se com os elementos, deliciar-se com o clamor da água, ou sua transparência.(OP. CIT, p. 65)

Após a superação da imagem repulsiva da praia um outro uso se instalou no século XVIII como antecedente do amplo uso para o lazer, consistia no uso do mar para fins medicinais. De acordo com Urry (1996) os banhos eram realizados com grande intensidade no inverno, já que o objetivo era a obtenção dos benefícios que as propriedades medicinais do mar poderiam ocasionar, sendo assim, esse banho era caracterizado basicamente pela



imersão e não pela prática de nadar. No século XIX o uso da praia para fins de lazer torna-se cada vez mais forte, inicialmente se restringia, em grande medida, aos grupos elitistas, detentores de maiores recursos financeiros para a prática da viagem, porém, na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da viagem de massa por trem, e, posteriormente, já no século XX, com o automóvel e o trem, a prática do lazer nas praias, o turismo, foi ganhando um alcance cada vez mais amplo na sociedade.

No Brasil, o processo de valorização das praias se deu de forma bastante semelhante ao ocorrido no restante do mundo, principalmente na Europa, entretanto, contando com um certo atraso, pois, segundo Gomes (2002, p. 218), “por volta do século XIX, as temperaturas altas, a maresia e a proximidade às praias ainda eram vistas, em geral, como características negativas”. Contudo, a partir do início do século XX essa imagem da praia começou a ser reordenada sob a inspiração dos balneários franceses: “recomendado pelos médicos, esse espaço também passou a ser visto como uma área de lazer, de práticas esportivas e saudáveis ou simplesmente como possibilidade de um contato direto com a natureza” (OP. CIT., p. 219).

A partir da década de 1950 ocorreu uma grande intensificação das viagens turísticas destinadas ao uso da praia, dando concretude a chamada massificação do modelo sol e praia, que tinha, segundo Leony (1997, p. 53), como os seus mais significativos representantes as praias de Punta del Leste, na Argentina, e as praias da costa dos Estados Unidos. É exatamente essa intensificação das práticas turísticas e os reflexos da sua ocorrência que justificam o crescente interesse científico com relação ao fenômeno turístico, especialmente, o turismo de praia. Interessada nas repercussões espaciais advindas do processo de criação de espaços turísticos e nas estratégias de controle territorial imersas nessa dinâmica, a geografia é uma das ciências que passa com grande força a se preocupar com questões relativas ao turismo.

De acordo com Santos (1999) o espaço consiste em um conjunto de sistemas de objetos cada vez mais artificiais, dinamizados por sistemas de ações igualmente artificiais, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. Cabe ressaltar que os sistemas de objetos e os sistemas de ações só podem ser compreendidos se não forem considerados isoladamente, ou seja, só podem ser apreendidos se considerados enquanto formadores de uma totalidade, o espaço, já que vivem em uma interação constante, onde os

sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes, conferindo a partir dessa interação a dinamicidade característica do espaço.

Com base nesse postulado o espaço da praia pode ser definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos, tanto “naturais” (água, areia, vegetação) quanto culturais (calçadas, praças, estacionamentos, bares, casas de veraneio, hotéis, quadras de esportes); e de sistemas de ações, fortemente ligados à atividade turística, sejam inerentes aos próprios fluxos turísticos, sejam representados pelos agentes locais interessados no seu desempenho econômico, ou ainda pelo Estado através, especialmente, de regulamentações e de implantação de infra-estruturas.

A despeito do demasiado peso dos aspectos econômicos em sua concepção de turismo, o que reflete a sua conceituação enquanto atividade econômica, Rodrigues (1997) apresenta uma relevante abordagem do espaço turístico, onde os centros emissores, os de deslocamento (os transportes) e os receptores (a oferta turística) consistem nos fixos que compõem o sistema de objetos do turismo, fixos, porém não estáticos; a comercialização, a demanda, o poder de decisão, a informação seriam os fluxos do sistema de ações do turismo. Dessa forma, postos, lojas, hotéis hospitais, etc. estabelecidos ao longo de estradas que levam a lugares turísticos são fixos, edificados nos trechos dos fluxos. Os sistemas turísticos fazem parte de uma só totalidade, que como tal expressam funcionalidades, formas (paisagem), estruturações e processos (SANTOS, 1985).

O processo de estruturação dos espaços turísticos expressa a dependência mútua entre as partes do todo, estabelecendo as relações que envolvem os diversos elementos desse espaço, demonstrando o dinamismo espacial presente, e identificando as redes de relação. Por isso ela envolve tanto as infra-estruturas que compõem a paisagem, ou seja, as formas; quanto à supra-estrutura que normatiza e legitima, ou seja, a função. Essa abordagem tem a pretensão de abarcar, desse modo, a totalidade, que se supõe um movimento comum da estrutura, da função e da forma, num processo dialético e concreto (OP. CIT.), dos elementos componentes do espaço do turismo.

Entre os méritos dessa concepção de espaço turístico desenvolvida por Rodrigues (1997) com base na obra de Milton Santos está a consideração dos sistemas de ações sem

restringi-los ao espaço imediato, pois a dinâmica turística fornece um exemplo perspicaz da cada vez maior importância dos interesses externos ao lugar, o que pode ser demonstrado, no caso da praia, pelas redes nacionais e internacionais de restaurantes, de hotéis, etc. Souza (1997b) ao tratar das possibilidades de intervenção do turismo na esfera social e espacial, tanto em seus aspectos positivos quanto negativos, propõe como procedimento metodológico a consideração de três grupos de indivíduos: a população da área de origem dos turistas, os próprios turistas e a população da área de destino dos turistas. A tomada desses três elementos pauta-se na compreensão da impossibilidade de se entender o espaço turístico apenas por seu espaço imediato, as áreas de destino.

Desse modo, um rigoroso estudo do espaço da praia, cuja característica é de um espaço de atração de turistas, um espaço receptor, local onde se dá a materialização das práticas, deve, necessariamente, levar em consideração os sistemas de ações externos ao lugar, tanto aqueles ligados à natureza do fluxo turístico, como os relacionados aos serviços prestados no local por agentes econômicos nacionais e internacionais.

O espaço, na visão de Santos (1996), apresenta-se como um fato, um fator e uma instância social, pois ao mesmo tempo em que se define pelo conjunto também o define, é a um só tempo produtor e produto, determinante e determinado, e, ao mesmo tempo em que alcança significação, a confere às coisas. Sendo assim, a compreensão de qualquer processo social não pode prescindir da consideração de sua dimensão espacial, no caso específico do turismo essa afirmativa adquire ainda mais fundamento, uma vez que, como destaca Cruz (2002), o turismo, considerado pela autora enquanto uma atividade econômica se apresenta como um consumidor, em sua essência, de espaço.

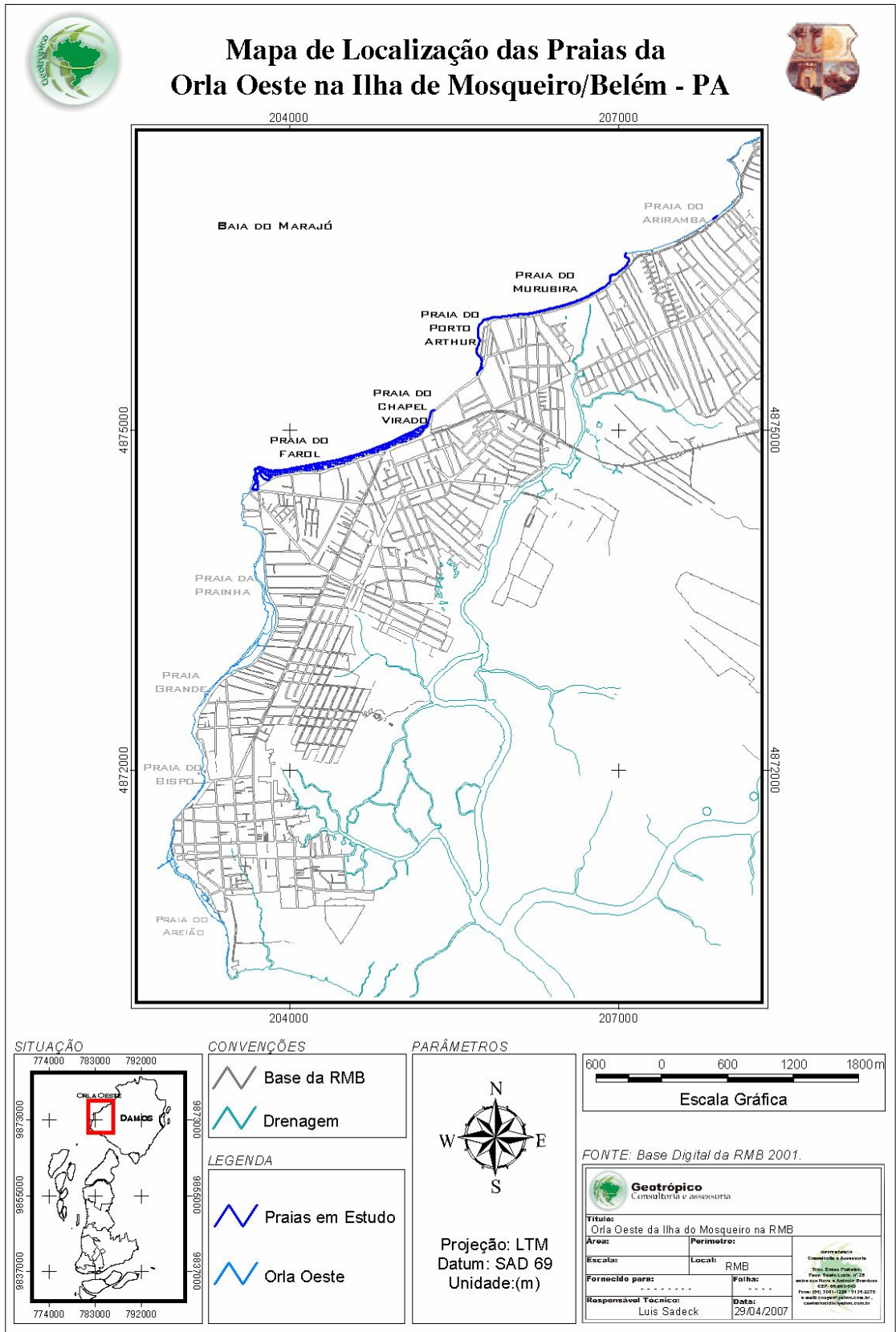
Na Ilha de Mosqueiro a manifestação dessa dinâmica ocorre com maior clareza e expressão nas praias de sua orla oeste, como definido a seguir, uma vez sendo este o espaço de uso turístico mais antigo da Ilha e aí estando disposto um denso sistema de objetos voltados prioritariamente ao uso turístico e um intenso e diversificado sistema de ações condizentes com as próprias práticas turísticas, com os serviços voltados ao atendimento dessas, ou ainda, com as ações estatais voltadas à constituição de infra-estruturas turísticas. Diante dessa gama de objetos e ações a referida orla encarna uma grande diversidade de conflitos sociais e territoriais configurando-se, com isso, num importante objeto para a análise geográfica.

## **II: AS PRÁTICAS TURÍSTICAS NO ESPAÇO DAS PRAIAS DA ORLA OESTE DE MOSQUEIRO**

A relevância da dimensão espacial no âmbito dos processos sociais, apontada por Santos (1996), pode ser reconhecida com muita clareza na análise do turismo, pois, como aponta Cruz (2002), a natureza assumida pela prática turística depende intrinsecamente da dimensão espacial onde ela incide, neste sentido, a compreensão do espaço turístico da orla oeste de Mosqueiro pressupõe uma análise da interação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações que compõem o citado espaço. Diante da importância assumida por essas práticas na orla oeste, o presente trabalho destaca dois sistemas de ações principais, as práticas turísticas excursionistas e as práticas turísticas de segunda residência, buscando explicitar suas características e sua natureza para, mais à frente, entender sua dinâmica conflituosa.

### **2.1 O espaço turístico das praias da orla oeste de Mosqueiro**

A orla oeste de Mosqueiro se configura enquanto o principal e mais antigo espaço turístico da Ilha e está delimitada como o eixo longitudinal que vai da praia do Areião, na Vila, até a praia do Ariramba, sendo que, a abordagem aqui realizada tem como área de estudo não a totalidade dessa extensão, mas o trecho correspondente às praias do Farol, Chapéu-Virado, Porto Arthur e Murubira (nas quais se constata a maior incidência de fluxos turísticos da Ilha e, desse modo, o maior acirramento dos conflitos entre territorialidades turísticas), incorporando a praia em si, extensão composta pela areia e pela água utilizada nas atividades de lazer; e as calçadas e a Avenida Beira Mar, assim como, as edificações encontradas em sua adjacência imediata (ver mapa a seguir).



No turismo de praia, como o realizado na orla oeste de Mosqueiro, aparece com bastante evidência o papel indispensável exercido pelos objetos espaciais, tanto aqueles que em si dão existência à praia, como a areia e a própria água, que no caso de Mosqueiro é proveniente de rio e não de mar, quanto aqueles socialmente construídos, como calçadas, bares, restaurantes e casas de veraneio. Esses sistemas de objetos são indissociáveis dos sistemas de ações ligados ao turismo, tanto os condizentes com as próprias práticas, quanto aqueles ligados à prestação dos serviços turísticos, sendo, portanto, ao mesmo tempo, condição, meio e resultado das práticas turísticas.

Contudo, a compreensão da natureza do espaço turístico, como demonstrado anteriormente através de Rodrigues (1997), não perpassa apenas pela análise do espaço em que os turistas imprimem diretamente suas ações inerentes à prática do lazer, mas necessita incorporar elementos cuja origem e dinâmica são externos aquele espaço. Neste sentido, uma efetiva análise da orla oeste de Mosqueiro enquanto espaço turístico requer a consideração não somente dos objetos e das ações locais que promovem a existência do referido espaço, mas também das ações externas sobre o mesmo, principalmente, as condizentes às práticas turísticas em si, que, por sua própria natureza, são externas, no âmbito das quais, especial destaque cabe as práticas turísticas de segunda residência e excursionista, cuja incidência em Mosqueiro é marcante, justificando a escolha dessas práticas como centrais na análise deste trabalho.

As praias da orla oeste de Mosqueiro foram as primeiras a serem incorporados ao uso turístico, integrando a primeira expansão do turismo na Ilha, seguindo do oeste para o leste, como retrata Meira Filho (1978). À medida que Mosqueiro foi aprofundando a sua condição de espaço de destino de fluxos turísticos, o trecho que vai da praia do Farol a praia do Murubira, passando por Chapéu-Virado e Porto Arthur, se afirmou internamente à Ilha e à orla oeste como o principal espaço de concentração de turistas. Este fato não está relacionado apenas às condições naturais oferecidas por essas praias, já que as demais apresentam características muito próximas, mas, entre outros fatores, ao simbolismo criado sobre estas e, especialmente, às infra-estruturas, ou objetos geográficos culturais (SANTOS, 1999), cuja disposição em Mosqueiro é marcada por uma notável concentração nas referidas praias da orla oeste e suas proximidades, inclusive os relativos à circulação,

como a malha rodoviária, que além de se apresentar muito mais densa no espaço citado anteriormente, canaliza intensamente os fluxos para esta área.

Apesar do trecho da orla oeste do Farol ao Murubira em toda a sua extensão apresentar-se como um espaço denso de objetos geográficos, se comparado a outras áreas da Ilha, inclusive por integrar a maior zona urbana de Mosqueiro; não corresponde a um espaço turístico homogêneo, nem do ponto de vista da disposição dos objetos geográficos nem com relação à incidência das ações. Neste sentido, diferentemente do restante da orla uma pequena contigüidade da orla do Murubira e do Porto Arthur não apresenta a Avenida Beira Mar separando a praia em si das segundas residências, que, assim, estão junto a areia e a água da praia, impedindo, com isso, a visão dessa parte da praia a quem passa pela Avenida Beira Mar (ver mapa da pág. 49 e fotos 07 e 08).

A paisagem exposta na foto 07 condiz com uma realidade em que o uso exclusivo da praia é favorecido em detrimento de um uso socialmente mais amplo, apesar da inexistência de qualquer barreira física no acesso a essa parte da praia, pois esse espaço acaba sendo identificado como uma extensão das segundas residências a ele contíguas, diferentemente do ocorrido no restante da orla, onde a avenida, as calçadas e os demais objetos conferem o aspecto de publicidade a mesma, como pode ser percebido na foto 08. A variação dos tipos de objetos geográficos naturais e culturais, assim como, da sua disposição e concentração contribui com relevância a não homogeneidade do espaço da orla oeste de Mosqueiro.



Foto 07: Trecho da praia do Murubira e do Porto Arthur em que as segundas residências estão junto à areia da praia.

Foto: Costa, 2007



Foto 08: Trecho da orla oeste, que a exemplo da maior parte da sua extensão, apresenta as segundas residências (esquerda ao fundo) separadas da areia da praia pela Avenida Beira Mar e pelas calçadas.

Foto: Brandão, 2007

Como já demonstrado, as praias são condicionantes da natureza das práticas turísticas incidentes na referida orla, e, segundo Tuan (1980, p. 131), a sua forma tem dupla atração: “por um lado as reentrâncias das praias [...] sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto para o mar sugere aventura. Além disso, o corpo humano que normalmente desfruta apenas do ar e da terra, entra em contato com a água e a areia”. De uma forma ou de outra, pela sugestão de segurança ou de aventura, as praias atuam como fortes atrativos à realização de práticas de lazer, no entanto, as características próprias a cada uma não perdem a existência, favorecendo a ingerência de ações diversificadas.

As práticas turísticas, os agentes econômicos ligados ao turismo e o Estado podem ser destacados como os principais componentes dos sistemas de ações, na linguagem de Santos (1999), atuantes em qualquer espaço turístico. Knafou (1999), concordando com essa afirmativa, relata que os espaços turísticos podem ter sua criação motivada pela ação direta de três agentes distintos, denominados fontes de turistificação dos lugares e dos espaços: a primeira consiste na ação dos próprios turistas sem a interferência direta do mercado, que foi a forma que deu origem ao fenômeno; a segunda é representada pelo mercado através da concepção de produtos turísticos; e a terceira diz respeito aos planejadores e promotores ‘territoriais’, cuja especificidade reside em sua mais forte territorialização devido o seu vínculo específico a um determinado espaço.

A origem do espaço turístico de Mosqueiro é resultado da ação da primeira fonte de turistificação dos lugares e dos espaços citada por Knafou, os próprios turistas, constituídos, primeiramente, pelos estrangeiros instalados em Belém por conta da economia da borracha, e, logo em seguida, pela elite belenense, sendo as ações estatais e de grupos econômicos posteriores às intervenções das próprias práticas turísticas. Na atualidade, apesar do sensível aumento das intervenções das duas outras fontes de turistificação, as práticas turísticas continuam exercendo um forte poder sobre o espaço turístico de Mosqueiro, o que fundamenta a opção desse trabalho em centrar a abordagem nessas ações, representadas pelas práticas de segunda residência e excursionista, cuja intensidade de intervenções e de conflitos se destaca em Mosqueiro.



## 2.2 As práticas turísticas de segunda residência na orla oeste de Mosqueiro

O turismo de segunda residência, forma assumida pelas primeiras práticas turísticas em Mosqueiro e cuja importância na Ilha permanece até a atualidade, tem sua especificidade no âmbito das demais modalidades turísticas ligada ao estabelecimento de um vínculo mais forte com o espaço utilizado para a respectiva prática, o que pode ser compreendido ao se considerar a materialidade estabelecida por este, representada pela residência secundária, dando forma a um tipo de turismo mais sedentário, ou seja, marcado por uma regularidade e uma intensidade de saídas e retornos. Diante disso, Tulik (2000, p. 196) caracteriza as residências secundárias ou segundas residências como:

[...] alojamentos turísticos particulares, utilizados temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente em outro lugar. Esse conceito está ligado ao imóvel e não à condição de propriedade, ou seja, ao fato de ser próprio, alugado, arrendado ou emprestado. Residências secundárias significam uma relação permanente entre origem e destino, uma vez que se estabelece regularidade entre saídas, chegadas e retornos.

A existência do imóvel de segunda residência, que consiste na principal materialidade construída por essa prática turística, tem como uma de suas implicações o estabelecimento de uma maior vinculação a um determinado espaço, expresso na regularidade entre saídas, chegadas e retornos destacada por Tulik (OP. CIT.), característica marcante da prática em questão. Essas construções vêm sofrendo grandes modificações desde os seus primórdios em Mosqueiro (ver fotos 09 e 10), como demonstra Meira Filho (OP. CIT.):

Os antigos *chalets* serviam de modelo a outras edificações, avançando para o “Murubira” e o “Ariramba”. As outras afrancesadas de então, davam os fundamentos para um sistema menos rico, mais vulgar, embora todo ele inspirado nas condições locais de cada edificação. Dessa experiência, nas praias do “Bispo”, no “Areião” e na “Praia Grande”, se erguiam moradias leves, de madeira, avarandadas e suspensas do solo o suficiente para a utilização do *térreo* e arejamento da construção.

Uma característica marcante dessas casas do início do século XX (foto 09) e que, em grande medida, é retomada pelas mais recentes, diz respeito ao hábito de dar um nome as residências, expresso em sua frente, cuja função, de acordo com Meira Filho (1978, p. 55), não estava atrelada apenas a homenagens a pessoas e lugares, mas também tinha o propósito de facilitar “[...] aos famosos carregadores da ponte (trapiche) a entrega de mercadorias, encomendas, material de construção, etc., destinados ao Mosqueiro, transportados pelo navio da linha”.



Foto 09: Segunda residência do início do século XX na orla oeste de Mosqueiro.

Foto: Brandão, SI



Foto 10: Segunda residência na Praia do Murubira, expressão de uma arquitetura recente e de um alto poder aquisitivo.

Foto: Costa, 2007

As construções mais antigas ainda hoje são marcantes na paisagem mosqueirense e simbolizam a relevância e a tradição da prática turística de segunda residência, no entanto, convivem na atualidade com construções mais recentes (ver foto 10), que, assim como nos primórdios desse turismo em Mosqueiro, apresentam forte variação arquitetônica, especialmente, com relação à exuberância e ao requinte da construção, desse modo, a paisagem da orla oeste de Mosqueiro é marcada por segundas residências antigas, nas quais a influência da arquitetura europeia é de fácil percepção, e modernas, onde apenas alguns traços tradicionais são mantidos, como a atribuição de nomes as residências. A exuberância e o requinte das construções também são fatores de diferenciação, tanto entre as residências

antigas quanto entre as mais modernas, e expressam principalmente os poderes aquisitivos diferenciados no âmbito da prática turística em questão.

Apesar da importância da materialidade representada pela casa de segunda residência, a caracterização da prática turística que lhe dá origem não está submetida ao fator propriedade, isto é, não necessariamente o turista precisa deter a propriedade do imóvel, que pode, assim, ser arrendado, alugado ou emprestado; mas fazer uso particular de uma residência para fins de lazer fora do lugar de sua residência habitual com intenção de retorno, acarretando assim a necessidade de realização da viagem. No caso de Mosqueiro constatou-se uma forte predominância dos imóveis de segunda residência próprios, condição de 80% dos turistas de segunda residência entrevistados na orla oeste, enquanto aqueles que estavam sob a condição de aluguel somaram 15% e os que haviam conseguido o uso do imóvel por meio de empréstimo apenas 5% (Trabalho de campo, jul. 2006).

A predominância das segundas residências próprias tem conseqüências relevantes na natureza da prática turística e no seu relacionamento com o espaço, pois reforça os laços com um espaço determinado, construindo entre o turista e o espaço turístico uma relação menos fluida, diferentemente do que ocorre com aquele estabelecido a partir de aluguel ou empréstimo, que pode com maior facilidade futuramente optar por outro espaço turístico se lhe convir. Desse modo, o turista que possui segunda residência própria demonstra um maior enraizamento no espaço turístico como pode ser percebido na fala de um integrante dessa prática: “Essa casa aqui. O meu avô comprou essa casa em 1901. Ele comprou pronta [...]. Essa aqui tem muita história da família [...]” (Trabalho de campo, jul. 2006).

O trecho da entrevista é referente a um turista de segunda residência cuja presença em Mosqueiro é bastante antiga (apesar dessa realidade também poder ser reconhecida nos turistas mais recentes) e demonstra o citado enraizamento no espaço, representado pela tradição familiar, que traz entre suas principais implicações o despertar do interesse desses turistas pelas questões locais. Na Ilha de Mosqueiro, como evidenciado por Ribeiro (2005) e será tratado mais adiante, os turistas de segunda residência e os setores sociais locais diretamente associados a seus interesses, como corretores de imóveis e lojas de material de construção, formam parcela significativa da elite mosqueirense, interferindo de forma relevante na vida social e política local. De acordo com Luchiari (1999) o turismo de segunda residência além de estar associado a reestruturações dos espaços envolvidos em

sua dinâmica devido, por exemplo, a intensificação da especulação imobiliária e a degradação de extensas áreas e ecossistemas naturais para a construção civil; implica, geralmente, uma forte influência política e econômica no local de sua atuação.

A prática do turismo de segunda residência não é recente, configurando-se como uma prática aristocrática antiga que na atualidade alcançou grande expansão por conta de fatores relacionados, especialmente, ao processo de urbanização, todavia, mesmo diante das mudanças ocorridas no fenômeno das residências secundárias a sua composição continua sendo marcada por rendas familiares elevadas se comparadas às médias nacionais. Como pode ser visto no quadro 01 apenas 20% dos turistas de segunda residência entrevistados na orla oeste de Mosqueiro possuem renda familiar mensal até 3 mil reais enquanto que 45% possuem renda acima disso, inclusive com 15% possuindo renda acima de 10 mil reais.

Essa renda elevada poderia representar parcelas ainda mais consideráveis se 35% dos entrevistados não houvessem se recusado a informar sua renda, já que o padrão construtivo das residências e outros elementos indicavam, na maioria dos casos, rendas elevadas. A percepção desse poder aquisitivo observado nas entrevistas fundamenta a tradicional caracterização das práticas turísticas de segunda residência na Ilha de Mosqueiro como inerentes à classe média, da forma destacada por Campbell (2000, p.7), que após situar esses turistas como detentores de uma renda média, expõe: “A maioria das pessoas com dinheiro no bolso que gostam da bucólica tem até casa na Ilha”. Documentos oficiais também reconhecem essa caracterização, como o Plano Diretor Urbano de Belém – PDU em seu Art. 152 ao definir a Ilha de Mosqueiro enquanto espaço destinado à recreação ao lazer da população belenense de média renda (PMB, 1993, p. 38).

<b>IDADE</b>	<b>%</b>	<b>RENDA FAMILIAR</b>	<b>%</b>	<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>%</b>
15-24	25	ATÉ R\$ 1.000,00	5	ENSINO FUNDAMENTAL	10
25-34	5	DE R\$ 1.001,00 A R\$ 3.000,00	15		
35-44	30	DE R\$ 3.001,00 A R\$ 6.000,00	20	ENSINO MÉDIO	50
45-54	25	DE R\$ 6.001,00 A R\$ 10.000,00	10	ENSINO SUPERIOR	35
55-65	10	MAIS DE R\$10.000,00	15		
MAIS DE 65	5	NÃO INFORMARAM	35	PÓS-GRADUAÇÃO	5
TOTAL	100	TOTAL	100	TOTAL	100

QUADRO 01 – Idade, renda familiar mensal e grau de instrução dos turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro entrevistados.

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2006

O caráter familiar assumido por essa prática turística responde pela diversificada faixa etária dos entrevistados demonstrada no quadro 01, já nos dados referentes ao grau de instrução se percebe um número reduzido daqueles que possuem apenas o ensino fundamental (10%) e daqueles que alcançaram a pós-graduação (5%), concentrando-se a maioria dos entrevistados em níveis de instrução médio (50%) e superior (35%), seguindo tendência semelhante à renda.

Na visão de Tulik (2000) essas residências secundárias possuem uma forte tendência a localização no entorno de centros populosos, urbanizados e industrializados, por conta desses concentrarem “[...] altos índices de renda e um contingente populacional que desfruta de conquistas sociais que lhes garantem disponibilidade financeira e maior extensão do tempo livre” (p. 196). No mesmo sentido, Assis (2000) ressalta que a emergência e intensificação dessa prática turística no entorno das regiões metropolitanas e industrializadas responde à busca efetivada por determinados grupos sociais de aliviar os estresses cotidianos e renovar as energias por meio do reencontro com a natureza; busca essa fortemente retomada nas estratégias de marketing turístico e por especuladores imobiliários, agentes indispensáveis a compreensão da natureza dessa prática turística e da proporção por ela alcançada.

O turismo de segunda residência praticado na orla oeste da Ilha de Mosqueiro, que integra a região metropolitana de Belém, segue essa tendência, tendo, inclusive, a sede do município de Belém como principal área de localização das residências primeiras desde a sua emergência na Ilha com os estrangeiros instalados em Belém, passando pelo momento em que “os *paraenses* e sobretudo, o *belemita*, começavam a usufruir da influência alienígena o salutar desejo de um fim-de-semana em paz no ‘Chapéu-Virado’” (MEIRA FILHO, 1978, p. 52). Essa característica tem se mantido na atualidade, uma vez que 100% dos turistas de segunda residência entrevistados na orla oeste de Mosqueiro responderam possuir sua residência principal na sede do município de Belém; e está diretamente associada à importância assumida pelo fator proximidade no âmbito dessa prática turística, especialmente no que se refere aos seus reflexos sobre o tempo dispensado ao lazer, como pode ser percebido no gráfico 01.

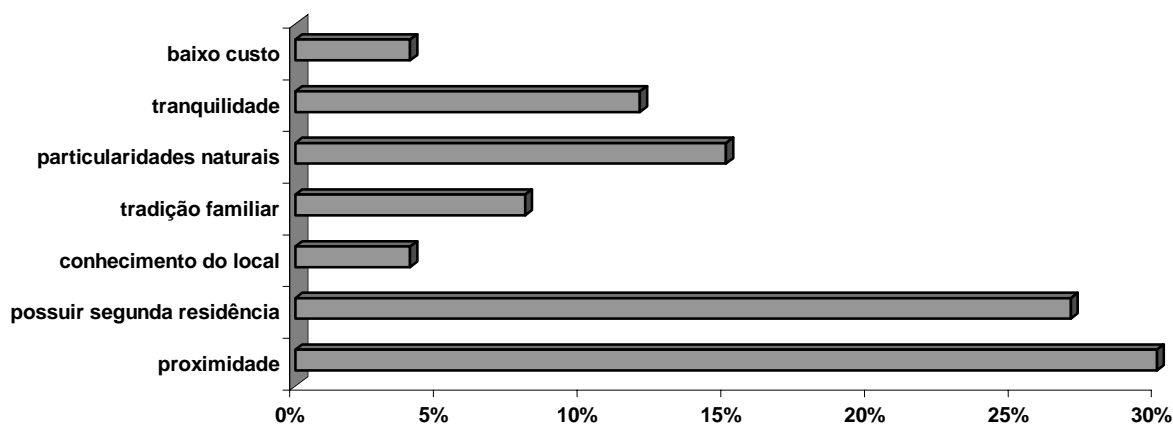


GRÁFICO 01 – Fatores que levam os turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro entrevistados a optarem por este espaço turístico.

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2006.

A proximidade da sede de Belém, como indica o gráfico 01, foi destacada por 30% dos entrevistados como fator de relevância na escolha de Mosqueiro como espaço para sua prática turística e está relacionado, especialmente, ao pouco tempo e aos reduzidos recursos financeiros gastos na viagem, permitindo, assim, uma maior assiduidade na segunda residência. Partindo da proximidade como elemento determinante da prática turística alguns discursos estabelecem comparações entre a Ilha de Mosqueiro e outras localidades turísticas da região metropolitana de Belém (como a Ilha de Caratateua, mais conhecida como Outeiro, cujas praias possuem características próximas às encontradas em Mosqueiro), no âmbito das quais são ressaltadas principalmente as qualidades naturais, a tranquilidade e as infra-estruturas de Mosqueiro em contraposição a outras localidades, como pode ser percebido no discurso do turista de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro:

Mosqueiro, porque além de ser, vamo supor, uma hora de Belém, tá certo que a gente enfrenta o tráfego tudinho, mas eu acho que ainda é uma das melhores opção ainda pra gente, em vista Outeiro ser um pouco assim... não é bagunçado, mas é a carência né? Então o pessoal procura mais Mosqueiro, que é mais praia, mais bonito [...]  
(Trabalho de campo, jul. 2006)

Desse modo, nos discursos dos turistas de segunda residência a indispensabilidade do fator proximidade é quase sempre acompanhada de uma percepção da superioridade do

espaço turístico de Mosqueiro frente os demais da região metropolitana de Belém. As particularidades naturais e a tranquilidade (ver gráfico 01) foram citadas respectivamente por 15% e 12% dos entrevistados e ganham ainda mais expressão ao se reconhecer a sua presença intrínseca em outros fatores de atração como a proximidade. As recorrências à natureza e à tranquilidade são freqüentes nos discursos dos turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro, mas, muitas vezes, não como um reconhecimento dessas qualidades no local, e sim como fatores debilitados, dando margem a posicionamentos de cunho político, como pode ser percebido em Brandão (1999, p. 5):

O Mosqueiro que aprendi a gostar oferece às pessoas uma grande oportunidade de se relacionar com os encantos naturais, seja com a água, seja com o vento, seja com a luz. O sabor do ingá, do abiu, do muruci ou o cheiro de terra molhada e da chicória plantada no quintal me trazem sempre a lembrança daquela Ilha. Como a natureza sempre reserva surpresas, lá a vida não cai em monotonia. Por esse motivo, ela foi denominada no passado de a Bucólica.

A exaltação dos aspectos naturais, da tranquilidade e do passado é de forte presença nos discursos dos turistas de segunda residência e fundamenta a construção do bucolismo enquanto discurso e estratégia territorial, como será tratado no próximo capítulo. A existência da segunda residência e a tradição familiar foram citadas por 27% e 8% dos entrevistados, respectivamente, como fatores responsáveis por sua presença em Mosqueiro, dados que reafirmam o papel desempenhado pela segunda residência no sentido de fomentar um maior enraizamento dos turistas a ela associados.

Segundo Assis (2003), na atualidade, como resultado do avanço tecnológico e dos seus reflexos sobre os meios de transporte, em determinados casos o fator distância pode vir a ter uma importância apenas secundária para o estabelecimento das segundas residências, sendo suplantado pelas facilidades de acesso, ocasionando, desse modo, a instalação de residências secundárias em áreas distantes dos pólos emissores dessa prática, principalmente quando os locais mais afastados são dotados de atrativos (como lagos, mar, rios, recursos paisagísticos, amenidades climáticas etc.) percebidos pelos turistas como superiores aos encontrados nos locais de maior proximidade.

Essa realidade descrita por Assis (OP. CIT.) pode ser identificada no Estado do Pará por meio do fortalecimento de espaços turísticos de segunda residência relativamente

distantes da cidade de Belém, como as praias de Salinópolis, no entanto, a prática turística de segunda residência realizada na Ilha de Mosqueiro demonstra grande consonância com a relação tempo-custo-distância, “[...] pois quanto mais distante da residência permanente, maior é o tempo e o custo de acesso a este domicílio de uso ocasional [...]” (OP. CIT., p. 115), o que inviabiliza, ou dificulta, uma maior assiduidade no seu uso, especialmente nos finais de semana, “[...] levando o proprietário a usá-la, principalmente, nas temporadas de férias nas quais pode se dispor de um tempo maior de estadia [...]” (OP. CIT.).

Neste sentido, a proximidade entre a Ilha de Mosqueiro e o local de origem dos turistas possibilita, como exposto no quadro 02, um uso da segunda residência não reduzido ao período de férias (apenas 5% dos entrevistados freqüentam Mosqueiro somente nas férias). A natureza sazonal do turismo de segunda residência faz das férias seu período de maior incidência e, desse modo, a maior parte desses turistas se faz presente na orla oeste de Mosqueiro neste período, 80% dos entrevistados, restando apenas 20% que freqüentam a Ilha apenas nos finais de semana fora do período de férias. No entanto, a predominância se dá na freqüência dessa prática turística na orla oeste tanto nas férias, quanto em feriados e finais de semana.

<b>PERÍODO DE ESTADIA</b>	<b>%</b>	<b>DURAÇÃO DA ESTADIA</b>	<b>%</b>
FÉRIAS	5	UM MÊS	45
FÉRIAS E FERIADOS	25	DE DUAS A TRÊS SEMANAS	10
FÉRIAS E FINAIS DE SEMANA	30	UMA SEMANA	10
FÉRIAS, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS	20	DE DOIS A TRÊS DIAS	35
FINAIS DE SEMANA	20		
TOTAL	100	TOTAL	100

QUADRO 02 – Período e duração da estadia dos turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro entrevistados.

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2006

As estadias prolongadas consistem numa característica marcante da prática de segunda residência e ajudam a caracterizar a maior fixidez dessa prática turística em



relação a maior parte das demais, dessa forma, apenas 35% dos turistas de segunda residência entrevistados na orla oeste de Mosqueiro (ver quadro 02) responderam frequentar a mesma geralmente de dois a três dias. O restante costuma passar períodos mais estendidos, com destaque aos 45% que se fazem presentes na Ilha durante todo o mês das férias.

A prática turística de segunda residência possui, na visão de Assis (2003), uma forte identificação com camadas sociais mais abastadas funcionando como um símbolo de *status* social, podendo esta afirmativa ser constatada ao se levar em consideração os custos envolvidos na sua realização, como “[...] compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente, automóvel particular)” (OP. CIT., p. 112). A forte predominância do automóvel particular nesse tipo de turismo é favorecida pela proximidade entre o local de origem e de destino dos turistas, no caso da orla oeste de Mosqueiro, 60% dos entrevistados utilizam somente esse meio de transporte em suas viagens à Ilha, 30% o conjugam ao ônibus e 10% utilizam somente o ônibus.

Mesmo nos casos em que essa prática turística não envolve a propriedade do imóvel (como nos casos de aluguéis) os custos da sua efetivação permanecem altos por conta dos gastos com deslocamento e com a manutenção do imóvel, no entanto, se comparada a outras modalidades do turismo, como as que perpassam por deslocamentos internacionais, esta acaba por se demonstrar uma prática menos excludente, o que explica a grande inclinação de grupos sociais identificados como de classe média a esse tipo de turismo.

### **2.3 As práticas turísticas excursionistas na orla oeste de Mosqueiro**

Diferentemente do turismo de segunda residência uma outra prática turística com forte incidência em Mosqueiro, o excursionismo, pelo, em geral, baixo custo de sua realização, possui uma forte identificação com setores sociais economicamente desfavorecidos. O crescimento da incidência dessa prática turística na orla oeste de Mosqueiro acompanha a implementação das facilidades de acesso condizentes com as novas redes de circulação rodoviária entre a sede de Belém e a Ilha de Mosqueiro. Desse

modo, a inauguração da rodovia Augusto Meira Filho, no final da década 1960, e da ponte Sebastião de Oliveira, no final da década seguinte, representaram um grande impulso aos fluxos excursionistas para Mosqueiro, cujo destino em sua quase totalidade consistia nas praias da orla oeste, especialmente, o eixo longitudinal entre as praias do Murubira e Farol.

Assim como está relacionada à implementação de obras de infra-estruturas necessárias ao uso turístico, como construção de trapiches, urbanização das orlas das praias, instalação da rede de telefonia e de energia elétrica, seja de forma direta ou indireta, pressionando o governo estadual e municipal; a atuação dos turistas de segunda residência (como Augusto Meira Filho que projetou a ponte e organizou uma construtora) e de grupos elitistas locais a eles associados consistiu em fator essencial à materialização da interligação rodoviária entre a sede de Belém e Mosqueiro. No entanto, a pretendida facilidade de acesso acabou por promover o fortalecimento dos fluxos turísticos excursionistas, cuja natureza fugaz pressupõe a não existência de grandes dificuldades à acessibilidade, principalmente por seus reflexos sobre o tempo e o custo do deslocamento.

Na década de 1990 esses fluxos ganharam novo impulso através da disseminação na extensão da orla oeste de eventos musicais promovidos por emissoras de rádio locais que instalavam (e ainda instalam, mas com menor frequência) palcos de Show's na orla das praias do Farol, Chapéu Virado e Murubira; e da realização das "Micaretas" baianas (carnaval fora de época com influência musical do axé baiano). De acordo com um ex-agente administrativo de Mosqueiro (entrevista, nov. 2003) na segunda metade da década de 1990, como reflexo desses eventos, entre outros fatores, a flutuação populacional nos finais de semana de julho chegava a 150 mil pessoas, flutuação essa composta prioritariamente pelas práticas turísticas excursionistas.

Os fluxos turísticos excursionistas encontraram a partir de 1999 um novo fator de fortalecimento, a introdução pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) da tarifa de transporte urbano, ou seja, tarifas iguais às praticadas na sede do Município, no percurso sede de Belém - distrito de Mosqueiro - sede de Belém, resultando numa drástica redução do valor da passagem. Até então, essa tarifa era considerada como inter-municipal já que o trajeto rodoviário para Mosqueiro perpassa pelo território de quatro outros municípios: Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara.

Criada para atender a uma reivindicação dos moradores de Mosqueiro que trabalhavam e estudavam na sede municipal, essa política intensificou novamente os fluxos excursionistas de baixa renda na orla das praias do oeste dessa localidade, sendo que em maior proporção que em momentos anteriores, segundo dados dos órgãos que organizam o veraneio na ilha (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Secretaria de Transporte), em julho de 2003, em média, 300 mil pessoas freqüentaram as praias da ilha nos finais de semana, se concentrando na orla oeste e tendo as práticas turísticas excursionistas como principais componentes.

Na concepção de Arrillaga (1976) o termo excursionismo se aplica para fazer referência aos “[...] deslocamentos de curta duração, normalmente não superior a 24 horas [...]” (p. 126), seja no interior de um país ou envolvendo país estrangeiro, neste último caso, segundo este autor, faz-se alusão principalmente ao chamados turismos fronteiriços, isto é, à prática desempenhada por alguns grupos, que normalmente ou em períodos de férias utilizam locais próximos à fronteira para desempenhar atividades de lazer. Indo ao encontro desta posição, Andrade (1995) afirma que a terminologia excursionista é utilizada “para designar quem viaja e permanece menos de 24 horas em receptivo ou localidade que não seja o de sua residência fixa ou habitual, com as mesmas finalidades que caracterizam o turista, mas *sem pernoitar* no local visitado [...]” (p. 44).

O entendimento das práticas excursionistas como não condizentes a práticas turísticas, demonstrado pelos autores citados anteriormente e pela maioria dos interessados na compreensão do fenômeno turístico, tem sua fundamentação nas posições dos órgãos oficiais de turismo, merecendo destaque a Organização Mundial do Turismo (OMT), que estabelece o termo visitante, que podem ser internos e internacionais<sup>3</sup>, como conceito básico do sistema de estatísticas do turismo. Os visitantes internos correspondem “a toda pessoa que reside em um país e que viaja, por uma duração não superior a 12 meses, a um lugar dentro do país porém distinto do seu entorno habitual, e cujo motivo principal da visita não seja exercer uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 1998, p. 47).

---

<sup>2</sup> O presente trabalho não objetiva o tratamento de problemática relativa a visitantes internacionais, por isso não aprofunda esta discussão, no entanto, para fins de esclarecimento, a conceituação da OMT relativa aos visitantes internacionais apresenta o mesmo conteúdo da dispensada aos internos, com a única especificidade da relação se dar entre países.

Esses visitantes internos, por sua vez, são classificados em turistas e visitantes de um dia (excursionistas), os primeiros “visitantes que permanecem em um meio de alojamento coletivo ou privado no lugar visitado uma noite pelo menos”, os segundos, “visitantes que não pernoitam em um meio de alojamento coletivo ou privado no lugar visitado” (OP. CIT.). Portanto, o único parâmetro apresentado pela OMT para justificar a não inclusão das práticas excursionistas no âmbito das turísticas diz respeito a não efetivação do pernoite ou da permanência por pelo menos 24 horas no local visitado, o que se demonstra insuficiente.

O fenômeno turístico é dotado de grande complexidade e diversidade e o estabelecimento de parâmetros rígidos, tanto do ponto de vista do tempo de permanência no local visitado quanto da distância a ser percorrida para se chegar a este, atua como fatores desfavoráveis a sua real compreensão enquanto prática social. Os objetivos das organizações oficiais do turismo, como a OMT, dizem respeito à construção de estatística que confirmem bases à promoção econômica do turismo acabando por se distanciar dos objetivos de compreensão do fenômeno dispensados pelas ciências dedicadas às problemáticas da vida social. O excursionismo sendo uma prática condicionada a viagem, objetivando o desenvolvimento de atividades de lazer e com a clara intenção de retorno não pode deixar de ser incluso entre as práticas turísticas.

A curta duração da viagem é o principal elemento caracterizador da prática excursionista (mas não é suficiente a sua desconsideração enquanto uma modalidade turística) e lhe confere grande especificidade, especialmente, no que se refere a sua extrema fluidez e mobilidade, em oposição a práticas como a de segunda residência, de natureza muito mais sedentária, pelo enraizamento que promove no espaço turístico. A prática turística excursionista, cuja organização não perpassa por agência de viagens, é geralmente isenta de despesas relativas a instalações, tributos e outros, sendo, portanto pouco dispendiosas e funcionando como “[...] uma oportunidade de lazer coletivo, sem fins lucrativos, permitindo que pessoas de baixo poder aquisitivo tenham acesso à viagem” (RODRIGUES, 1997, p.120).

Os baixos custos envolvidos na realização da viagem ocasionam uma participação expressiva de grupos sociais menos favorecidos financeiramente nos fluxos turísticos excursionistas, como pode ser observado na orla oeste de Mosqueiro (ver quadro 03), onde

20% dos entrevistados disseram ter renda até um salário mínimo e 33% superior a um salário mínimo, porém sem superar a quantia de mil reais. Valores medianos como os superiores a mil reais, mas que não ultrapassam os 2 mil reais também foram indicados de forma expressiva, alcançando a margem de 23% dos turistas excursionistas entrevistados. Rendas mais elevadas que as já indicadas foram identificadas de forma bem menos expressiva, diferentemente do constatado entre os turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro, como demonstrado no quadro 01, cujas rendas até mil reais são quase inexistentes entre os entrevistados, enquanto que valores superiores a 3 mil reais chegando até 10 mil reais são característicos de grande parte desses turistas.

<b>IDADE</b>	<b>%</b>	<b>RENDA FAMILIAR</b>	<b>%</b>	<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>%</b>
15-24	47	ATÉ R\$ 350,00	20	ENSINO FUNDAMENTAL	23
		DE R\$ 351,00 A R\$ 1.000,00	33		
25-34	33	DE R\$ 1.001,00 A R\$ 2.000,00	23	ENSINO MÉDIO	40
		DE R\$ 2.001,00 A R\$ 3.000,00	7		
35-44	10	DE R\$ 3.001,00 A R\$ 6.000,00	10	ENSINO SUPERIOR	30
		NÃO INFORMARAM	7		
45-54	10			PÓS-GRADUAÇÃO	7
TOTAL	100	TOTAL	100	TOTAL	100

QUADRO 03 – Idade, renda familiar mensal e grau de instrução dos turistas excursionistas entrevistados na orla oeste de Mosqueiro

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2006

Esses dados referentes à renda confirmam a inclinação dos grupos sociais de baixa renda à prática turística excursionista, especialmente devido o reduzido custo envolvido numa viagem de curta duração, como pode ser percebido nas palavras do turista excursionista entrevistado na orla oeste de Mosqueiro: “[...] acho que é a opção que eu tenho, é o único tempo que dá pra mim ir, até porque se tu ficar mais tempo o custo vai aumentar e aí fica difícil [...]” (trabalho de campo, jul. 2006). Dessa forma, diante da cada vez mais relevante necessidade de realização da viagem de lazer na atualidade, da forma

manifestada por outro turista excursionista da orla oeste: “[...] a gente vai lá e volta, enquanto a gente não vai a gente não fica contente [...]” (trabalho de campo, jul. 2006), principalmente, nas realidades metropolitanas, a prática do excursionismo se torna a opção mais plausível aos grupos sociais economicamente menos favorecidos.

No que se refere ao grau de instrução dos turistas excursionistas da orla oeste de Mosqueiro, demonstrado no quadro 03, apesar da predominância da média instrução, 40% dos entrevistados, foi verificado que 30% possuem instrução superior, constatando-se, com isso, uma semelhança considerável entre o grau de instrução dos turistas excursionistas e dos turistas de segunda residência, o que não se estende à distribuição dos turistas por idade, já que entre os excursionistas entrevistados se observou uma grande participação de jovens, 47% com idades entre 15 e 24 anos e 33% com idades entre 25 e 34 anos, enquanto que a participação de indivíduos entre 35 e 54 anos foi bastante reduzida e acima disso inexistente entre os entrevistados, como exposto no quadro 03; contraditoriamente com o verificado entre os turistas de segunda residência (ver quadro 01), cuja distribuição por idade é bem mais equitativa e com uma participação considerável de pessoas acima de 45 anos.

Essas diferenças relativas à distribuição etária entre turistas excursionistas e turistas de segunda residência podem ser entendidas de um lado pela antiguidade do turismo de segunda residência em Mosqueiro, favorecendo assim, a presença de indivíduos com idade mais elevada e que freqüentam a Ilha desde a juventude, além disso, a própria natureza do turismo de segunda residência, com a presença do imóvel e as possibilidades de repouso, favorece as pessoas da referida faixa etária, como retratado pelo turista de segunda residência de 60 anos: “[...] eu mesmo não freqüento muito a praia, porque eu não gosto muito, né? Eu venho mais pra descansar, quem vai são meus filho, neto [...]” (trabalho de campo, jul. 2006). Por outro lado, as atividades de lazer desempenhadas pelos turistas excursionistas se desenvolvem na praia e em seus arredores – nos estacionamento, nas barracas, nos bares da orla – e configuram, nas palavras de Bruhns (2001), “um intenso programa”, representado pelo futebol na areia, pelo banho de mar, por caminhadas pelas pedras e pela apreciação do movimento, de forma geral, trazendo adversidades à presença de pessoas de idades mais elevadas, sendo muito mais compatível com os interesses dos jovens.

Com relação ao tempo de frequência constatou-se entre os turistas excursionistas entrevistados na orla oeste de Mosqueiro que os períodos de férias escolares, principalmente o mês de julho, são os momentos de maior intensificação do fluxo de excursionistas em direção à Ilha, segundo o exposto no quadro 04 apenas 7% disseram frequentar Mosqueiro somente durante os finais de semana não inclusos nas férias, enquanto que 20% se fazem presentes tanto nas férias quanto em finais de semana e/ou feriados; e, finalmente, 73% dos excursionistas entrevistados disseram frequentar a Ilha de Mosqueiro somente no período das férias escolares.

O maior adensamento de turistas na Ilha de Mosqueiro, principalmente nas praias da orla oeste, durante as férias escolares é notório, além dos excursionistas 80% dos turistas de segunda residência entrevistados responderam frequentar a Ilha neste período, mas, ao contrário dos primeiros, entre os segundos a margem dos que frequentam somente durante as férias é bastante reduzida, sendo muito mais comum a presença destes também em finais de semana e feriados. Outra diferença entre as duas práticas turísticas está relacionada à durabilidade da frequência, enquanto os turistas de segunda residência se utilizam de estadias mais prolongadas, 45% dos entrevistados permanecem todo o mês das férias, os excursionistas pela própria natureza da prática desenvolvem estadias muito reduzidas, em torno de 24 horas, geralmente condizente com os finais de semana.

<b>PERÍODO DE ESTADIA</b>	<b>%</b>	<b>TEMPO DE FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
FÉRIAS	73	DESDE SEMPRE	7
FÉRIAS E FERIADOS	7	DE 21 A 40 ANOS	7
FÉRIAS E FINAIS DE SEMANA	10	DE 11 A 20 ANOS	3
FÉRIAS, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS	3	DE 5 A 10 ANOS	50
FINAIS DE SEMANA	7	MENOS DE 5 ANOS	33
TOTAL	100	TOTAL	100

QUADRO 04 – Período de estadia e tempo de frequência dos turistas excursionistas entrevistados na orla oeste de Mosqueiro

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2006

A maior parte dos turistas excursionistas entrevistados consiste em freqüentadores recentes de Mosqueiro, como evidenciado no quadro 04, 50% têm entre 5 e 10 anos de freqüência e 33% menos de 5 anos, enquanto apenas 17% freqüentam a Ilha a mais de 10 anos. Esses dados são reflexos do grande aumento desse fluxo a partir da década de 1990 primeiramente com a promoção das folias movidas por trios elétricos, e, depois com a implementação pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) da tarifa de transporte urbano para Mosqueiro, que através de uma considerável redução do preço da passagem fomentou fortemente a prática turística excursionista nessa localidade.

As práticas turísticas excursionistas podem envolver tanto deslocamentos marcados por forte organização coletiva, os promovidos por meio de ônibus fretados; quanto àqueles mais característicos das grandes metrópoles, abrangendo o deslocamento de grandes contingentes populacionais em linhas regulares de ônibus em direção a espaços turísticos relativamente próximos; e até mesmo, viagens em meios de transportes particulares, como os automóveis. No caso da orla oeste de Mosqueiro por conta do poder aquisitivo dos grupos sociais que compõem essa prática turística e da proximidade entre o espaço turístico e o espaço de emissão do fluxo, há uma ampla priorização do deslocamento em linhas regulares de ônibus, enquanto as excursões com ônibus fretados têm relevância bastante reduzida.

Os deslocamentos em carro próprio são inexpressivos entre os turistas entrevistados, apenas 5%, enquanto a utilização de micro-ônibus tem uma expressão bem maior, 16%, mas ficando bem abaixo do uso da linha convencional da empresa Beiradão, 27%, e da linha de tarifa urbana, utilizada por 52% dos turistas excursionistas entrevistados (trabalho de campo, jul. 2006). A tarifa cobrada e o conforto oferecido variam entre os meios de transporte, desse modo, os micro-ônibus no mês de julho de 2006 estavam cobrando a tarifa de R\$ 4,00 pela passagem, sendo que os pertencentes à empresa Beiradão ofereciam ar-condicionado enquanto os demais não ofereciam; a linha convencional da empresa Beiradão (sem ar-condicionado) estava veiculando a tarifa de R\$ 3,50; a linha correspondente à tarifa urbana oferecia a passagem pela quantia de R\$ 1,35, sendo ainda garantido o direito à meia passagem estudantil.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O baixo preço da tarifa urbana atrai a maior parte dos turistas excursionistas para esse tipo de transporte, como visto anteriormente, apesar da precariedade do serviço oferecido, no entanto, a partir de agosto de 2006 essa tarifa foi extinta pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), passando, então, a linha a operar pelo valor



Além dos transportes rodoviários regularizados existem micro-ônibus que operam sem a devida concessão legal, principalmente, nos períodos de grande intensificação dos fluxos; e diante da ausência de regulação estes manipulam os preços de acordo com o aumento ou a diminuição da procura, chegando a cobrar o preço de R\$ 7,00 pelo percurso sede de Belém – Mosqueiro. Os finais de semana das férias são marcados por esta prática e pela superlotação dos ônibus, que não suportam a grande intensidade do fluxo turístico.

A emissão desses fluxos excursionistas para a Ilha de Mosqueiro tem um forte caráter metropolitano, uma vez que esta é parte integrante do município de Belém e se apresenta, com isso, relativamente a outros espaços turísticos paraenses, próximo à sede municipal de Belém e aos outros municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém. Neste sentido, a totalidade dos turistas excursionistas entrevistados na orla oeste de Mosqueiro eram residentes da região metropolitana, 60% do próprio município de Belém e 40% de outros municípios desta região.

A proximidade entre o espaço de origem e o espaço de destino se apresenta como um dos principais fatores que levam os turistas excursionistas a promoverem suas práticas na orla oeste de Mosqueiro, como ilustra o gráfico 02 dos turistas excursionistas entrevistados 36% citaram a proximidade e o baixo custo a ela associado como relevantes elementos na decisão de ir a Mosqueiro: “[...] eu gosto ir mais porque é perto, é, principalmente porque é perto [...]” (turista excursionista da orla oeste de Mosqueiro, trabalho de campo, jul. 2006). Outro fator citado na mesma proporção que a proximidade se refere às particularidades naturais da Ilha de Mosqueiro, entre as quais são ressaltadas a beleza e a quantidade de praias com características diversas e a especificidade conferida pelas ondas em praias de rio.

---

de R\$ 2,25, tarifa diferente da cobrada no restante do transporte coletivo urbano da Região Metropolitana de Belém.

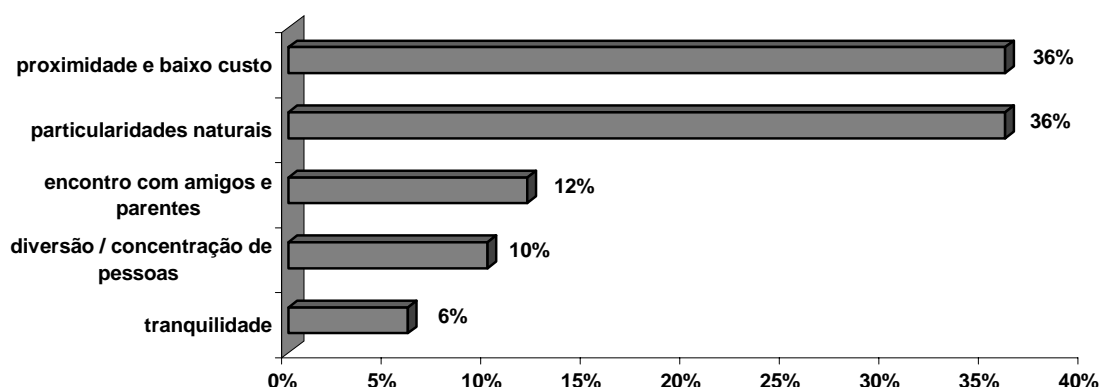


GRÁFICO 02 – Fatores que levam os turistas excursionistas da orla oeste de Mosqueiro entrevistados a optarem por este espaço turístico

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2006.

A tranquilidade proporcionada pela Ilha foi outro fator citado, mas com intensidade muito reduzida, como pode ser percebido no gráfico 02, o encontro com amigos e parentes e a diversão e a concentração de pessoas possibilitada pelas praias tiveram citação mais freqüente, o que está em consonância com a natureza da prática excursionista da orla oeste de Mosqueiro, especialmente, no que refere a maior participação dos jovens em sua composição. O trecho da fala do turista excursionista de 24 anos ilustra essa assertiva quando indagado sobre os fatores que o levam a procurar as praias da orla oeste de Mosqueiro: “[...] o que me atrai é tudo, curtição, o sol, a praia, o movimento, eu gosto de muita gente, eu gosto de ser popular [...]” (trabalho de campo, jul. 2006).

A constatação de características divergentes entre as práticas turísticas de maior incidência na orla oeste da Ilha de Mosqueiro, a de segunda residência e a excursionista, se apresenta de forma coerente com os conflitos verificados entre essas no espaço em questão. Esses conflitos por ocorrerem através da busca do uso do espaço turístico organizado coerentemente com a natureza de cada prática assumem a forma de conflitos territoriais, uma vez se manifestando através de relações de poder com vistas ao controle do espaço, objetivando ordená-lo da forma mais adequada a natureza própria de uma determinada prática, incidindo, em contrapartida, na restrição a práticas de natureza diversa, como será demonstrado mais detalhadamente a seguir.

### **III: O CONFLITO ENTRE AS TERRITORIALIDADES TURÍSTICAS EXCURSIONISTA E DE SEGUNDA RESIDÊNCIA E A DINÂMICA DE ORDEM / DESORDEM DA ORLA OESTE DE MOSQUEIRO**

O espaço turístico da orla oeste de Mosqueiro estruturou-se a partir do início do século XX com a incidência das práticas de segunda residência que, desse modo, construíram um ordenamento territorial adequado às características dessa forma de turismo, inclusive com a constituição de uma elite local atrelada aos seus interesses. No entanto, com o fortalecimento na referida orla das práticas turísticas excursionistas, cujas características se apresentam bastante distintas da prática de segunda residência, as bases do ordenamento territorial até então estabelecido passam a ser questionadas, dando origem a um relevante conflito de territorialidades na orla oeste de Mosqueiro materializado na dinâmica de ordem e desordem dos territórios das práticas turísticas.

#### **3.1 Os territórios das práticas turísticas: elementos norteadores**

Segundo o postulado de Knafou (1999) os espaços turísticos não necessariamente têm sua origem nas práticas turísticas, possuindo além dessas, duas outras relevantes fontes de estruturação, os promotores territoriais e o mercado, como visto no primeiro capítulo, no entanto, quando a relação estabelecida é entre turismo e território, a realidade se apresenta marcadamente diferente, pois os territórios turísticos consistem em “[...] territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores” (OP. CIT., p. 73). Sendo assim, todo território turístico é um espaço turístico, mas nem todo espaço turístico é um território turístico, isso porque a existência do território turístico pressupõe o controle do espaço por um sujeito determinado – o turista, fato que não ocorre em muitos espaços turísticos.

Neste ínterim, a construção de um território está atrelada à ação de um sujeito determinado e ao exercício do controle sobre um determinado espaço. Nas situações em que o espaço turístico é controlado por sujeitos que não as próprias práticas turísticas pode-

se falar de um turismo sem território, como reconhece Knafou (1999), ou seja, de um espaço turístico cujo domínio é exercido por operadores de turismo que colocam um produto no mercado, onde o turista apenas passa, faz uma incursão sem possuir um real poder sobre o espaço. Knafou (OP. CIT., p. 72) caracteriza os espaços em que prevalece um turismo sem território como:

[...] um produto certamente localizado, tendo alguma relação com o território, mas um produto que não é suficiente para produzir um 'território turístico', isto é, um território apropriado pelos turistas. Está-se então em presença de lugares de passagem, de territórios de outros, onde o turista só faz uma incursão ou até uma excursão.

A concepção de território conheceu ao longo do desenvolvimento da geografia e de outras ciências (tanto sociais quanto naturais) uma grande diversidade de acepções o que em muito contribuiu e, mais do que nunca, contribui, por um lado, para a dificuldade de compreensão da natureza do conceito e, por outro lado, para a sua riqueza. Apesar dessa multiplicidade de perspectivas despendidas ao tratamento do conceito de território Haesbaert (2002, p. 119) identifica um elemento presente nas diversas concepções e, portanto, de grande relevância na definição da sua natureza, qual seja, a estreita proximidade com as idéias de controle, domínio e apropriação (políticos e/ou simbólicos) do espaço.

Uma abordagem clássica que pode ser utilizada para reforçar essa constatação é a de Raffestin (1993), que considera o território “[...] resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (p. 143).

Souza (1995) insere-se, da mesma forma, nesta perspectiva ao considerar o território como um campo de forças, “[...] as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (p. 97). Sendo assim, o território seria fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder, um instrumento de exercício de poder, em sua essência. A produção de um território a partir de um espaço, como ressalta Raffestin (1993, p.144), por causa de todas as relações que envolve, se

inscreve num campo de poder. Dessa forma, o conceito de poder possui uma importância primordial na compreensão da natureza do conceito em questão.

Raffestin (OP. CIT.) ressalta que o poder é marcado pela ambigüidade representada pela existência do Poder (com 'P' maiúsculo) e do poder (com 'p' minúsculo). O primeiro faz referência ao poder formalizado, exercido pelo Estado através de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos. Já o segundo seria o poder inerente a todas as relações, seria menos identificável que o primeiro, “[...] é o alicerce móvel das relações de força, que por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis” (pp.51-52). O poder, segundo Claval (1979, p.11), não se restringe à capacidade de controlar o mundo, ou seja, de agir sobre ele, mas também abrange a capacidade de controlar, de influenciar a ação de outras pessoas, sendo assim, o poder, no sentido das relações sociais, seria marcado tanto pela capacidade de agir quanto de produzir comportamentos específicos.

Haesbaert (2002 e 2004a) procura organizar as visões sobre o conceito de território tomando por parâmetro a diferenciação entre posições materialistas e idealistas. As primeiras caracterizadas por uma predominância das características físico-materiais na definição do conceito; as segundas marcadas pela defesa do território como definido, principalmente, pelo “valor territorial”, no sentido simbólico. Entre as posições materialistas estão as abordagens do território sobre o prisma naturalista, econômico e jurídico-político.

Entre as posições materialistas, temos, num extremo, as posições “naturalistas”, que reduzem a territorialidade ao seu caráter biológico, a ponto de a própria territorialidade humana ser moldada por um comportamento instintivo ou geneticamente determinado. Num outro extremo, encontramos, totalmente imersos numa perspectiva social, aqueles que, como muitos marxistas, consideram a base material, em especial as “relações de produção”, como o fundamento para compreender a organização do território. Num ponto intermediário, teríamos, por exemplo, a leitura do território como fonte de recursos. (HAESBAERT, 2004a, p. 44)

A perspectiva jurídico-política de território, classicamente muito atrelada à noção de território como fonte de recursos, desenvolve sua leitura a partir da consideração do

território como o espaço concreto em si que é apropriado e ocupado por um grupo social, consolidando a formação de um Estado-Nação, levando a freqüente associação entre o espaço delimitado e controlado pelo Estado e o conceito de território. Certamente o território pode ser entendido desse modo, mas de forma alguma se reduz a isso, pois, como destaca Souza (1995, p. 81), “territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex. área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN) [...]”.

No que se refere à oposição entre as perspectivas materialistas e idealistas de território Haesbaert (2002; 2004a) propõe uma perspectiva integradora, buscando, assim, a superação da dicotomia material/ideal, considerando que o território envolve, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto das representações sobre o espaço.

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. (HAESBAERT, 2002, p. 121)

Com isso, o território, na visão do autor, seria o resultado do entrecruzamento de múltiplas relações de poder, sejam aquelas mais diretamente ligadas a fatores econômico-políticos, isto é, de ordem mais material, sejam aquelas relacionadas às questões de caráter mais cultural, com ênfase no poder simbólico. Essa perspectiva, de acordo com Haesbaert (2004a), somente é possível a partir da compreensão do espaço como um “[...] híbrido entre natureza e sociedade, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço” (p. 79) e, portanto, um espaço múltiplo e nunca indiferenciado. Desse modo, essa abordagem relacional do território conforma-se enquanto tal não apenas pela definição deste dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também por abarcar uma complexa relação entre processos sociais e espaço material.

Segundo Haesbaert (2002) no mundo contemporâneo vive-se de forma concomitante uma multiplicidade de escalas, “[...] numa simultaneidade atroz de eventos [...]” (p. 121) e, diante desse fato, vivenciam-se, juntamente, múltiplos territórios, como consequência de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que apesar de não serem mais a forma territorial dominante não deixam de existir, formando, assim, “[...] um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial” (HAESBAERT, 2004a, p. 338).

Souza (1995) também ressalta que o território não pressupõe contigüidade (concordando, desse modo, com a idéia da existência de múltiplas formas territoriais), podendo esse se estruturar de forma descontínua a partir de uma rede, sendo por isso denominado território-rede. Seria, na verdade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos.

Da mesma forma, segundo o autor, não existe o pressuposto da exclusividade de um poder sobre determinado espaço: “[...] não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades [...]” (OP. CIT. pp. 95-96). Outra característica imputada ao conceito de território a ser criticada por Souza (1995) consiste na idéia de que só existe território diante de um forte enraizamento, pois os territórios são antes de tudo relações sociais projetadas no espaço e, dessa forma, podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido, e ser mais instáveis que estáveis ou ter existência apenas periódica apesar de regular.

Nesse ínterim, em sua abordagem mais tradicional o conceito de território não admitia a possibilidade da descontinuidade, da superposição e da existência periódica dos territórios, com isso, a existência das redes, com seus elementos materiais e sua dinâmica social, juntamente, com a mobilidade inerente a essas eram considerados como atributos dentro de um dado território, geralmente, o território nacional, de forma alguma, era considerada a possibilidade desses elementos serem responsáveis pela estruturação de territórios próprios, como desenvolvido na elaboração teórica de Souza (1995) e Haesbaert (2002; 2004a), conformando verdadeiros territórios da mobilidade.

A fluidez contemporânea baseada nas redes técnicas e a exigência de mais fluidez são algumas das principais características do mundo atual. Mas além de técnicas, materiais, as redes são sociais e políticas, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam, como destaca Santos (1999, p. 209) e, desse modo, o desenvolvimento das redes e a resultante crescente fluidez contemporânea respondem pela intensificação das dinâmicas inerentes a conformação de formas territoriais que tem na mobilidade sua marca fundamental.

De acordo com Haesbaert (2004a) a crescente mobilidade das pessoas, seja como “novos nômades”, “vagabundos”, viajantes, turistas, imigrantes, etc.; passou a forjar no período contemporâneo toda uma cultura de viagens, cuja associação se dá, geralmente, com a idéia da desterritorialização, como se mobilidade e território fossem entidades opostas. Confrontando essa perspectiva Haesbaert (OP. CIT.) argumenta que a territorialização pode ser concebida também no movimento, uma vez que, um território pode se estruturar a partir da “[...] repetição do movimento, entendida a repetição como uma espécie de movimento “sob controle”. O que importa aqui é a presença de um processo de domínio e/ou apropriação que dota o espaço de função e expressividade” (p.243).

Dessa forma, ganha coerência a proposta de um território cuja mobilidade é o principal elemento caracterizador, como o território móvel de que trata Souza (1995). Segundo esse autor a construção de um território móvel não requer necessariamente um enraizamento profundo no lugar, ele pode ser instável e periódico, ser formado e dissolvido rapidamente, como, por exemplo, ocorre em alguns centros comerciais, cujas ruas de dia pertencem a territorialidade dos camelôs e de noite a territorialidade das prostitutas. Na visão de Haesbaert (2004a) esse tipo de território tem por característica ser mais flexível, admitindo ora a sobreposição (e/ou multifuncionalidade) territorial, ora a intercalação de territórios.

O conceito de território móvel também é utilizado por Ribeiro (2002) em seu estudo da prostituição na cidade do Rio de Janeiro (RJ), onde considera que a prática da prostituição tem como um de seus rebatimentos a formação de territórios, mais precisamente, territórios móveis, estruturados a partir da:

[...] apropriação, durante um certo período de tempo, de uma rua ou um conjunto de logradouros por um determinado grupo de prostitutas,



“michês” e travestis, que através de uma rede de relações, da adoção de códigos de fala, expressões, gestos e passos, garantem e legitimam essas áreas como territórios para a prática de tal atividade. Por outro lado, a especificidade do espaço condiciona sua apropriação e transformação em territórios fortemente e não fortemente controlados. Sendo assim, os territórios podem ser diferenciados em: fortes, aqueles demarcados e protegidos por/para um grupo, ou seja, o espaço condicionado por uma rigidez de controle, e fracos, com tolerância entre os “competidores”, onde a entrada/saída é mais fraca. (OP. CIT. p. 117)

No mesmo sentido que a prática da prostituição pode ser abordada a partir do conceito de território móvel, as práticas ligadas ao turismo podem ter um tratamento semelhante, uma vez se conformando numa atividade humana e social, cuja mobilidade e fluidez são características essenciais, de fortes rebatimentos territoriais e, na maioria dos casos, realizada em períodos determinados, ou seja, possuindo existência periódica e regular.

A praia foi um dos primeiros espaços onde se desenvolveu o turismo, como já demonstrado, ainda no momento em que a criação de espaços turísticos advinha exclusivamente das intervenções das próprias práticas turísticas que, dessa forma, se conformavam sempre em territórios turísticos. Mesmo na atualidade em que nas praias se percebe, com facilidade, a retomada e a intervenção relevante do mercado e do poder público é possível, em muitos casos, falar da constituição das praias enquanto territórios turísticos. Ao se analisar os fluxos turísticos que atuam na estruturação dos territórios turísticos a realidade demonstra-se bastante complexa, uma vez sendo muito grande a variedade de práticas, de representações e de interesses entre os grupos, configurando, desse modo, intensos e relevantes conflitos entre as diversas demandas por lazer.

### **3.2 Os objetos geográficos da orla oeste e as territorialidades turísticas**

A orla oeste de Mosqueiro constitui um exemplo interessante de território turístico, como caracterizado anteriormente, pois a origem das práticas de lazer mediante a viagem a esta localidade está ligada não a ações estatais ou de mercado, mas a ingerência das próprias práticas turísticas, primeiramente, com a materialização da prática de segunda

residência, entre o final do século XIX e início do século XX, e mais tarde de outras práticas, com destaque para a excursionista. Desse modo, as ações estatais, a instalação de empreendimentos como hotéis, bares, restaurantes e a própria estruturação de uma elite local estão atrelados ao pioneirismo e prevalência das práticas turísticas, ou seja, essas práticas acabam se configurando enquanto os principais agentes ordenadores do espaço, justificando a denominação território turístico.

Entretanto, a configuração da orla oeste de Mosqueiro enquanto território turístico não se dá a partir de um sujeito único, uma vez que as práticas turísticas apresentam grande diversidade entre si, inclusive, estabelecendo relevantes conflitos de interesses, que geralmente possuem rebatimentos territoriais. No que se refere à orla em questão as práticas turísticas de maior destaque condizem com a excursionista e a de segunda residência, como já conceituadas e caracterizadas anteriormente, cuja interação com a dimensão espacial local apresenta-se marcante, refletindo em complexas ingerências com vistas ao controle e uso do espaço, o que impõe a conformação destas enquanto territorialidades.

De acordo com Raffestin (1993), em uma concepção bastante ampla, a territorialidade humana consistiria no conjunto de relações que uma determinada coletividade ou indivíduo estabelece com a exterioridade ou alteridade através de certos instrumentos ou mediadores. Já Souza (1995) ressalta que a noção de territorialidade não deve ser confundida com o comportamento espacial de um grupo social, isto é, com as relações mantidas entre a sociedade e a natureza, uma vez que na geografia existem diversos outros conceitos dedicados a esse fim. A territorialidade estaria fortemente relacionada à busca de controle territorial, de implementação do domínio sobre um espaço determinado e poderia ser abordada no singular ou no plural:

A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, [...] *relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial*. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc. (OP. CIT., p. 99).

A concepção de territorialidade também é tratada por Mesquita (1992), que a considera a categoria mais abstrata entre as que fazem referência ao território, sendo este a sua contrapartida mais próxima ao concreto. A territorialidade seria caracterizada por uma

“[...] vivência do espaço físico e cultural enquanto extensão de nós mesmos, enquanto projeção de nossa identidade como indivíduos ou como grupo” (p. 73), podendo ser fruto da projeção de vivências familiares, de pertença ou domínio e de vivências coletivas ou culturais do passado, que permitem a canalização de antigos e atuais desejos de autonomia e liberdade, de posse e de poder.

Segundo Mesquita (OP. CIT) as territorialidades como resultado de projeções de vivências que expressam sentimentos de pertença a um clã, a um grupo, a um território, o que pode implicar ou não em posse ou poder direto dentro do grupo ou do território, geralmente se associam “[...] a um sentimento de orgulho por determinado território e se traduz em expressões individuais do tipo: - *Na minha terra...* ou à utilização de um ‘nós’ que não expressa só o pertencer, mas o acreditar ter como seu, ou de incluir-se numa posse ou num querer coletivos [...]” (p. 75).

Uma das mais clássicas abordagens da territorialidade consiste na desenvolvida por Robert Sack que a caracteriza como a “[...] tentativa por um indivíduo ou um grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica” (SACK apud HAESBAERT, 2002, p. 119). De acordo com Haesbaert (2004a) a territorialidade na obra de Sack, considerada uma condição necessária à existência do território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder e sendo uma estratégia ela pode ser ativada e desativada. A sua natureza “[...] depende de quem está influenciando e controlando quem e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo” (SACK apud HAESBAERT, 2004a, p. 86). Apesar da concepção do autor ter sua centralidade na perspectiva política, dando, assim, maior ênfase aos aspectos materiais, não deixa de reconhecer as outras dimensões da realidade, como no caso dos elementos ligados à cultura e à significação do espaço.

A concepção de territorialidade construída por Sack é compartilhada por Gomes (2002), no qual o conceito em questão é definido como correspondendo a ações estratégicas que visam o estabelecimento, a manutenção e o reforço do controle sobre outrem, tornando possível o uso de um dado terreno (sendo esta a noção de territorialidade adotada neste trabalho). Aspectos relativos à identidade, à emoção e à esfera do simbólico são

considerados elementos constitutivos da territorialidade, ou seja, elementos passíveis de utilização para fins de estabelecimento de domínio e controle do espaço.

Desse modo, as territorialidades turísticas excursionista e de segunda residência, atuantes no espaço das praias da orla oeste de Mosqueiro, correspondem a estratégias de controle do espaço desenvolvidas por práticas turísticas, cuja caracterização depende da natureza própria a cada prática e dos agentes conflitantes, neste caso, as próprias práticas turísticas, como será visto mais à frente. A manifestação da territorialidade pressupõe relações entre os grupos sociais, mas também, necessariamente, desses grupos sociais com a dimensão espacial e, em geral, envoltas pelo qualificativo poder, nesse sentido, a configuração de territorialidades depende intrinsecamente dos objetos geográficos dispostos em determinado local, como pode ser percebido na orla oeste de Mosqueiro, onde a concentração de objetos geográficos contribui decisivamente para explicar a concentração das práticas turísticas excursionistas e de segunda residência neste espaço, especialmente, no eixo que se estende da Praia do Murubira a Praia do Farol, destacado do ponto de vista de seus objetos.

O referido eixo, que abrange as praias do Murubira, Porto Arthur, Chapéu Virado e Farol se constitui no principal destino dos fluxos turísticos direcionados à Ilha na atualidade e também num dos espaços mais antigos do ponto de vista desse uso perdendo apenas para as praias da Vila, que também compõem a orla oeste. As próprias denominações das praias não são de origem recente: a praia do Farol tem sua denominação derivada, segundo Meira Filho (1978), da existência pretérita de um farol em sua área.

A praia do Chapéu Virado obteve seu nome, de acordo com Dantas e Brandão (2004), a partir da fabricação no local por colonos portugueses de chapéus com abas chamadas beiras. “Para alguns historiadores a expressão ‘chapéu beirado’ teria se convertido, com a pronúncia portuguesa, em ‘chapéu birado’ e depois ‘chapéu virado’. Outra possibilidade é a da corruptela cabocla que identifica a beira como a parte virada do chapéu” (DANTAS; BRANDÃO, 2004, p. 65). Já a praia do Porto Arthur tem a origem de seu nome na existência de um porto particular, muito comum no início do uso turístico desse espaço, pertencente a Arthur Pires Teixeira; e, por fim, a praia do Murubira obteve sua denominação a partir de uma referência aos primeiros habitantes do local, os índios Morobiras ou Miribyras (MEIRA FILHO, 1978; DANTAS e BRANDÃO, 2004).

Essas praias de uso bem antigo, como indicam suas denominações, são na atualidade as mais utilizadas da Ilha de Mosqueiro devido principalmente a concentração de objetos geográficos nesta área, especialmente, os culturais, uma vez que os objetos naturais verificados nas diversas praias da Ilha possuem grande semelhança entre si, não sendo, portanto, suficientes para explicar a concentração de turistas em determinadas praias e a presença rarefeita dos mesmos em outras. O quadro 05, na próxima página, busca demonstrar a concentração de objetos vinculados às práticas turísticas excursionistas e de segunda residência nas praias do Murubira, Porto Arthur, Chapéu Virado e Farol.

Alguns objetos como praças, pistas de cooper e espaços de convivência (locais providos de assentos na orla, tendo a forma de pequenas praças) são encontrados em toda a extensão da orla das referidas praias e atuam na caracterização destas como as praias mais densamente providas de objetos geográficos culturais (SANTOS, 1999), uma vez que as demais, principalmente aquelas não pertencentes à orla oeste possuem um número muito mais reduzido desses elementos. No entanto, internamente a essas praias mais freqüentadas da orla oeste não existe homogeneidade na disposição de seus objetos ocasionando, assim, uma diversidade também do ponto de vista do uso e da conformação das territorialidades.

	<b>PRAÇA</b>	<b>QUADRA DE ESPORTE</b>	<b>ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA</b>	<b>POSTO DE INFORM. TURÍSTICA</b>	<b>CICLOVIA</b>	<b>PISTA DE COOPER</b>	<b>HALF-SKATE</b>	<b>BARRACA DE PRAIA</b>	<b>COMÉRCIO</b>
FAROL	01	-	03	-	01	01	-	12	06
C. VIRADO	01	02	02	01	01	01	01	13	07
P. ARTHUR	01	01	02	-	-	01	-	01	01
MURUBIRA	01	03	02	-	-	01	-	06	27
<b>TOTAL</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>09</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>04</b>	<b>01</b>	<b>32</b>	<b>41</b>

QUADRO 05 – Objetos geográficos do eixo Murubira - Farol na orla oeste de Mosqueiro diretamente relacionados às territorialidades turísticas excursionista e de segunda residência

Fonte: Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007.

Neste sentido, a praia do Farol, uma das mais freqüentadas tanto por turistas excursionistas quanto por turistas de segunda residência possui uma elevada concentração de barracas de praia, 12 como pode ser visto no quadro 05, e também 6 estabelecimentos comerciais, nos quais estão incluídos bares, restaurantes e casas de show, como o Fuxico do Farol, de grande relevância na atração especialmente de excursionistas, o que pôde ser constatado em uma entrevista com um excursionista ao se referir à praia como “a praia do fuxico” (trabalho de campo, jul. 2006). Além desses objetos de configuração permanente têm-se aqueles de existência periódica, isto é, montados apenas em determinados períodos, especialmente durante as férias escolares, como quadras de esportes na areia e palcos de show’s (ver foto 11), estando, portanto, também, diretamente atrelados à territorialidade turística excursionista, já que durante este período há um amplo predomínio de excursionistas nesta praia.



Foto 11: Palco de shows montado na praia do Farol durante o mês de julho.

Foto: Ribeiro, 2006

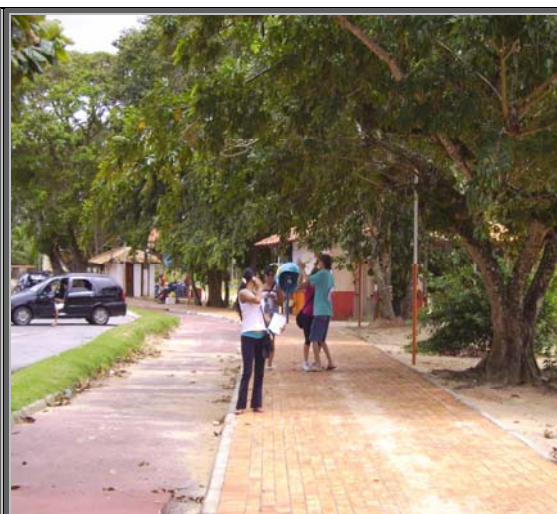


Foto 12: Perspectiva da orla da praia do Farol, onde podem ser percebidas a pista de cooper, a ciclovia, barracas de praia e uma vegetação densa em comparação às outras praias.

Foto: Ribeiro, 2006

Além dos objetos citados, um outro a merecer destaque na praia do Farol e que possui grande importância na conferência de singularidade a esta praia perante as demais consiste na sua arborização (ver foto 12), cuja densidade não é encontrada no restante da orla oeste, como indica a fala da turista de segunda residência “[...] a praia que eu mais frequento aqui é a do Farol [...] por causa das árvores, né, pra quem tem criança é muito bom [...]” (Trabalho de campo, jul. 2006). Continúa a praia do Farol e com características bem parecidas, tanto do ponto de vista dos objetos quanto da

incidência dos usos, sendo inclusive as duas únicas a possuírem ciclovia, encontra-se a praia do Chapéu Virado, porém apresentando, como evidencia o quadro 05, dois objetos ausentes nas demais praias do eixo Murubira – Farol, um half-skate e um Centro de Informação Turística da Belemtur – Companhia de Turismo de Belém (ver foto 13).



Foto 13: Centro de Informação Turística na praia do Chapéu Virado.  
Foto: Brandão, 2007



Foto 14: Mesas e cadeiras colocadas junto à Praia do Murubira pelos bares e restaurantes.  
Foto: Tavares, 2004

A praia do Murubira já se diferencia bastante da Praia do Farol e do Chapéu Virado, possuindo uma calçada estreita e com pouca arborização, porém, da mesma forma que as duas anteriormente citadas, se caracteriza por um intenso uso turístico, em determinados momentos sendo a mais freqüentada das quatro praias aqui abordadas. Isto deve-se a quantidade de estabelecimentos comerciais instalados em sua orla, nas adjacências da Avenida Beira-Mar, de acordo com o quadro 05 estão presentes em seu espaço 27 comércio, entre restaurantes, casas de show's e bares, que utilizam a calçada junto à praia para dispor cadeiras e mesas (ver foto 14). Outra especificidade reconhecida na orla da Praia do Murubira, fortemente relacionada à concentração de estabelecimentos comerciais, consiste na grande densidade, nos momentos de maior incidência dos fluxos turísticos, de carros estacionados com os sons ligados em altíssimo volume e com as pessoas ao redor dos mesmos.

A praia do Murubira, assim como Farol e Chapéu Virado, conta com um intenso uso tanto de turistas excursionistas quanto de turistas de segunda residência, dependendo do período havendo a predominância de um ou de outro, ao contrário, da realidade evidenciada pela Praia do Porto Arthur, localizada entre as praias do Chapéu Virado e Murubira, que se configura basicamente enquanto um espaço de passagem para os



turistas excursionistas, estando seu uso mais relacionado ao turismo de segunda residência, pois apesar da densidade de objetos na praia do Porto Arthur ser baixa se comparada às demais praias aqui abordadas (ver quadro 05), é forte a concentração do objeto intrínseco à prática turística de segunda residência – a casa de segunda residência. Neste sentido, aproximadamente 28% das casas de segunda residência do eixo Murubira – Farol estão na praia do Porto Arthur, ficando atrás apenas da praia do Murubira que conta com 30% das segundas residências, e ficando à frente das praias do Farol e Chapéu Virado, respectivamente, 26% e 16% desses imóveis (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2007).

Os objetos geográficos da orla oeste de Mosqueiro, como visto, possuem uma intrínseca relação com a incidência das práticas turísticas excursionista e de segunda residência, dando margem a sua caracterização enquanto territorialidades turísticas, materializadas a partir de diversas estratégias de controle e uso do espaço das praias da orla em questão. No entanto, além dessa inter-relação com a dimensão espacial essas práticas estabelecem importantes relações entre si, marcadas por uma dinâmica conflituosa e pela recorrência a aspectos materiais e simbólicos que compõem as duas territorialidades. Os discursos elaborados a partir da recorrência a elementos estabelecidos no plano simbólico acabam possuindo tanta relevância à constituição das territorialidades turísticas quanto os objetos geográficos da orla oeste.

### **3.3 Olhar romântico e olhar coletivo, “bucólicos” e “farofeiros”: construções simbólicas das práticas turísticas**

Os elementos simbólicos constituídos a partir das práticas turísticas excursionista e de segunda residência e, principalmente, da dinâmica conflituosa estabelecida entre elas têm sua base nas representações diferenciadas sobre o espaço das praias da orla oeste de Mosqueiro e, dessa forma, apesar de evidenciar-se mais fortemente ao nível do discurso, não consistem, como destaca Bourdieu (2003), em falsificações da realidade, mas sim em estruturados/estruturantes desta, sendo, então, sua parte integrante.

Neste sentido, bucólicos e farofeiros, correspondendo respectivamente às práticas de segunda residência e excursionista, consistem em construções simbólicas que representam o conflito estabelecido entre as práticas turísticas nas praias da orla

oeste de Mosqueiro. Os fundamentos dessas construções e de sua dinâmica contraditória identificam-se fortemente com o olhar romântico e o olhar coletivo do turista abordados por Urry (1996). Por sua natureza diferenciada esses olhares seriam responsáveis por relevantes conflitos de interesses nos espaços turísticos em que ambos desempenharem suas práticas.

O olhar romântico do turista antecede o surgimento do olhar coletivo estando relacionado às mudanças de valores ocorridas entre o final do século XVIII e início do século XIX, particularmente associadas ao movimento romântico, que valorizava os benefícios e prazeres da contemplação das paisagens naturais. Segundo Urry (OP. CIT.) “o romantismo não apenas conduziu ao desenvolvimento do ‘turismo da paisagem’ e da apreciação de magníficos trechos do litoral. Encorajou também os banhos de mar” (p. 39), uma vez que pregava e divulgava aos trabalhadores das novas cidades industriais os poderes benéficos contidos em breves períodos longe das cidades e próximos da natureza.

A beleza natural intocada desempenha o papel do típico objeto desse olhar romântico do turista e, por esse motivo, os espaços turísticos adquirem o caráter de verdadeiros santuários da natureza, nos quais as práticas dos turistas são marcadas pela privacidade e pela solidão. O caráter elitista do olhar romântico torna-se explícito em sua recusa a interações com grupos sociais mais numerosos e de menor poder aquisitivo, contudo, os seus adeptos “[...] tentam fazer com que todo mundo sacralize a natureza, da mesma maneira que eles o fazem. O romantismo [...] estava implicado no surgimento do turismo de massa, espalhou-se, generalizou-se e difundiu-se a partir das classes médias altas [...]” (OP. CIT., p. 71).

O olhar romântico do turista ao centrar sua prática na busca da solidão e da privacidade estabelece uma oposição clara às práticas turísticas de massa, no entanto, ao tentar propagar as virtudes de sua prática acaba desestruturando as condições de sua existência. Na visão de Luchiari (1999), “por estar sempre procurando paisagens novas e desconhecidas, fora do circuito comercial do turismo de massa, o olhar romântico acaba por difundi-las, valorizando-as e colocando-as no mercado” (p. 126). Com isso a disseminação do turismo de massa está, em grande medida, contraditoriamente associada às práticas turísticas identificadas com o olhar romântico, que, por sua vez, consideram as práticas de massa verdadeiras hordas selvagens

As práticas de massa integram o que Urry (1996) denomina de olhar coletivo do turista, onde são muito menores os problemas relativos ao excesso de pessoas, uma vez

que o adensamento populacional em determinados lugares é visto como aspecto positivo, ajudando na atração dos fluxos turísticos. Os lugares objetos desse olhar têm como condição para o seu sucesso a presença de outros turistas, pois estes lugares pareceriam estranhos se fossem vazios. Segundo Urry (OP. CIT., p. 70):

São as outras pessoas que fazem esses lugares. O olhar coletivo precisa, assim, da presença de um grande número de pessoas [...]. Outras pessoas dão uma atmosfera ou um sentido carnavalesco a um lugar. Indicam que aquele é o lugar onde se deve estar e que não se deve ir para outras paragens. [...] um dos problemas enfrentados pelo balneário britânico à beira-mar é que nele não havia um número suficiente de pessoas para transmitir essa espécie de mensagem.

O ‘fazer parte da multidão’ que caracteriza as práticas turísticas identificadas com o olhar coletivo estabelece uma dinâmica conflituosa com a ‘solidão’ e a ‘privacidade’ requerida pelas práticas ligadas ao olhar romântico, entretanto, além desse fator que diz respeito à natureza das práticas, não se deve perder de vista o componente do conflito representado pelo poder econômico diferenciado das duas práticas, enquanto a primeira possui grande identificação com as camadas mais populares da população, a segunda é composta principalmente por setores elitistas da sociedade.

Essa pluralidade de olhares das práticas turísticas, ressaltada por Urry (1996), fornece importantes elementos à compreensão da realidade turística da orla oeste de Mosqueiro, na qual as práticas de segunda residência, cuja natureza identifica-se fortemente ao olhar romântico; e excursionista, que possui grande coerência com os postulados do olhar coletivo, possuem forte incidência. No entanto, as particularidades das duas práticas, atreladas aos referidos olhares, aparecem, nos seus discursos, estruturadas em torno dos termos ‘bucólico’, relativo aos turistas de segunda residência, e ‘farofeiro’, relacionado aos turistas excursionistas.

O termo bucólico tem sua utilização justificada por uma representação do turista sobre o espaço turístico, ou seja, uma forma de ver a Ilha de Mosqueiro, que, assim, recebe o qualificativo de bucólica, cuja primeira referência, de acordo com Meira Filho (1978), data de 1950 e foi realizada por Ubiratan de Aguiar. Segundo o dicionário miniauréliu século XXI o termo bucólico faz alusão “à vida e costumes do campo e dos pastores; campestre rústico; que canta ou exalta as belezas da vida campestre, da natureza” (FERREIRA, 2001, p.111).

Desse modo, o bucolismo como traço marcante da relação entre os turistas de segunda residência e o espaço turístico de Mosqueiro busca condensar aspectos inerentes ao olhar romântico reconhecido por Urry (1996), como pode ser identificado nas falas dos turistas de segunda residência da orla oeste: “O que atrai em Mosqueiro é o clima, a praia, o sossego, na época normal..., é o aconchego né [...]”; “Você vem aqui fora de julho ou carnaval, eu e minha esposa, a gente anda aqui nessa praia só nós dois, seis e meia, sete horas, certo, chama-se qualidade de vida [...]” (Trabalho de campo, jul. 2006).

Como já tratado no capítulo anterior, o caráter romântico da prática de segunda residência da orla oeste pode ser reconhecido através das marcantes alusões à tranqüilidade e às qualidades naturais de Mosqueiro nos discursos desses turistas, como evidenciam as expressões “clima”, “sossego”, “aconchego”, “só nós dois”, presentes nos discursos acima citados. As qualidades naturais aparecem sempre combinadas com a tranqüilidade e o sossego, ou a privacidade e a solidão nas palavras de Urry (1996), levando esses turistas a reconhecerem a adequação do espaço turístico da orla oeste de Mosqueiro como circunscrita a determinados períodos, a “época normal”, ou seja, fora dos períodos de grande adensamento de turistas.

A manifesta preferência pela tranqüilidade em contraposição à agitação fornece aos discursos dos turistas de segunda residência um caráter nostálgico, que pode ser percebido pelo elogio à vida de relações característica de tempos passados da Ilha de Mosqueiro, quando o número de turistas era menor e os aspectos interioranos eram dominantes. As palavras de Brandão (1999, p. 5), turista de segunda residência, exemplificam essa visão:

Não são poucas as pessoas que foram encantadas pela Ilha, no passado, e que ainda continuam sendo nos dias de hoje. Foram os Mártiyes que desbravaram a ponta do Farol; o Sr. Pinet e o Sr. Tuñas, ambos donos do Hotel Balneário, que mais tarde, nas mãos dos Tavares, seria conhecido como Hotel do Chapéu Virado e depois Hotel do Russo; foram os alemães do canto do Sabiá; foi o Arthur Pires Teixeira, responsável pela instalação do primeiro bonde puxado a burro e pelo funcionamento do cinema Guajarino; foi o Cardoso, que ao se tratar na ilha de problemas respiratórios acabou montando uma farmácia em Mosqueiro [...] foram os Bitar da fábrica de borracha [...]; foram as belas gêmeas do Areião [...] Enfim, falta espaço para relacionar todos os “encantados”. O historiador Augusto Meira Filho certo dia escreveu: “Há uma poesia qualquer perdida na quarta rua, ou no pratuquara, na ponta do maracajá ou na pedreirinha que atrai, prende, sufoca, domina nossos desejos, conduz nossos sentimentos, guia nossos passos em busca da felicidade!”.

O romantismo desse discurso e a designação do grupo que compartilha de visão semelhante, “os encantados”, demonstra as expectativas dos turistas de segunda residência em relação ao espaço turístico de Mosqueiro, expectativa compartilhada pela elite local que, como pôde ser percebido no escrito de Brandão, se confunde com àquelas dos referidos turistas. A pequena vida de relações, a tranqüilidade, as belezas naturais que caracterizam a “bucólica ilha” são sempre ressaltadas enquanto aspectos positivos, como algo a ser preservado: “Devemos permitir que o Mosqueiro dos Tupinambás renasça em seus segredos, mitos e fábulas, dando-nos o fermento do passado para alimentar o presente que muito pouco temos sabido preservar” (BRANDÃO, 1999, p. 5).

Esse presente que não se tem sabido preservar está relacionado ao reordenamento da realidade construída a partir do olhar do turista de segunda residência, representado pela intensificação de outras práticas turísticas com características distintas. Esse fato acaba por gerar um fortalecimento do discurso da “ilha bucólica” como a realidade ideal, repleta de virtudes, enquanto um posicionamento contrário à realidade vista como adversa, uma estratégia de contenção. A realidade a ser contraposta tem como um de seus elementos estruturantes as práticas turísticas excursionistas, cuja natureza será descrita a partir de adjetivos de cunho pejorativo, buscando, dessa forma, ressaltar o contraste entre as virtudes da prática de segunda residência e os deméritos da prática excursionista.

O termo mais utilizado para desempenhar essa função é “farofeiro”, que segundo Bruhns (2001), tem sua fundamentação no fato dessa prática turística muitas vezes se organizar em torno de uma refeição, cujo planejamento, preparo e consumo são efetivados de forma coletiva. Como resultado dessa estruturação coletiva os excursionistas tornam-se, no dizer de Bruhns (OP. CIT.), quase auto-suficientes em relação ao comércio dos espaços turísticos atingidos por sua prática criando, nesses termos, a possibilidade de acesso ao lazer por grupos sociais economicamente desfavorecidos.

A percepção desse baixo consumo e o forte entrelaçamento entre suas atividades, como, por exemplo, o comércio de materiais de construção; e o turismo de segunda residência; faz com que haja por parte da elite local mosqueirense uma forte reação às práticas turísticas excursionistas, como destaca a fala de um comerciante local citado por Campbell (2000, p. 7):

Os pobres que vêm de Belém no ônibus de R\$ 0,70 são conhecidos aqui na ilha como *Mister M*. Eles sentam à mesa com a família toda e trazem apenas uma sacola. Pedem uma cerveja e depois abrem a tal sacola. Como num passe de mágica, sai de tudo: arroz, feijão, carne, farofa, pratos, sucos, copos, panelas, talheres e até guardanapo.

Os turistas excursionistas da orla oeste de Mosqueiro, pejorativamente qualificados de “farofeiros”, são demonstrados ainda nos discursos de turistas de segunda residência e elite local enquanto portadores de maus costumes e como praticantes de delitos e badernas, como será discutido mais à frente, contribuindo na formatação dos conflitos entre as territorialidades turísticas na orla oeste. Esse conflito tem nas diferenças de natureza entre a prática de segunda residência e a excursionista um de seus fundamentos, enquanto a primeira, como já tratado, está mais diretamente imersa no olhar romântico do turista, a segunda possui grande coerência com os postulados de Urry (1996) a respeito do olhar coletivo do turista, no âmbito do qual a concentração de turistas é vista como um aspecto positivo, interferindo na escolha do espaço turístico a ser utilizado.

Nesse sentido, os turistas excursionistas ao possuírem, em geral, afinidade com grandes concentrações populacionais percebem as praias da orla oeste de Mosqueiro, especialmente, Farol, Chapéu Virado e Murubira, nos períodos de férias ou feriados prolongados, como espaços privilegiados ao desempenho de sua prática. Também contribui a essa realidade a grande participação de jovens na composição desse fluxo turístico, atraídos pelos objetos da referida orla, como bares, danceterias e palcos de show. As falas dos turistas excursionistas da orla oeste de Mosqueiro retratam a sua proximidade com esse olhar coletivo:

Eu só vô lá pro Farol, Chapéu Virado e pro Murubira porque são os locais onde estão as festa, o bom é o movimento né [...]

Eu venho pro Farol, Chapéu Virado e Murubira porque são as mais freqüentadas e geralmente quando eu venho é pra curtir, jogar bola, conhecer outras pessoas, as festas [...]

As recorrências aos termos “festa”, “movimento”, “mais freqüentadas”, “curtir”, “conhecer pessoas” identificadas nos discursos dos turistas excursionistas ilustram as similitudes entre suas expectativas em relação ao espaço turístico e os pressupostos do

olhar coletivo, justificando, assim, a preferência desses pelas referidas praias da orla oeste de Mosqueiro, nas quais a concentração de objetos e de pessoas é marcante. No entanto, o reconhecimento das práticas excursionistas como componentes de um olhar coletivo do turista, assim como, das práticas de segunda residência como definidoras de um olhar romântico, não pode ser entendido de forma absoluta.

Essa caracterização, sendo um relevante instrumento para a compreensão da visão dos turistas sobre suas práticas, sobre as demais práticas turísticas e sobre o espaço receptor, no presente caso, as praias da orla oeste da Ilha de Mosqueiro (ver fotos 15 e 16), é de grande validade. Neste sentido, com base nos pressupostos dos olhares romântico e coletivo torna-se possível, inclusive, ilustrar a composição paisagística da orla oeste de Mosqueiro requerida pelas práticas de segunda residência e excursionista, como buscam demonstrar as fotos abaixo.



Foto 15: Perspectiva das praias da orla oeste fora dos períodos de férias e feriados prolongados.

Foto: Costa, 2003

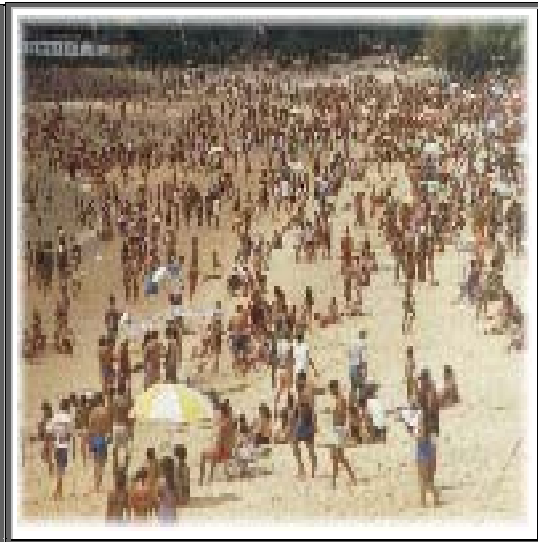


Foto 16: Perspectiva das praias da orla oeste de Mosqueiro durante o mês de julho, férias escolares.

Foto: Brandão, 1996

Na foto 15 está exposta a paisagem das praias da orla oeste de Mosqueiro em período não condizente com o grande fluxo turístico, pode ser percebida a presença rarefeita de pessoas utilizando a praia e o predomínio dos objetos naturais (água, areia, árvores) na paisagem, que, desse modo, se apresenta de acordo com as expectativas do olhar romântico do turista, justificando a opção de muitos turistas de segunda residência em freqüentar Mosqueiro somente nestes períodos. Ao contrário do exposto anteriormente, a foto 16 ilustra o grande adensamento de turistas nas praias da já citada orla durante o mês de julho, quando os objetos naturais dividem com os culturais, como

palcos de show, e com o grande número de pessoas a composição da paisagem, que, dessa forma, apresenta as características pretendidas pelo olhar coletivo dos turistas excursionistas.

Entretanto, como já indicado, a correspondência entre a prática excursionista e o olhar coletivo e entre a prática de segunda residência e o olhar romântico não pode ser admitida de forma absoluta, uma vez que, mesmo de forma minoritária, existe a presença entre excursionistas de expectativas e interesses mais diretamente relacionados ao olhar romântico, assim como, entre turistas de segunda residência existem atitudes e preferências imersas nas características do olhar coletivo, o que pode ser constatado a partir dos discursos a seguir, o primeiro de um turista de segunda residência e o segundo de um turista excursionista:

Eu fico no Murubira pela proximidade [em relação a segunda residência] e tem um atrativo a mais, porque à noite é aqui que a galera fica [...] Mosqueiro tava muito abandonada, agora já tá dando mais gente [...]

[...] a gente vê muita propaganda sobre o veraneio, no jornal a gente vê logo as fotos de mulher nua e tal. Eu acho que o verão, veraneio não é só isso. É a natureza, é o vento é a onda, é o descanso, é a vegetação, e as pessoas têm esquecido um pouco disso.

O primeiro discurso, do turista de segunda residência, demonstra aspectos típicos do olhar coletivo representados pelas expressões “é aqui que a galera fica” e “já tá dando mais gente” pronunciadas de forma positiva, evidenciando sua preferência pela concentração de pessoas e pelo movimento; já o segundo discurso, do excursionista, trás elementos característicos do olhar romântico expressos pelos termos “natureza”, “vento”, “descanso”, “vegetação”, manifestando, assim, sua percepção da tranquilidade e da exuberância natural como elementos relevantes enquanto atrativos turísticos.

Apesar de representarem uma minoria no âmbito dessas práticas turísticas, esses posicionamentos adquirem grande relevância ao indicar a existência de uma diversidade interna a cada prática turística, refutando, assim, a compreensão dessas enquanto grupos homogêneos. Não obstante o fato da análise das características das práticas turísticas de segunda residência e excursionista conduzirem à identificação da primeira ao olhar romântico e da segunda ao olhar coletivo, a real relevância dessa correspondência situa-se no plano do discurso, onde determinados aspectos são ressaltados em detrimento de outros, dependendo dos interesses manifestos.



No caso dos turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro o interesse manifesto consiste na afirmação de seu controle territorial sobre o espaço turístico da orla oeste de Mosqueiro, debilitado pela intensificação dos fluxos excursionistas. Neste sentido, as características de seu olhar romântico são representadas nos discursos sempre como virtuosas, enquanto as singularidades relativas ao olhar coletivo dos excursionistas são expostas de forma depreciativa, como já discutido.

O estudo dessa variedade de discursos e de representações sobre a praia pode contribuir decisivamente à compreensão da lógica dos agentes sociais, elucidando, de acordo com Kozel (2004, p. 230), “[...] desde as aspirações individuais aos sistemas de valores dos grupos sociais refletidos nos lugares e territórios [...]” e, ao contrário do que se pensa muitas vezes, as representações e os discursos não são externos à realidade, mas sim integrantes dessa.

Neste sentido, um ponto essencial no estudo das representações consiste na possibilidade que este oferece ao entendimento das estratégias dos agentes sociais, pois como demonstra Kozel (OP. CIT.) existe uma forte relação entre as representações e as ações humanas, o que permite compreender a diversidade inerente às práticas sociais, às mentalidades, aos vividos, desvendar ideologias e conflitos sociais. Norteada por esta visão a autora expõe que as representações em geografia “[...] constituem-se em criações individuais ou sociais de esquemas mentais estabelecidos a partir da realidade espacial inerente a uma situação ideológica, abrangendo um campo que vai além da leitura aparente do espaço [...]”.

As representações são construídas a partir do recurso a elementos simbólicos, que, em grande medida, podem consistir em objetos espaciais, inserindo-se no campo do que Bourdieu denominou de poder simbólico, “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem” (BOURDIEU, 2003, pp. 7-8). O poder simbólico seria estruturante e estruturado da/a partir da realidade social, um poder de construção da realidade, de estabelecimento de uma ordem, não sendo menos ou mais importante que outras modalidades de poder, como o econômico ou o político.

### **3.4 A chegada do estranho e a ordem/desordem do território turístico das praias da orla oeste de Mosqueiro**

Diante da diversidade de práticas turísticas existentes, isto é, da falta de homogeneidade dos sujeitos ativa e diretamente responsáveis pela constituição de

territórios turísticos – os próprios turistas, a realidade encontrada nos referidos territórios pode se apresentar marcada por intensos conflitos de interesses, geralmente manifestos por meio de estratégias de controle e restrição do espaço a determinadas práticas. Indo ao encontro desse reconhecimento, a orla oeste da Ilha de Mosqueiro evidencia um profundo conflito entre suas práticas turísticas de incidência e relevância mais destacadas, as de segunda residência e excursionista, que, por conta das estratégias de cunho territorial utilizadas, configuram-se enquanto territorialidades.

O turismo na orla oeste de Mosqueiro não emergiu a partir de um planejamento ou estratégia efetivada pelo Estado ou pelo mercado, mas sim a partir da ingerência dos próprios turistas entre o final do século XIX e início do século XX, compostos por estrangeiros instalados na sede de Belém e por sua elite. Somente após a configuração da referida orla em um espaço turístico, as ações do Estado e do mercado se fazem presentes no local, através de novas infra-estruturas, de novos serviços e da incorporação da Ilha de Mosqueiro ao Município de Belém, com a conseqüente regulação por parte deste da distribuição das terras locais.

Desse modo, tomando por base a conceituação de Knafou (1999), a orla oeste da Ilha de Mosqueiro não seria apenas um espaço turístico, ou seja, um espaço estruturado a partir de objetos e ações ligados ao turismo, mas também um território turístico, já que o turismo foi instalado nesse espaço a partir das ações dos próprios turistas, que, a partir de então, passaram a deter um relevante poder sobre o local. Esse turismo aprofundado em Mosqueiro consiste na prática de segunda residência, que, ao longo de sua trajetória na Ilha, construiu um ordenamento territorial coerente com seus interesses e características.

Esse ordenamento está diretamente relacionado à formação de poderes econômico e elitista locais<sup>4</sup> – comerciantes do ramo de material de construção, de hotelaria, de alimentação e entretenimento, de abastecimento de combustível, profissionais liberais ligados ao turismo, etc. (DANIEL, 1988; RIBEIRO, 2005) – atrelados à prática de segunda residência. Essa convergência de interesses desempenhou um papel fundamental nas ações destinadas a uma maior acessibilidade e circulação

---

<sup>4</sup> De acordo com Daniel (1988) o poder econômico local tem sua natureza relacionada aos aspectos materiais sendo, portanto, composto por indivíduos e grupos fortalecidos economicamente, enquanto a elite local tem sua estruturação no plano simbólico, sendo formada por agrupamentos sociais que assumem a posição de portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução da vida local. Muitas vezes, integrantes do poder econômico participam, também, das elites locais. Nesse caso, são os mesmos agentes sociais assumindo diferentes posições de sujeito. Daí decorre o fato de ser freqüente a imbricação dos interesses do poder econômico local e do poder social das elites como ocorre em Mosqueiro, justificando a sua interpretação neste trabalho como agentes conjugados.

interna e externa à ilha de Mosqueiro, com destaque à construção da rodovia e da ponte que possibilitaram a interligação terrestre entre a sede de Belém e o distrito em questão.

Entretanto, o ordenamento territorial construído por turistas de segunda residência e por poderes econômico e elitista locais ao resultar numa facilitação do acesso à Ilha favoreceu o fortalecimento de outras práticas turísticas, como a excursionista, que por sua natureza própria e diferente da prática de segunda residência, acabou criando nesta e nos grupos locais mais fortalecidos a percepção de um desordenamento territorial, o que se evidenciou com maior clareza a partir da implementação pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em 1999 da tarifa de transporte urbano no itinerário sede de Belém – Mosqueiro – sede de Belém, reduzindo o preço da passagem à ilha e propiciando uma maior acessibilidade da população belenense de baixa renda, sob a forma de fluxos turísticos excursionistas, às praias mosqueirenses, principalmente, àquelas de sua orla oeste provocando, como indica Souza (1997c), a desordem do ambiente turístico preexistente e engendrando, como demonstra Bauman (1998), a construção social do “estranho”.

Neste sentido, as práticas turísticas excursionistas se apresentam perante o ordenamento territorial vigente até então como um fator perturbador, um agente desordenador, um estranho. A configuração do estranho, de acordo com Bauman (OP. CIT.), se dá numa esfera de intersubjetividade, ou seja, o estranho é sempre o outro, o diferente, aquele que encobre os limites das fronteiras e mapas cognitivos, estéticos e morais traçados por um dado grupo social, “deixa turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser coerente receita para a ação”, impossibilita a real satisfação e alegria ao estabelecer a angústia, enfim, impede a reprodução da realidade marcada pela ordem, que significaria:

[...] um meio regular e estável para os nossos atos; um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estejam distribuídas ao acaso, mas arrumadas numa hierarquia estrita – de modo que certos acontecimentos sejam altamente prováveis, outros menos prováveis, alguns virtualmente impossíveis (OP. CIT., p. 15)

O estranho é o elemento identificado como perturbador dessa ordem, o responsável pela desestruturação do mundo previsível e sob controle e instaurador de uma realidade repleta de incertezas e angústias, onde a liberdade encontra-se ameaçada ou perdida, isto é, a possibilidade de agir conforme a própria vontade e alcançar os resultados esperados e desejados. Na visão de Bauman (1998) “a acuidade da estranheza e a intensidade de seu ressentimento crescem com a correspondente falta de poder e

diminuem com o crescimento da correspondente liberdade” (p. 40). Dessa forma, à medida que os fluxos excursionistas para a orla oeste de Mosqueiro se intensificam também são fortalecidas as visões negativas dos turistas de segunda residência sobre estes, ou seja, a sua condição de estranhos diante do ordenamento preexistente é ratificada, intensificando, com isso o conflito entre as territorialidades turísticas.

A caracterização dos excursionistas como estranhos pelos turistas de segunda residência tem sua fundamentação nas divergências entre o olhar coletivo e o olhar romântico elucidados por Urry (1996), sendo assim, a visão negativa dos segundos sobre os primeiros está sempre atrelada à percepção da concentração de pessoas, da multidão estabelecida na orla oeste de Mosqueiro nos períodos de férias escolares, quando se dá a maior incidência do fluxo excursionista. O quadro 06 busca demonstrar os principais fatores negativos das praias da orla oeste de Mosqueiro imputados pelas práticas de segunda residência à atuação dos turistas excursionistas.

<b>FATORES</b>	<b>DISCURSOS DE TURISTAS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA DA ORLA OESTE DE MOSQUEIRO</b>
<b>BARULHO</b>	<p>[...] fica muito barulho aqui e a gente não consegue fazer nada.</p> <p>[...] principalmente nesses finais de semana das férias, junta som de bar, som de carro, quando não é os auto-falante dos postes são os trios, esses palcos montados aí. Aí junta com a gritaria que o pessoal faz na praia e na rua [...]</p>
<b>INSEGURANÇA</b>	<p>Eu tava conversando com um pessoal aqui e uma senhora tava dizendo que arrombaro a casa dela aqui pra trás (adentrando o bairro do Murubira) e roubaro toda a fiação, toda a fiação!</p> <p>[...] antigamente agente via as pessoas passando, as família traziam seus carro, botavam as cadeira na porta pra passar a noite, até de madrugada, certo, hoje em dia a gente não vê isso, a gente não vê não, o negócio tá pirigoso! A gente fica com receio de meter a cara aí na rua [...] Você fica apreensivo. A gente só tem ouvido falar em negócio de arrastão! É muito pirigoso!</p>
<b>SUJEIRA</b>	<p>Nas férias, com essa multidão que invade Mosqueiro, é muita sujeira. Olha, tá vendo aquele redemoinho ali, é só copo descartável. A prefeitura não manda limpá, as pessoas vêm e sujam, a maioria não tem um pingo de educação mesmo [...]</p> <p>Uma vez eu peguei esse ônibus popular pra voltar pra Belém e me arrependi. O pessoal não sabe nem falá direito, jogam lixo pela janela, jogam dentro do ônibus, não param de comer um instante [...]</p>

QUADRO 06 – Principais fatores negativos da orla oeste percebidos pelos turistas de segunda residência como atrelados aos fluxos turísticos excursionistas.

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2006

Na visão dos turistas de segunda residência os principais elementos negativos da orla oeste de Mosqueiro estão atrelados à incidência do fluxo excursionista, que, ao representar o barulho, a insegurança e a sujeira, se configura enquanto um fator de desordem daquele espaço turístico. A responsabilidade pela existência desses fatores identificados como negativos dificilmente é imputada também à presença e à manifestação dos turistas de segunda residência, que, no plano do discurso, são sempre caracterizados por meio dos elementos que compõem o olhar romântico do turista, enfatizados como positivos. A promoção pelos segundos residentes dessa identificação entre os fatores citados e os turistas excursionistas serve de base a personificação destes enquanto estranhos.

O “barulho”, como exposto no quadro 06, corresponde a um dos fatores de grande relevância nos discursos dos turistas de segunda residência da orla oeste, que ressaltam este elemento como um contraponto da paz e da tranquilidade proporcionadas pela exuberância natural de Mosqueiro, como escreve Brandão (1999), “na praia tornou-se impossível ouvir as ondas quebrando nas areias” (p. 5). Dessa forma, o barulho é percebido como uma limitação da prática de segunda residência, “a gente não consegue fazer nada”, durante os períodos de férias escolares, especialmente aos finais de semana, quando a concentração de turistas na orla oeste de Mosqueiro aumenta drasticamente (ver foto 17).

Contudo, não obstante o maior número de excursionistas durante estes períodos, as diversas naturezas de ruídos presentes na orla não tem apenas nos excursionistas a sua fonte emissora, como é o caso dos carros dotados de sistemas sonoros capazes de emitir sons de altíssimo volume, cuja concentração é marcante na orla da praia do Murubira, os quais geralmente não pertencem a turistas excursionistas, já que, como visto no primeiro capítulo, apenas 5% dos entrevistados pertencentes a essa prática turística utilizam carro particular em seu deslocamento a Mosqueiro, enquanto entre os segundos residentes o contingente esteve na ordem de 90% dos entrevistados. Neste sentido “o som de carro” ressaltado pela turista de segunda residência (ver quadro 06) possui uma identificação muito mais evidente com o turismo de segunda residência do que com as práticas excursionistas, conflitando com a intencionalidade do discurso.



Foto 17: Trio elétrico na orla oeste de Mosqueiro.  
Foto: Brandão, 1996

As duras críticas a presença dos trios elétricos e a realização das “micaretas” na orla oeste de Mosqueiro (ver foto 17), cuja grande relevância esteve na década de 1990 sendo menos freqüentes na atualidade, estão também relacionadas a sua identificação ao olhar coletivo dos turistas excursionistas. Apesar das restrições estabelecidas a esses eventos estarem dizerem respeito à constatação pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) da sobrecarga das encostas das praias do Porto Arthur e do Murubira pelo excesso de peso dos trios elétricos, como relata um comerciante local e ex-vice presidente da ASMAM (Associação dos Moradores e Amigos do Mosqueiro)<sup>5</sup>, houve por parte dos comerciantes e empresários locais a promoção de intensas campanhas contrárias aos eventos (informações obtidas em entrevista em Mosqueiro, maio de 2003), por conta da aglomeração de pessoas, na qual as práticas excursionistas tinham destaque; e do barulho que esses evidenciavam, indo de encontro ao tradicional uso de segunda residência, como atestam as palavras de Brandão (1999) “[...] a presença insistente de trios elétricos e palcos [...] dificilmente promovem a cultura local (p. 5).

A cultura local evocada pelo turista de segunda residência, condizente com os valores atrelados ao olhar romântico de sua prática, busca evidenciar os trios elétricos e os palcos montados nas praias (atualmente esses palcos continuam sendo montados com freqüência durante os períodos de férias, principalmente nas praias do Chapéu Virado e

---

<sup>5</sup> Essa associação não possui atividades na atualidade, mas durante a década de 1990 foi um dos principais elementos de congregação dos poderes econômico e elitista locais, possuindo grande coerência com os interesses dos turistas de segunda residência.

Farol) como objetos estranhos à orla oeste de Mosqueiro, apesar de também serem utilizados por turistas de segunda residência, pois não compõem o romantismo, o bucolismo da Ilha. Segundo Getúlio Trindade, quando exercia o cargo de agente distrital de Mosqueiro, “[...] aquilo que é romântico no carnaval [... são] os blocos de rua” (Segurança...2002, p. 8).

Outro fator negativo constituído nas praias da orla oeste de Mosqueiro de acordo com os discursos dos turistas de segunda residência e identificado por estes à presença e à atuação dos turistas excursionistas diz respeito à insegurança, evidenciada pelas falas expostas no quadro 06 através das expressões “arrombaro a casa”, “roubaro toda a fiação”, “receio de meter a cara aí na rua”, “arrastão”, “é muito pirigoso”. A concentração desses delitos durante o período de férias escolares quando se dá a maior incidência do fluxo excursionista, juntamente com a grande participação dos jovens nessa prática turística, favorece a identificação desse fluxo à marginalidade, como pode ser percebido em determinadas falas de segundos residentes, da mesma forma que a sensível participação de grupos sociais de baixa renda em sua composição.

A percepção da insegurança atua como uma restrição ao usufruto da orla pela prática de segunda residência, como demonstra a fala já exposta no quadro: “antigamente agente via as pessoas passiano, as família traziam seus carro, botavam as cadeira na porta pra passar a noite, até de madrugada, certo, hoje em dia a gente não vê isso” (turista de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro, trabalho de campo, jul. 2006). E como reação à desestruturação do antigo ordenamento, os discursos dos segundos residentes, geralmente, promovem generalizações negativas sobre a prática excursionista, especialmente, sobre a parcela que se utiliza da tarifa de transporte urbano, através da equiparação de seus integrantes à marginais.

Os discursos em torno da insegurança funcionam como trunfos importantes das estratégias de controle territorial dos turistas de segunda residência, uma vez que a depreciação da imagem da prática excursionista é sempre acompanhada da proposição de soluções inerentes à restrição do acesso de seus integrantes às praias da orla oeste. A sujeira como um fator atrelado ao excursionismo, no âmbito dos discursos da prática de segunda residência, acaba tendo uma função semelhante, aparecendo quase sempre conjugada a falta de educação, como demonstram os trechos da fala do turista de segunda residência contida no quadro 06: “não tem um pingão de educação mesmo”, “não sabe nem falá direito, jogam lixo pela janela, jogam dentro do ônibus, não param de comer um instante”.

O discurso assim construído indica a intenção de evidenciar a prática turística excursionista enquanto agente debilitador da qualidade ambiental das praias da orla, ao passo que os turistas de segunda residência, por sua educação e afinidade com os atrativos naturais, são convertidos em sujeitos portadores de ações benéficas. A fala do integrante da elite e do poder econômico locais de Mosqueiro atua dessa forma: “Eu não sou contra a passagem de R\$1,00 [...] deveria ser de graça [...] onde está limpo a rataria vai embora” (informação obtida em entrevista realizada em Mosqueiro, agosto de 2004); ao comparar os fluxos excursionistas, especialmente os grupos sociais de baixa renda, a ratos, que seriam afastados com a limpeza, representada pela promoção de eventos e de atrativos não identificados com esses grupos.

Os três principais elementos negativos que compõem a representação dos turistas de segunda residência sobre a prática excursionista, o barulho, a insegurança e a sujeira, são as principais bases da construção social desses últimos enquanto estranhos ao ordenamento estabelecido, o qual se ajustava aos interesses e características dos primeiros. De acordo com Bauman (1998) a aversão aos estranhos é movida pelo sonho de alcançar um mundo marcado pela pureza onde há “lugares certos” para cada uma das coisas que o compõe, uma visão inseparável da idéia de ordem, na qual as coisas devem estar em seu devido lugar e em nenhum outro.

O extremo oposto da pureza seria a sujeira, a imundície, os agentes poluidores – os estranhos, que, em última análise, representam algo que está fora de seu devido lugar, pois “não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em ‘sujas’, mas tão-somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram a pureza” (BAUMAN, 1998, p. 14). Nesta perspectiva, o mesmo elemento identificado com a sujeira, aquele que personifica a desordem, se colocado num outro espaço, pode vir a perder essa característica, tornando-se puro.

A constatação da realidade dessa afirmativa pode ser encontrada na análise das estratégias do poder econômico e elite locais, juntamente com os turistas de segunda residência, na já ressaltada convergência de interesses, com vistas ao estabelecimento de um maior controle territorial sobre as praias da orla oeste de Mosqueiro, o que perpassaria pela diminuição do conflito entre as territorialidades turísticas. Uma das ações implementadas neste sentido consistiu da elaboração do Plano Diretor Urbano de Belém – PDU (PMB, 1993, p. 38) cujo Art. 152 determina que “[...] a ordenação dos espaços da ilha de Mosqueiro [... destina-se a] recreação e lazer [...da] população



belenense de média renda”, prevendo os espaços da Ilha de Caratateua (Outeiro) ao lazer dos grupos sociais de baixa renda.

Dessa forma, os grupos sociais de baixa renda, parcela majoritária dos fluxos excursionistas, seriam vistos como estranhos por conta do espaço onde estão imprimindo sua territorialidade, a Ilha de Mosqueiro, cujo ordenamento é estabelecido a partir do turismo de segunda residência, fortemente identificado a grupos sociais de média renda. Essa regulamentação representa perfeitamente os interesses de segundos residentes e poder econômico e elite locais mosqueirenses, ao propor a constituição de espaços de lazer segregados a partir de padrões diferenciados de renda, buscando eliminar o encontro com estranhos, o que é indefensável em se tratando de espaços públicos de grande relevância, como as praias da orla oeste de Mosqueiro.

A concretização do pretendido ordenamento para o espaço turístico de Mosqueiro resultaria na configuração de um espaço exclusivo, ou seja, com acesso restrito a determinados grupos, como bem demonstra Corbin (1989, p. 296) ao descrever a realidade da estação de Swinemude (Alemanha) em 1827:

A praia [...] é dividida em cinco zonas. A do meio, com uma extensão de 500 passos, deve permanecer vazia; tem por finalidade separar os dois setores, um reservado aos homens e outro às mulheres [...]. Essa clássica distribuição segundo o sexo, praticada em Boulogne, em Granville, em Dieppe, vê-se acrescida de uma fronteira social. O setor reservado ao sexo masculino divide-se em duas zonas. Na primeira ficam os membros das classes inferiores, que não possuem cabines nem carros de banho. O segundo setor da praia destina-se aos ricos; estes dispõem de vinte ou trinta cabines equipadas, de carros de banho e de um caminho de tábuas para evitar que seus delicados pés sofram eventuais cortes. A primeira das zonas reservadas às damas beneficia-se do mesmo tipo de equipamento, do qual estão privadas as mulheres das classes inferiores, relegadas ao último setor.

De acordo com Gomes (2002) nenhum espaço se apresenta do ponto de vista morfológico com maior regularidade que as areias de uma praia, no entanto, essa característica não se faz refletir, ao contrário do que se poderia imaginar, no arranjo do seu uso, pois o que se nota, em geral, são locais de grande concentração e outros de reduzida utilização. Essa constatação relaciona-se ao fato do uso da praia recriar as distinções e conflitos inerentes à dinâmica da sociedade:

Às distinções por sexo ou classe, vieram se juntar muitas outras, moradores e forasteiros, turistas de temporada ou de deslocamento diário, vindos de longe ou de perto, jovens ou idosos, em família ou solteiros, em grupos pequenos ou grandes etc. São todas essas distinções que irão regular a distribuição das pessoas sobre esse

espaço, criar proximidades e distâncias, criar conflitos e alianças, imagens e dinâmicas.  
(OP. CIT., p. 218)

De acordo com Urry (1996) à medida que a viagem para as praias, e também para outros espaços turísticos, passou a não ser uma exclusividade dos grupos elitistas se estabeleceu uma hierarquia entre os diferentes lugares ligados ao uso turístico: “[...] desenvolveu-se uma ‘hierarquia’ do balneário e certos lugares passaram a ser vistos como corporificações do turismo de massa, a serem desprezados e ridicularizados” (p. 34).

A massificação do turismo, como mostra Knafou (1999), pode ser entendida como a concentração de grandes quantidades de turistas em um espaço limitado onde é muito forte a transformação do meio de recepção, no entanto, não é essa transformação que, segundo o autor, responde pela problemática evidenciada com a emergência desse tipo de turismo, mas sim a limitação que ele proporciona a atuação de outras práticas, identificadas pelo autor como de cunho elitista. Essa mesma problemática é abordada por Urry (1996) através do reconhecimento de um olhar coletivo e de um olhar romântico do turista, como já tratado.

O conflito entre as territorialidades abordadas pelos autores em alguns espaços destinados ao turismo evidencia-se de modo pouco perceptível ou inexistente, uma vez que o domínio territorial estabelecido por determinada prática se apresenta com tal força que não permite a instalação de territorialidades contrapostas a sua natureza. A referência aqui é principalmente a grupos que detendo um alto poder aquisitivo dão concretude a espaços turísticos de acesso extremamente limitados, como enfatiza Urry (1996), os indivíduos ou grupos sociais realmente ricos permanecem fora do alcance das massas nos balneários muito caros, em suas ilhas particulares, em suas propriedades isoladas, em seus iates.

Diante desse fato, os principais conflitos entre o olhar coletivo do turista ou as práticas de massa e o olhar romântico ou as práticas elitistas se manifestam em espaços de atuação não de grupos de altíssimo poder aquisitivo, mas de rendas médias, que não dispõem de recursos financeiros necessários para se instalar nos espaços turísticos sem intervenção das massas, mas, que no entanto, possuem forte identificação com o elitismo, pois, como elucida Daniel (1988), o poder social da elite se estabelece principalmente no plano simbólico estando relacionado, além do poder aquisitivo, a elementos como a instrução, a cultura e a postura ativa nos assuntos locais.

O espaço turístico da orla oeste de Mosqueiro é um grande exemplo dessa realidade, especialmente por se tratar de uma área metropolitana, na qual estão presentes maiores facilidades de acesso, ocasionando, assim, a incidência de uma grande variedade de grupos sociais, com padrões de renda distintos, o que tem atuado como impulsionador dos conflitos entre as territorialidades turísticas. Em se tratando dos conflitos entre as duas principais práticas turísticas da citada orla, a realidade apresenta-se bastante complexa, já que as posturas das duas práticas diante do conflito são muito diferenciadas, enquanto a maior parte dos turistas de segunda residência percebe os excursionistas como estranhos, como fatores desordenadores das praias da orla oeste, os turistas excursionistas, em sua maioria, não identificam problemas em sua relação com os turistas de segunda residência, como pode ser percebido ao se analisar o gráfico 03.

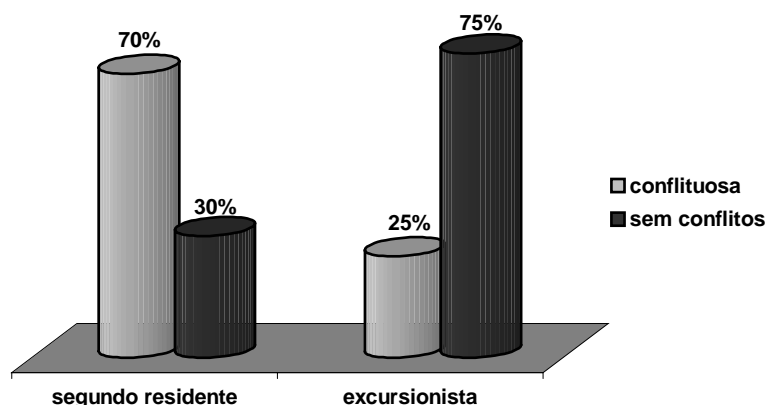


GRÁFICO 03 – Tipo de relação entre turistas excursionistas e turistas de segunda residência de acordo com os integrantes dessas práticas entrevistados na orla oeste de Mosqueiro.

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2006.

Apenas 25% dos turistas excursionistas entrevistados reconhecem o conflito em relação à prática de segunda residência, os demais consideram não haver nenhum tipo de problema, como evidencia o discurso do excursionista: “Acho que não tem nenhum problema, cada um vai com a sua intenção, eu vou pra curtir mas eu não incomodo ninguém” (Trabalho de campo, jul. 2006); sendo que a parcela que reconhece o conflito o atribui a percepção dos segundos residentes sobre sua prática e não o contrário, estando presentes em alguns discursos posturas mais críticas, ressaltando as diferenças de renda como responsáveis pela não aceitação dos excursionistas pelos segundos

residentes; e em outros discursos posturas mais complacentes, que buscam reconhecer na própria prática excursionista as razões do conflito:

Se a gente for olhar pelo aspecto econômico das pessoas que vão e voltam no mesmo dia porque não tem dinheiro [a relação] é, de certa forma, conflituosa, mas por parte dos que tem casa, uma classe B, nem digo uma classe A. Eles olham assim realmente com um olhar marginal.

Olha, muitos vão daqui pra robar, mas muitos vão pra descansar, tomar sua cerveja [...] domingo passado, meu amigo me falou, teve até arrastão, então, as pessoas que tem casa lá não gostam de quem vai assim no final de semana, por causa dessas pessoas que só querem bagunçar.

(Turistas excursionistas da orla oeste de Mosqueiro, trab. de campo, jul. 2006)

Os dois discursos apresentam diferenças marcantes, enquanto o primeiro confere aos segundos residentes e à sua valorização de aspectos atrelados ao status a responsabilidade pelo conflito, o segundo atribui à composição do próprio fluxo excursionista, principalmente a presença de marginais, não salientando aspectos negativos na postura dos turistas de segunda residência em relação a sua prática. No entanto, a maior parte dos turistas excursionistas, 75% dos entrevistados, como exposto no gráfico 03, considera não existir problemas em sua relação com os turistas de segunda residência, ao contrário desses, já que apenas 30% disseram não existir o conflito, enquanto 70% caracterizam a relação entre turistas de segunda residência e turistas excursionistas como conflituosa, atribuindo sempre as causas dessa realidade às características que reconhecem nos excursionistas.

O excursionista é visto pelo turista de segunda residência como o principal agente da constituição de uma realidade inadequada a sua prática, como indica a fala da segunda residente: “[...] eu prefiro vin normal mesmo [...]” (Trabalho de campo, jul. 2006), referindo-se a sua preferência pelo período não condizente com as férias escolares, quando pela incidência em grande escala das práticas excursionistas se constitui, na visão da turista, uma realidade anormal. Desse modo, o excursionista é visto como o desarticulador da ordem preexistente, ou seja, um promotor da desordem, um poluidor, um estranho.

Para Claval (1999, p. 18) as certezas fáceis, que estão no cerne de uma realidade subjetivamente marcada pela ordem, são colocadas em causa pela crescente abertura da sociedade, pois se multiplicam enormemente os contatos com o outro e, desse modo, a criação dos estranhos, resultando em confrontações ampliadas, que geralmente

conduzem a atitudes defensivas, como as expressas no conflito entre as territorialidades turísticas da orla oeste de Mosqueiro, no qual essas atitudes defensivas são marcantes nas estratégias de controle e restrição do espaço implementadas pela prática de segunda residência, assim convertida em territorialidade.

A despreocupada situação das praias ordenadas pelo olhar romântico do turista deixa de existir no momento em que surgem aqueles que passam a indagar sobre seus fundamentos, suas razões, passando a ressaltar suas irregularidades e discrepâncias. De acordo com Bauman (1998, p. 19) “[...] a chegada de um estranho tem o impacto de um terremoto... O estranho despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária. Ele vem de longe; não partilha as suposições locais [...]” e por isso coloca em questão a realidade da forma como está estruturada até então. A atuação desse agente da desordem se dá dessa forma pelo fato deste não possuir nenhum status dentro do grupo abordado, não compartilhando dos valores adotados, e mesmo se buscasse “[...] se comportar exteriormente da maneira exigida pelo padrão, o grupo não lhe concederia o crédito de retribuição do seu ponto de vista” (OP. CIT.).

Dessa forma, o conflito entre as territorialidades turísticas de segunda residência e excursionista está relacionado não apenas as transformações impostas pela chegada da última a uma realidade ordenada de acordo com os princípios e características da primeira, mas também pela sua simples presença, ou seja, o acesso ao espaço turístico da orla oeste de Mosqueiro por uma prática identificada com grupos sociais de baixa renda trazem grandes repercussões sobre o ordenamento preexistente, uma vez incidindo sobre o status do espaço, como indica a fala da turista de segunda residência: “Muitas pessoas que tem casa aqui tão saindo por causa dessas pessoas que vem nesse ônibus barato, porque o nível vai ficando cada vez mais baixo, né [...] essa é uma opinião muito comum aqui [...]” (Trabalho de campo, jul. 2006).

Neste sentido, muitos problemas da orla oeste de Mosqueiro expostos nos discursos dos turistas de segunda residência como reflexos da prática excursionista, também são percebidos por estes, no entanto, sem efetivar uma relação direta com a prática de determinado grupo, uma vez que esta territorialidade não adota a mesma atitude defensiva que a prática de segunda residência. De acordo com Knafou (1999) as próprias diferenças de mobilidade funcionam como elementos importantes desse conflito de territorialidades, já que se têm territorialidades mais sedentárias, representadas por aqueles que constantemente vivem em determinados espaços turísticos, como os segundos residentes na orla oeste; e a territorialidade nômade dos que permanecem pouco tempo, sem, no entanto, prescindir da necessidade de se

apropriar do espaço, mesmo que apenas de forma fugidia, como é o caso dos turistas excursionistas.

Dessa forma, a emergência da territorialidade representada pela prática excursionista demarca para a territorialidade identificada com o olhar romântico, a prática de segunda residência, a instalação da desordem, enquanto para a nova territorialidade a orla oeste de Mosqueiro se evidencia enquanto uma realidade ordenada, mesmo com a percepção de problemas, principalmente, porque o adensamento populacional característico desse espaço se apresenta de forma coerente com a representação desses turistas, marcada pelo olhar coletivo.

Portanto, ordem e desordem, de acordo com Souza (1996, 1997c) e Bauman (1998), são construídas em uma esfera de relatividade entre sujeito e objeto. Essa relatividade remete, na visão de Souza (1997c, p. 71), a dois aspectos fundamentais no âmbito da análise social, um relacionado “[...] a importância de se conjugar diferentes escalas de análise quando do tratamento de um problema concreto [...]”; e outro referente “[...] a constatação de que ‘ordem’ e ‘desordem’ não são realidades simplesmente objetivas, mas sim realidades que se constroem na relação sujeito-objeto”.

O que é visto como ordem por um determinado grupo pode ser visto como desordem por outros fazendo com que a complexidade resultante dessa construção subjetiva da ordem e da desordem ratifique-se na diferenciação entre “nós” e os “outros” e na projeção dessas relações sociais sobre o espaço (SOUZA, 1995), configurando os conflitos de territorialidades. Morin (2005) compartilha da noção de inseparabilidade entre ordem e desordem, que podem ser duas faces de um mesmo fenômeno, pois a ordem é relativa e relacional e a desordem incerta. Como acentua Souza (1997c) o construto ordem/desordem consiste num processo dialético e, por conseguinte, conflituoso internamente, onde “[...] a desordem encarna, simultaneamente, a angústia da dissolução de uma velha ordem e as incertezas que acompanham a formação de uma nova” (p. 72). Essa mesma visão é compartilhada por Haesbaert (2004b, p. 01):

A “ordem” vem sempre acompanhada de seu par indissociável, a “desordem”, que não deve simplesmente, a priori, ser combatida, pois ela pode estar sendo a manifestação de uma nova ordem, de um novo ordenamento – vide algumas formas alternativas de organização do espaço que brotam das populações mais pobres e excluídas; o momento da desordem geralmente coincide com aquilo que caracterizamos como crise ou, como queria Gramsci, o momento em que “o velho está morrendo e o novo ainda não conseguiu nascer”.

As incertezas relacionadas à construção ou não de uma nova ordem hegemônica e os reordenamentos territoriais já verificados, manifestos na atual dinâmica de ordem/desordem que caracteriza os conflitos de territorialidades turísticas na orla oeste de Mosqueiro, fomentam discursos e ações por parte dos turistas de segunda residência no sentido de restabelecer o ordenamento preexistente, cuja natureza apresentava-se adequada ao olhar romântico dessa prática. Olhar esse na atualidade ratificado no plano do discurso enquanto um importante trunfo nas disputas territoriais, principalmente, buscando estabelecer paradoxos com o olhar coletivo dos turistas excursionistas, nos quais as virtudes são imputadas ao primeiro e os malefícios ao segundo. As palavras de Brandão (1999, p. 5) exemplificam bem esses discursos e ações:

Reconhecendo as limitações do poder público para intervir adequadamente naquele espaço e a postura equivocada de certos indivíduos e grupos sociais no que diz respeito ao tratamento que dispensam à Ilha, penso que é chegada a hora dos herdeiros da história seguirem o exemplo dos cabanos que demonstraram nas praias do Mosqueiro a sua bravura ao resistir à repressão das forças despóticas e trazer para si a responsabilidade de pensar o futuro. Proponho a criação de um conselho ou de uma assembléia composta por pessoas “encantadas” [...]

As palavras do segundo residente demonstram a atitude manifesta por esses turistas e pela elite e poder econômico locais de Mosqueiro diante da percepção do debilitamento da ordem construída com base em seus interesses e afinidades, os “herdeiros da história”, as “pessoas encantadas” devem tomar a “responsabilidade de pensar o futuro”. A requisição dessa postura ativa está atrelada a necessidade, por parte dos referidos grupos, de estabelecer um maior controle territorial do espaço turístico das praias da orla oeste de Mosqueiro, pois, como enfatiza Gomes (2002) a interface da dialética entre ordem e desordem se materializa no espaço como uma ameaça de “invasão” representada no imaginário dos grupos sociais pela idéia de supressão e dispersão de seus integrantes, que estruturam os conflitos territoriais a partir das categorias absolutas “nosso” e “deles”.

## **IV: OS REORDENAMENTOS TERRITORIAIS DA ORLA OESTE DE MOSQUEIRO E AS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE TERRITORIAL ATRELADAS À PRÁTICA DE SEGUNDA RESIDÊNCIA**

A dinâmica de ordem/desordem do território turístico da orla oeste de Mosqueiro estabelecida a partir do conflito entre as práticas turísticas de segunda residência e excursionista conforma-se enquanto um fator de grandes transformações desse espaço turístico, uma vez estabelecida por meio da afirmação da territorialidade turística excursionista e do questionamento do domínio territorial da territorialidade de segunda residência, provocando, desse modo, um relevante reordenamento do território turístico da orla oeste e a constituição por parte da prática turística de segunda residência de estratégias visando à restrição do acesso da prática turística excursionista às praias da orla oeste de Mosqueiro.

### **4.1. Práticas turísticas e reordenamentos territoriais na orla oeste**

A supressão/dispersão de integrantes é uma realidade percebida na orla oeste de Mosqueiro pela prática turística de segunda residência, uma vez que o sensível fortalecimento da prática turística excursionista na referida orla provocou grandes mudanças tanto do ponto de vista do uso do espaço turístico, quanto do ponto de vista do controle desse espaço, que deixou de ser um território plenamente controlado pelos turistas de segunda residência para se caracterizar como um espaço de controle complexo, no qual se percebe ainda a presença e ação dos turistas de segunda residência mas também dos turistas excursionistas, construindo, assim, uma organização espacial marcada por apropriações territoriais diversas dos turistas onde dependendo do período e do subespaço em questão pode se verificar a orla oeste de Mosqueiro enquanto território de uma prática turística ou de outra.

Os reordenamentos caracterizadores desse complexo controle territorial das práticas turísticas se estabelecem a partir da debilitação do controle territorial hegemônico anteriormente exercido pela prática de segunda residência e, portanto, são percebidos pelos integrantes dessa prática como elementos constituintes de uma realidade adversa, fundamentando o discurso em torno da desordem do espaço turístico.



No entanto, a idéia de desordem além de ser compreendida em uma esfera de relatividade entre sujeito e objeto, como enfatizam Souza (1996, 1997c) e Bauman (1998), deve ser considerada enquanto discurso e estratégia de controle do espaço, cujo estabelecimento se dá mediante a maior evidência de determinadas características sócio-espaciais apresentadas como negativas.

Dessa forma, a ênfase dos turistas de segunda residência na caracterização da orla oeste de Mosqueiro como um espaço marcado pela desordem não encontra similar no discurso dos turistas excursionistas, como demonstrado no capítulo anterior, principalmente devido muitos dos aspectos negativos imputados à orla pelos segundos residentes estarem ligados ao novo ordenamento territorial promovido pelo fortalecimento das práticas turísticas excursionistas. Segundo Morin (2005) ordem e desordem são noções que precisam ser pensadas conjuntamente “[...] em sua complementaridade, sua concorrência e seu antagonismo [...]” (p. 197). No mesmo sentido, Almeida (2004) argumenta que a desordem está no interior e no exterior de qualquer fenômeno tornando possível, assim, a realização de constantes reordenamentos, isto é, a emergência de novas ordens, num incessante ordenamento e reordenamento.

Na orla oeste de Mosqueiro, os principais reordenamentos inerentes ao conflito de territorialidades entre as práticas turísticas excursionista e de segunda residência e à conseqüente dinâmica de ordem/desordem do território turístico, se materializam por meio de três planos principais: a territorialização da prática turística excursionista na orla oeste de Mosqueiro; a desterritorialização da prática turística de segunda residência; e o rearranjo territorial da prática turística de segunda residência.

#### **4.1.1. A territorialização da prática turística excursionista na orla oeste de Mosqueiro**

De acordo com o exposto em outros momentos do trabalho, as práticas excursionistas têm incidência no espaço turístico de Mosqueiro desde a emergência do uso turístico da Ilha, entre o final do século XIX e o início do século XX, no entanto, sem grande expressão territorial. Apenas diante da progressiva instalação das facilidades de acesso à Ilha, como a construção da Rodovia Augusto Meira Filho e da Ponte Sebastião de Oliveira, nas décadas de 1960-70, ocorre o fortalecimento dessa prática, reforçada nos anos 1990 com a disseminação das ‘micaretas’ e com a montagem

de palcos de show's na orla oeste; e no final dessa mesma década a partir da criação da tarifa de transporte urbano entre a sede de Belém e a Ilha de Mosqueiro, diminuindo, assim, sensivelmente, os custos da viagem à Ilha e favorecendo a incidência de turistas pertencentes a setores sociais menos abastados da Região Metropolitana de Belém sob a forma de fluxos excursionistas.

Essa prática turística, cuja natureza apresenta-se atrelada a grande concentração de pessoas, alcança uma real territorialização na orla oeste de Mosqueiro a partir de seu maior adensamento, quando essa orla passa a ser predominantemente caracterizada pelas preferências e ações dessa prática, nos momentos de sua incidência, criando-se, desse modo, o conflito de territorialidades com a prática de segunda residência, de territorialização mais antiga na citada orla. A figura 01 retrata o período de adensamento do fluxo excursionista na Ilha de Mosqueiro, em coerência com os fatores citados.

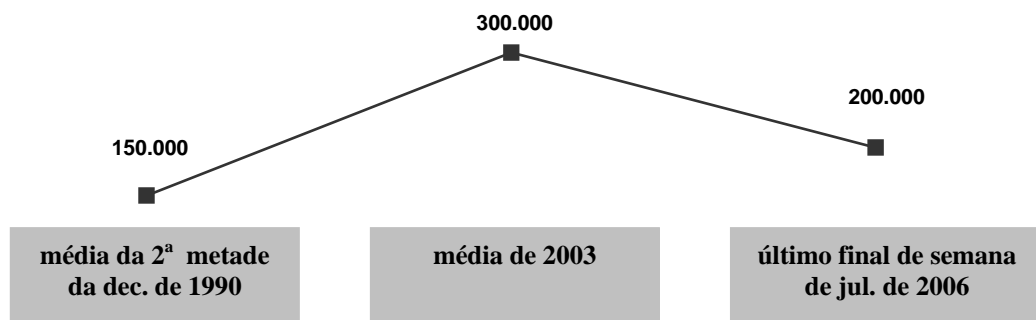


FIGURA 01 – Número de visitantes em Mosqueiro nos finais de semana de julho.  
Fonte: Agência Distrital de Mosqueiro; Polícia Militar do Estado do Pará.

A partir da década de 1990, como exposto na figura acima, o número de visitantes nos finais de semana de julho na orla oeste de Mosqueiro é fortemente ampliado, representando, especialmente, o aumento do fluxo excursionista, composição amplamente majoritária dos visitantes. O crescimento das práticas excursionistas se explica pela promoção de eventos de massa, como as micaretas, e pela conseqüente configuração da Ilha de Mosqueiro enquanto espaço plenamente adequado ao olhar coletivo do turista, de acordo com a caracterização de Urry (1996), e sua percepção dos espaços densamente ocupados como privilegiados às atividades de lazer.

Com a implementação da tarifa de transporte urbano, no ano de 1999, esse fluxo de excursionistas ganha novo impulso, motivando a constatação da média de 300 mil visitantes nos finais de semana de julho de 2006, de acordo com o exposto na figura anterior, contingente esse que se reduz em 2006, quando o último final de semana do

mês de junho contou com 200 mil visitantes. Entre os fatores que ajudam na compreensão desta redução está a limitação dos eventos movidos por trios elétricos a partir da oposição estabelecida pela elite local mosqueirense e por turistas de segunda residência, como demonstrado no segundo capítulo, resultando em uma ocorrência reduzida desses eventos em julho de 2006, segundo técnico da Belemtur (Companhia de Turismo de Belém) “[...] um trio por domingo [...] com um fluxo muito grande de participantes [...] saindo do Ariramba às 13 horas e parando pelo Porto Arthur por volta das 18 [...]” (informação verbal obtida em entrevista realizada em Mosqueiro, jul. 2006).

Além da redução do número de trios elétricos e das mudanças no trajeto desses, que antes costumavam sair da praia do Murubira chegando a praia do Farol, percorrendo, assim, o trecho mais freqüentado da orla oeste de Mosqueiro; e atualmente percorrem apenas o trecho entre as Praias do Ariramba e Porto Arthur, passando pelo Murubira; uma outra mudança na organização do espaço turístico de Mosqueiro que atua como fator redutor do número de freqüentadores, consisti no maior rigor estabelecido nas ações voltadas à garantia de segurança na Ilha por parte da Prefeitura Municipal de Belém e da Polícia Militar. De acordo com o relato do técnico da Belemtur:

Estão sendo impedidas de entrar em Mosqueiro as pessoas que não tem documento, menores desacompanhados e sem dinheiro também [...] quando se percebe que a pessoa só tem um real! Você vai fazer o que com um real no Mosqueiro? [...] Aí o Conselho Tutelar toma conta, as agentes sociais vão, organizam, coloca no veículo, leva de volta pra Belém e chama um responsável. É um trabalho muito interessante, apesar de eu considerar inconstitucional, de uma certa forma, mas é preciso, melhorou muito [...]. (informação verbal obtida em entrevista realizada em Mosqueiro, jul. 2006)

Todas essas mudanças na gestão do espaço turístico de Mosqueiro resultam em modificações relevantes no seu uso, inclusive provocando a diminuição da freqüência, e apresentam relações com o conflito entre as práticas turísticas na orla oeste da Ilha, uma vez que atuam sobre problemáticas evidenciadas nos discursos dos turistas de segunda residência enquanto estruturantes da desordem na orla: insegurança, sujeira e barulho, vistos como atrelados à prática turística excursionista, que alcançou uma forte territorialização nesse espaço nas últimas décadas.

Essa territorialização pode ser verificada ao se analisar o período em que esses turistas começaram a freqüentar a Ilha de Mosqueiro, concentrando-se em sua orla oeste, neste sentido, 83% dos turistas excursionistas entrevistados indicaram freqüentar esse espaço a um período igual ou inferior a 10 anos (trabalho de campo, jul. 2006),

como já exposto no quadro 04 do primeiro capítulo, evidenciando, assim, o recente adensamento dessa prática turística na orla oeste e sua conseqüente territorialização através da impressão de suas características e particularidades nesse espaço.

Entretanto, essa territorialização não se dá de forma contínua no tempo, estando fortemente caracterizada em determinados períodos na orla oeste de Mosqueiro e em outros com uma presença rarefeita ou até mesmo ausente. Essa dinâmica diz respeito à própria natureza do turismo, que, em geral, possui a sazonalidade como uma de suas principais marcas, no entanto, em se tratando da prática excursionista essa característica apresenta-se ainda mais marcante pela sua extrema mobilidade, criando, com isso, uma territorialização restrita a períodos muito curtos, comumente não excedendo 24 horas; e justificando o reconhecimento da constituição de um território móvel (SOUZA, 1995) a partir dessa prática na orla oeste de Mosqueiro, isto é, a constituição de um controle sobre o espaço durante um determinado período, e que se desfaz com a mudança desse.

Através do trabalho de campo realizado com turistas excursionistas na orla oeste de Mosqueiro verificou-se que 73% dos entrevistados freqüentam esse espaço somente nos finais de semana de férias, especialmente durante o mês de julho, 7% freqüentam somente nos finais de semana não condizentes com as férias escolares e os 20% restantes usufruem a orla oeste de Mosqueiro tanto nos finais de semana de férias escolares quanto em feriados e finais de semana fora daquele período (trabalho de campo, jul. 2006). Dessa forma, evidencia-se que a territorialização da prática turística excursionista na orla oeste de Mosqueiro possui uma real evidência nos finais de semana das férias escolares, com destaque ao mês de julho, quando o fluxo de excursionistas é ainda maior; demonstrando expressão bem mais reduzida em finais de semana e feriados fora do período de férias (ver fotos 18 e 19); e ausência nos demais períodos.



Foto 18: Perspectiva da praia do Farol durante o dia em um final de semana de julho.

Foto: Mira Jatene, 1999



Foto 19: Perspectiva da orla do Chapéu virado à noite durante as comemorações da passagem do ano de 2006 para 2007.

Foto: Ribeiro, 2006

A foto 18 faz referência a um domingo do mês de julho, quando ocorre o ápice da territorialização da prática turística excursionista na orla oeste, ou seja, da conformação desse espaço enquanto um território da referida prática, o que pode ser confirmado por meio da diminuição da presença de outras práticas turísticas, como a de segunda residência, devido a forte incidência dos excursionistas nesses períodos, como será mais claramente demonstrado a seguir. A territorialização dos excursionistas na orla oeste de Mosqueiro durante os finais de semana das férias passa a se configurar no sábado, durante o dia, passando pela noite, quando os bares e casas de shows da orla passam a ser os objetos de grande atração; e alcança o seu ponto máximo no domingo durante o dia (foto 18). Os feriados, como carnaval e ano novo, demonstram, apesar de em menor escala, importante incidência do fluxo excursionista (ver foto 19), evidenciando, inclusive, um intenso uso do espaço turístico à noite, como resultado dos eventos e objetos instalados na orla (trabalhos de campo, jul. e dez de 2006).

Da mesma forma que existe uma restrição temporal da territorialização dos turistas excursionistas na orla oeste, que caracteriza a constituição de um território que se faz e se desfaz em períodos determinados, um território móvel (SOUZA, 1995), existe também uma variação da incidência desses turistas no espaço dessa orla. Considerando a Ilha de Mosqueiro em sua totalidade, a orla oeste se configura como o espaço de maior concentração de turistas excursionistas, o que pode ser constatado até mesmo pela paisagem; e internamente a esse espaço, o eixo entre as praias do Murubira e do Farol, tem especial destaque, razão da configuração dessa área com objeto de estudo deste trabalho.

Contudo, mesmo considerando somente esse eixo que abrange as Praias do Murubira, Porto Arthur, Chapéu Virado e Farol são percebidas variações marcantes da territorialização da prática turística excursionista, podendo ser identificados trechos pouco ou quase nada frequentados e trechos onde ocorre grande concentração de turistas, como pode ser percebido através da análise dos dados coletados em campo a partir de entrevistas com turistas excursionistas da orla oeste de Mosqueiro, quando se questionava a respeito das praias que estes frequentavam (ver gráfico 04).

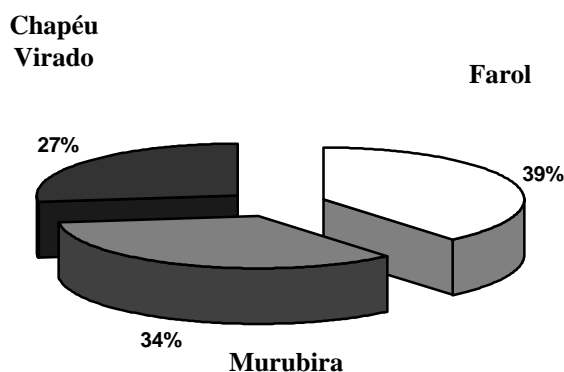


GRÁFICO 04 – Incidência dos turistas excursionistas nas praias da orla oeste de Mosqueiro, entre o eixo Murubira e Farol.

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2006.

O gráfico 04 aborda a distribuição da incidência dos turistas excursionistas internamente ao eixo Murubira – Farol, onde se dá a maior concentração desse fluxo turístico, entretanto, outras praias da orla oeste não pertencentes ao referido eixo foram citadas pelos entrevistados, apesar de que em número muito reduzido, como as praias Grande e Ariramba, e praias não integrantes da orla oeste, caso das praias do São Francisco e Paraíso. Analisando o gráfico acima se pode perceber que entre os entrevistados a praia mais freqüentada é a do Farol, que contou com 39% das referências, em seguida se tem a praia do Murubira com 34% e em menor grau se apresenta a praia do Chapéu Virado, com 27% das referências.

A concentração do fluxo turístico excursionista na orla oeste de Mosqueiro, especialmente no eixo Murubira – Farol, tem como um de seus principais fatores a concentração de objetos culturais (SANTOS, 1999) neste subespaço, de forma análoga, a variação da incidência desses turistas internamente a este subespaço tem na distribuição dos objetos geográficos um de seus principais fatores, contudo, se nota neste processo uma grande relevância tanto dos objetos culturais quanto dos objetos naturais (SANTOS, 1999). Neste sentido, a praia do Porto Arthur não foi citada por nenhum dos entrevistados, uma vez que nesta praia os objetos culturais interessantes à territorialidade dos excursionistas são mais rarefeitos, contando apenas com uma barraca, que funciona como bar e restaurante, e nenhuma casa de shows, aliado a isso, a praia apresenta uma extensão reduzida de areia (ver foto 20), com isso, a praia do Porto

Arthur acaba funcionando para a prática excursionista muito mais como espaço de passagem entre a Praia do Murubira e as Praias do Chapéu Virado e Farol.



Foto 20: Perspectiva da praia do Porto Arthur.  
Foto: Brandão, 2007

Foto 21: Casa de shows na praia do Farol.  
Ribeiro, 2006

Em contrapartida as praias do Murubira, Chapéu Virado e Farol são caracterizadas pela existência de uma grande diversidade de objetos geográficos, como abordado no capítulo 3, atraindo, assim, o fluxo de excursionistas. A praia do Murubira se destaca pela existência de muitos bares e restaurantes, enquanto a praia do Chapéu Virado conta com muitos equipamentos de lazer para prática de esportes, barracas e uma orla construída com espaço para pedestres e ciclistas; já a praia do Farol se destaca por conter uma arborização mais densa oferecendo, desse modo, refúgio da insolação, uma orla construída dispondo, da mesma forma que no Chapéu Virado, de espaços para pedestres e ciclistas, palcos de shows e quadras de esportes montadas nos períodos de férias; além de grande número de barracas e casas de shows.

Essas casas de shows (ver foto 21) desempenham papel primordial na atração dos fluxos excursionistas, como indica a fala do turista: “Eu gosto de ir pra praia do Fuxico, o Farol, por causa das festa que tem lá [...]” (trabalho de campo, jul. 2006). O reconhecimento da importância desses objetos geográficos na localização dos fluxos turísticos excursionistas reforça a compreensão do espaço enquanto um fator social (SANTOS, 1996) e esclarece o papel determinante exercido por esses objetos espaciais na conformação da territorialidade turística excursionista, uma vez que a atuação e o controle do espaço por esta prática obedece claramente a disposição dos objetos geográficos na orla oeste de Mosqueiro.

#### 4.1.2. A desterritorialização da prática turística de segunda residência

Diretamente associada a territorialização da prática turística excursionista na orla oeste de Mosqueiro e ao conseqüente conflito de territorialidades configurado em relação a esta prática, a prática turística de segunda residência passa por uma séria de modificação em sua relação com o espaço da orla oeste de Mosqueiro e, por conseguinte, em sua dinâmica territorial neste espaço. Em vista disso, entre as principais linhas dessas mudanças pode ser identificado o processo de desterritorialização dos turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro.

Haesbaert (2004b) em seu tratamento da noção de território destaca uma correspondência, ou até uma redundância, entre as terminologias ordenamento e territorialização e entre desordenamento e desterritorialização, pois ao se territorializar um determinado sujeito implementa concomitantemente um ordenamento do território de acordo com a sua natureza e interesses; e ao se desterritorializar o sujeito tem suprimida a ordem que até então estabelecia, passando a existir para este uma realidade marcada pela desordem (ou por uma ordem estranha a seus interesses).

Se territorializar é sobretudo exercer controle sobre os movimentos de pessoas, objetos ou informações – que se dão no e pelo espaço e, a partir daí, dominar e apropriar-se deste espaço, podemos dizer que formar territórios é, automaticamente, ‘ordená-los’. Assim, haveria mesmo uma certa redundância entre os termos territorialização e ordenamento. Conseqüentemente, desterritorialização e desordenamento seriam também expressões correlatas. Mas esta constituiria mais uma leitura simplista, pois podemos afirmar que, assim como não há ordem sem desordem, ordenamento sem desordenamento, também não há territorialização sem desterritorialização, ou seja, precisamos destruir ou deixar um território para construir ou ingressar em outro território. (OP. CIT., p. 04)

Sendo assim, a dialética entre ordem e desordem explicita suas interferências espaciais através do ordenamento e desordenamento de territórios (ou territorialização e desterritorialização), vistos como processos indissociáveis, como integrantes de uma mesma realidade. A desterritorialização, assim como a desordem, não se estabelece em um sentido absoluto, mas sim relacional, apresentando-se como “[...] ‘o outro lado’ da



territorialização, seu ‘outro’ dialeticamente conjugado” (HAESBAERT, 2004a, p.365). Desse modo, a desterritorialização vem sempre acompanhada de seu par dialético a reterritorialização, estabelecendo-se em uma esfera de intersubjetividade que impõe que um mesmo processo seja visto como desterritorializador e territorializador, de acordo com o sujeito em questão e com a escala geográfica a ser considerada.

Com base nos postulados de Haesbaert (2004a; 2004b) pode se reconhecer na orla oeste de Mosqueiro a partir da territorialização da prática turística excursionista uma linha de desterritorialização da prática turística de segunda residência (apenas uma linha, já que existem outras estratégias territoriais desse grupo que não condizem com a perda do controle territorial). Essa desterritorialização dos turistas de segunda residência consiste na saída desses turistas de Mosqueiro por meio da venda de seus imóveis (ver fotos 22 e 23) e na sua reterritorialização em outros espaços turísticos considerados por estes mais adequados ao desempenho de sua prática.



Fotos 22 e 23: Casas de segunda residência com placas de venda na orla oeste de Mosqueiro.  
Foto 22 e 23: Costa, 2007

As placas de venda de casas de segunda residência na orla oeste de Mosqueiro são elementos marcantes da sua paisagem e expressam o processo de desterritorialização dessa prática turística advindo, principalmente, do conflito com a territorialidade turística excursionista. Uma das expressões dessa realidade consiste, de acordo com um corretor de imóveis da Ilha de Mosqueiro, no processo de forte desvalorização pelo qual tem passado as segundas residências na orla oeste: “[...] Dez anos atrás você tinha que pagar três vezes mais pra comprar uma boa casa na orla [...] com essa popularização da ilha as pessoas não querem mais ter casa de veraneio e aí

elas vão só desvalorizando” (Trabalho de Campo, jul. 2006). Associado a essa dinâmica imobiliária foi constatado nas entrevistas com turistas de segunda residência na orla oeste uma expressiva participação de indivíduos que estão a pouco tempo nesta condição na referida orla, como demonstra o gráfico 05.

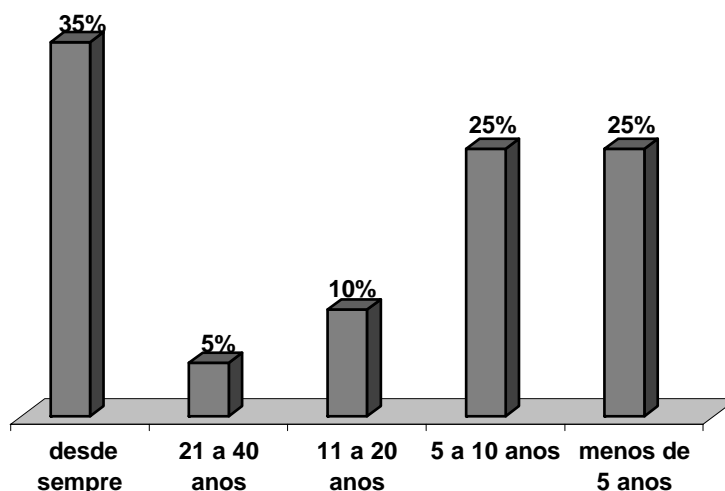


GRÁFICO 05 – Tempo de segunda residência dos turistas da orla oeste de Mosqueiro entrevistados.

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2006.

As informações contidas no gráfico x indicam que 35% dos turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro possuem o imóvel que caracteriza a prática desde que nasceram; 5% possuem a segunda residência entre 21 e 40 anos; 10% entre 20 e 11 anos e 50% possuem o imóvel a 10 anos ou menos. Dessa forma, pode-se verificar a permanência de uma parcela dos turistas de segunda residência com incidência antiga na orla oeste, mas, por outro lado, uma maior expressão (metade dos entrevistados) dos turistas que possuem segunda residência na orla oeste a tempo igual ou inferior a 10 anos, o que apresenta forte coerência com o processo de desterritorialização dessa prática turística na orla oeste.

O grande número de novos turistas de segunda residência indica a existência de um intenso movimento de saída desses turistas da orla oeste, uma vez que essa possui ocupação antiga, contando, assim, com pouquíssimos espaços sem uso efetivo, desse modo, esses novos turistas se constituem a partir da aquisição de casas de veraneio de turistas de incidência mais antiga. Neste sentido, o processo de desterritorialização dos turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro é caracterizado pela saída

desses turistas em direção a outros espaços acompanhada pela chegada de novos turistas (não se constituindo, assim, em sentido absoluto, ou seja, como a eliminação dessa prática na orla oeste), sendo que esta mobilidade, causada em grande parte pelo aprofundamento do fluxo excursionista, tem resultado numa considerável desvalorização dos imóveis de segunda residência da orla oeste, como indicam integrantes da prática turística e corretores imobiliários locais. A fala dos turistas de segunda residência da orla oeste sintetiza bem essa realidade:

Sem dúvida muitas pessoas que tem casa aqui [de veraneio] tão saindo de Mosqueiro porque Mosqueiro já deixou de ser lugar pra família descansar, passar [...] agora a marginalidade tomou conta [...]

[...] eu acho que tão saindo, mas tão chegando outros [...] até porque as casas agora tão muito barata, porque popularizou demais, né [...]  
(Trabalho de campo, jul. 2006)

Como indicam as falas dos turistas de segunda residência, a desterritorialização de integrantes dessa prática da orla oeste de Mosqueiro tem no conflito estabelecido com a prática turística excursionista, referenciada nos discursos pelos termos ‘marginalidade’ e ‘popularizou’, um de seus principais fatores, uma vez se estabelecendo uma realidade nesse espaço, segundo a perspectiva e o discurso dos turistas de segunda residência, marcada pela desordem, como discutido anteriormente. De acordo com um corretor imobiliário local a maior parte desses turistas que estão saindo de Mosqueiro estão se direcionando para as praias do município de Salinópolis, ainda no estado do Pará, ou para as praias do nordeste brasileiro (Trabalho de campo, jul. 2006).

#### **4.1.3. O rearranjo territorial da prática turística de segunda residência**

Além do seu processo de desterritorialização através da venda dos imóveis e da conseqüente saída de Mosqueiro pôde ser verificada uma outra dinâmica territorial da prática turística de segunda residência na orla oeste de Mosqueiro como resultado do conflito com a territorialidade turística excursionista e do desordenamento do controle territorial preexistente. Essa dinâmica territorial, caracterizada por um alto grau de complexidade, é marcada por três estratégias territoriais dos turistas de segunda residência, que podem ser tanto combinadas quanto efetivadas isoladamente, todas com a manutenção das casas de veraneio na orla oeste, são elas: a não utilização das

segundas residências nos períodos de grande fortalecimento do fluxo turístico excursionista; a utilização de praias na Ilha de Mosqueiro externas a orla oeste; e a relativa “enclausura” desses turistas em seus imóveis.

A primeira estratégia, manifestada através da não utilização da orla oeste de Mosqueiro nos períodos de grande fluxo excursionista, resulta, em geral, na permanência fechada dos imóveis, no seu aluguel ou no seu empréstimo, como indica a fala do turista entrevistado, “[...] o dono da casa não vêm porque é muita gente né então a gente pede emprestado e vem [...]” (Trabalho de campo, jul. 2006). Essa ação está fortemente vinculada ao período de férias, especialmente aos finais de semana desse período, momento em que a territorialização da prática excursionista está mais evidenciada; resultando num aprofundamento da natureza móvel do território turístico de segunda residência, pois conduz a um mais freqüente desfazer-refazer de território, como retratam as falas de integrantes dessa prática turística:

Pra te falar a verdade eu venho mais fora das férias, agora eu me aventurei a vim hoje porque é quinta-feira, então, tá mais tranquilo [...]

É período de férias né, geralmente o indivíduo que tem segunda residência, ele sai, ele nem vem pra Mosqueiro, por causa que realmente é muita gente [...]

Os segundas residências vêm com a família, com os netos, então, durante a semana nas férias é cheio mas não é inviável, mas sábado e domingo não dá, eu nem saio de casa [...]

(Trabalho de campo jul. 2006)

Como demonstra as falas, uma das estratégias dos turistas de segunda residência com vistas à manutenção da orla oeste de Mosqueiro enquanto espaço do turismo de segunda residência consiste na intensificação da natureza móvel de sua territorialidade, através da não incidência da sua prática em determinados períodos, como as férias, feriados prolongados (carnaval, por exemplo), e, principalmente, finais de semana de férias. Apesar das férias como um todo serem ressaltadas nos discursos como um período adverso esta conta com uma incidência marcante dos turistas de segunda residência, ficando a estratégia de não permanência em Mosqueiro, muito mais relacionada aos finais de semana de férias, como indica a fala do turista a fala do

segundo residente, já exposta acima, “[...] nas férias é cheio mas não é inviável, mas sábado e domingo não dá [...]” (Trabalho de campo jul. 2006).

A segunda estratégia dos turistas de segunda residência no âmbito desse rearranjo territorial motivado pela intensificação do fluxo de turistas excursionistas vincula-se ao deslocamento de sua prática das praias da orla oeste durante os finais de semanas para praias não pertencentes a esta orla, como a do Paraíso (ver fotos 24 e 25), no norte da ilha, onde “[...] ainda tem muita natureza [...]” e “[...] a gente pode lembrar da bucólica [...]”, como ressaltam os turistas de segunda residência (Trabalho de campo, jul. 2006). Na concepção de Knafou (1999) a necessidade de recorrer a espaços com “muita natureza” ou que sejam “bucólicos” reflete uma prática turística que se traduz pelas heranças elitistas ou pelo olhar romântico, na visão de Urry (1996), que ensejam uma forma de controle sobre o uso de determinadas localidades turísticas.



Foto 24: Perspectiva da praia do Paraíso.  
Foto: Tavares, 2005



Foto 25: Orla da praia do Paraíso após a realização de obras de infraestrutura.  
Foto: Tavares, 2005

A foto 24 evidencia a relevância dos aspectos naturais na composição da paisagem da praia do paraíso, cujo uso turístico tem crescido bastante nos últimos anos, incentivado pela atuação do Hotel Fazenda Paraíso, mas também pelo direcionamento cada vez mais intenso dos turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro para esta praia. No entanto, contraditoriamente a busca da “natureza”, do “bucolismo”, da “privacidade” o crescimento do uso turístico contribui efetivamente para modificação da paisagem local, como pode ser visto na foto 25, que evidencia o aumento dos objetos técnicos instalados na orla, facilitando a acessibilidade e debilitando a predominância dos aspectos naturais.



Dos turistas de segunda residência entrevistados na orla oeste de Mosqueiro, 75% responderam frequentar a praia do Paraíso, dessa forma, a atuação desses turistas ganha ainda mais complexidade, uma vez que os imóveis de segunda residência são mantidos na orla oeste. O deslocamento entre os referidos locais é facilitado pelo fato da quase totalidade desses turistas serem detentores de automóveis, o que não ocorre com os turistas excursionistas, que para acessarem a praia do Paraíso teriam que passar por dois deslocamentos através de ônibus, um da sede de Belém até o Bairro do Carananduba e outro deste local até a praia, aumentando, assim, o custo da viagem e o tempo gasto. Desse modo, a praia do Paraíso conta com incidência pequena de fluxos excursionista se comparados às praias da orla oeste, sendo, por isso, alternativa interessante para os turistas de segunda residência em sua busca de “estar ao lado dos iguais”.

A terceira estratégia em meio a esse rearranjo territorial da prática turística de segunda residência diz respeito a um processo de relativa enclausura, marcado pela elevação dos muros das casas de veraneio, pela instalação de grades em portas e janelas e pelo uso mais efetivo do espaço interno ao imóvel em detrimento da praia. Isso é mais fortemente evidenciado nos finais de semana de férias escolares, quando o conflito com a territorialidade turística excursionista se torna mais acirrado e muitos segundos residentes acabam não fazendo uso das praias e se recolhendo ao espaço físico de suas propriedades que, em geral, possuem piscinas e outras áreas de lazer, como pode ser percebido na foto 26, que retrata imóveis de segunda residência de construção recente na orla oeste.



Foto 26: Perspectiva aérea de imóvel de segunda residência na orla oeste.  
Foto: Secretaria Geral de Gestão e Planejamento de Belém – SEGEP, 2006.

As casas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro historicamente foram marcadas por uma interação muito evidente com a praia e, neste sentido, apresentavam muros baixos e não dispunham de equipamentos de lazer internos de maior relevância, no entanto, na atualidade pode ser percebido um processo de modificação dessa organização, comumente as construções mais recentes, como ilustra a foto 26, dispõem de muros elevados e equipamentos de lazer, como piscinas, que possibilitam um resguardo em relação à dinâmica estabelecida no restante da orla, como expressa a fala do turista de segunda residência:

[...] a gente vem pra cá sempre, final de semana, férias, nas férias geralmente é o mês todo, mas quando chega no domingo não dá pra sair [...] eu fico lendo o meu jornal, a gente faz um churrasco, os meus netos gostam mesmo é da piscina [...]”.(Trabalho de campo, jul. 2006)



Foto 27: Casas de segunda residência na orla oeste de Mosqueiro que demonstram a tendência à elevação dos muros desses imóveis.

Foto: Costa, 2007.

A tendência à valorização dos espaços internos aos imóveis e, ao mesmo tempo, à debilitação da interação com a água como reflexo do conflito de territorialidades entre as práticas turísticas na orla oeste de Mosqueiro pode ser verificada através da análise dos muros desses imóveis de segunda residência. Na foto 27 a casa a esquerda consiste numa residência antiga, que, como de costume, apresentava um muro extremamente baixo, do qual somente restaram os pilares à esquerda, uma vez que se instalaram grades bem mais elevadas sobre este. A segunda residência à direita ilustra um padrão construtivo mais recente com um muro bastante elevado e eletrificado, possibilitando a visão apenas dos altos do imóvel e representa o padrão construtivo

predominante atualmente entre as casas de segunda residência da orla oeste. Desse modo, a tendência à elevação dos muros e à valorização dos espaços internos dos imóveis pode ser verificada tanto no padrão construtivo dos imóveis recente quanto através das mudanças imputadas às antigas casas.

Sendo assim, a dinâmica conflituosa estabelecida na orla oeste de Mosqueiro a partir das divergências entre as práticas turísticas provoca rearranjos de diversos tipos na forma de apropriação e uso do espaço pelos turistas de segunda residência, inclusive com a valorização dos equipamentos internos ao imóvel, como estratégias visando a permanência no espaço turístico e evitando a desterritorialização de fato. No entanto, todos esses rearranjos funcionam muito mais como vias de resistência do que como ações espontâneas, simbolizando não uma realidade favorável, mas possibilidades de adequações a uma situação percebida por esta prática turística enquanto adversa.

#### **4.2 A pretensa criação do município de Mosqueiro e a extinção da tarifa de transporte urbano Mosqueiro – sede de Belém – Mosqueiro como estratégias de controle territorial**

Essas mudanças na relação da prática turística de segunda residência com o espaço da orla oeste, cujos reflexos territoriais, isto é, referentes ao controle do espaço, são muitos expressivos, ao resultarem da imposição de uma nova territorialidade representam a constituição de uma realidade adversa, como dito anteriormente, exposta nos discursos dos turistas de segunda residência enquanto desordenada, resultado da impressão na orla oeste de elementos estranhos a sua natureza romântica. Neste sentido, o conflito entre as territorialidades turísticas e os reordenamentos territoriais resultantes desse funcionam como impulsionadores da adoção, participação ou apoio a estratégias de controle territorial de caráter mais formal<sup>6</sup> por parte dos turistas de segunda residência.

Essas estratégias de controle territorial contam com a participação decisiva da elite local e do poder econômico local de Mosqueiro cujos interesses historicamente possuíram grande coerência com a prática turística de segunda residência, uma vez que sua prosperidade econômica apresenta um forte vínculo com a satisfação dessa prática, desse modo, a maior incidência de fluxos excursionistas, especialmente na orla oeste de

---

<sup>6</sup> Estratégias de caráter mais formal por consistirem em modificações legais cujo impacto se estende à Ilha de Mosqueiro em sua totalidade.



Mosqueiro, representa também para os poderes elitista e econômico locais a constituição de uma realidade desordenada.

Neste sentido, a busca de construção de uma nova ordem na qual a prática turística de segunda residência retome o controle territorial da orla oeste e as parcelas mais favorecidas da sociedade local encontrem as condições necessárias a sua reprodução, tanto no plano simbólico, enquanto “[...] portadores da tradição e do esclarecimento [...]” (DANIEL, 1988, p. 30), quanto no plano material enquanto detentores do maior poderio econômico local; pode ser identificada a partir de duas estratégias principais: a pretensa criação do município de Mosqueiro e a extinção da tarifa de transporte urbano sede de Belém – Mosqueiro – sede de Belém.

A proposta de criação do Município de Mosqueiro no final da década de 1990 surge dentro do contexto eleitoral desse período sendo amplamente defendida pelo poder econômico e social da elite mosqueirense, apesar do autor da proposta, o deputado César Colares, não ser “filho da terra”. O posicionamento desses poderes frente a essa proposta difere de seus posicionamentos durante a proposta similar realizada pelo então deputado estadual Nicias Ribeiro no início dessa mesma década, quando esses poderes organizaram campanhas publicitárias em favor da não emancipação no plebiscito de 1991, do qual saíram vencedores.

Ao ser indagado sobre o assunto um representante desses poderes assim descreve sua atitude frente às propostas de emancipação: “[...] o preço da passagem era um, as praias eram limpas, no momento [...] não errei. Nós só não esperávamos que o Município de Belém fosse brigar com o Estado [...] eu e vários empresários de Mosqueiro fomos buscar o César Colares” (Trabalho de campo, agosto 2004). Na primeira parte da fala o representante discorre sobre seu posicionamento contrário a primeira proposta de emancipação, e já demonstra porque era adepto da segunda proposta: “o preço da passagem é outro, as praias estão sujas”.

Os elementos destacados na fala dizem respeito ao crescimento da incidência da prática turística excursionista na orla oeste, pois até o início da década de 1990, período em que os fluxos excursionistas passam a se fortalecer, não existia a necessidade da criação do município, como demonstra a fala do representante do poder econômico e elitista local: “[...] achávamos naquela época que Mosqueiro não precisava se emancipar. Mosqueiro era pujante, o comércio era grande porque Mosqueiro era vista de outra maneira” (Trabalho de campo, agosto 2004).

A outra maneira de ver Mosqueiro faz referência ao olhar do turista de segunda residência, marcado por um discurso em defesa da natureza e do romantismo, como já abordado. O rompimento com a realidade adequada a esse olhar através da incidência crescente da prática turística excursionista, desse modo, consiste no principal motivador da posição favorável a emancipação por parte dos grupos hegemônicos locais, já que a debilitação do turismo de segunda residência resulta no enfraquecimento desses poderes locais, uma vez estando suas atividades ligadas a essa prática turística: materiais de construção, postos de gasolina, restaurantes, etc.

Dessa forma, verifica-se que a inversão do discurso, da postura e da ação dos grupos econômicos e elitistas mosqueirenses é diretamente proporcional ao objetivo último desses grupos: manter o controle territorial da prática turística de segunda residência por meio da elevação de Mosqueiro a ente da federação, ratificando a assertiva de Tavares (1992) de que os processos de fragmentação territorial, em geral, constituem uma estratégia de grupos que detendo um certo poder econômico e/ou social locais pretendem a maximização de seu controle territorial através da concretização de um poder político local que possam influenciar ou mesmo controlar.

Contudo, o trâmite da proposta de criação do Município de Mosqueiro encontra-se parado na Assembléia Legislativa do Estado do Pará esperando a regulamentação da Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996, promulgada pelo Congresso Nacional, que exige o estabelecimento de uma lei federal complementar que defina o período de trâmite em que esses processos podem ser movidos.

Outra estratégia relacionada à busca de restabelecimento do controle territorial da orla oeste de Mosqueiro por parte dos turistas de segunda residência em associação aos grupos hegemônicos locais consistiu na extinção em 2006 da tarifa de transporte urbano entre a sede de Belém e a Ilha de Mosqueiro, que havia sido criada em 1999 pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) e consistia na instalação do funcionamento de vários ônibus entre a sede de Belém e a Ilha de Mosqueiro cobrando tarifa semelhante à utilizada internamente à região metropolitana de Belém, uma vez que a Ilha de Mosqueiro compõe não só essa região mas o próprio município de Belém. No entanto, a tarifa que já existia, condizente com a de tipo inter-municipal, continuou existindo, desse modo, não ocorreu a substituição da tarifa inter-municipal pela urbana, mas o acréscimo da segunda passando a funcionar as duas modalidades, com preços diferenciados, como exposto no primeiro capítulo.

Entretanto, as facilidades de acesso proporcionadas aos grupos sociais economicamente menos favorecidos pela implementação da tarifa de transporte urbano

(ver fotos 28 e 29) acarretaram um crescimento substancial do fluxo de turistas excursionistas para a Ilha de Mosqueiro acirrando os conflitos de territorialidades entre esta prática e a prática de segunda residência, tendo, conseqüentemente, reflexos relevantes sobre as atividades econômicas dos grupos hegemônicos locais, que estão assentadas primordialmente no fluxo de segunda residência.



Fotos 28 e 29: Concentração de pessoas, principalmente turistas excursionistas, no bairro de São Braz, na sede de Belém, aguardando em fila a oportunidade de ir a Mosqueiro pagando tarifa urbana.

Fotos: Ribeiro, 2006

A foto 28, com uma perspectiva a partir da Avenida Almirante Barroso, e a foto 29, com uma perspectiva a partir da Praça do Operário, demonstram durante o mês de julho o ponto de chegada e saída da linha de transporte coletivo, com tarifa urbana, sede de Belém – Mosqueiro – sede de Belém, onde podem ser percebidas a grande concentração de pessoas e a insuficiência da cobertura com assentos, uma vez que a fila em muito ultrapassa essa instalação. Apesar do reforço da frota, que contava com 35 veículos no último sábado do mês de julho de 2006, esta se apresenta quase sempre insuficiente para atender a elevada demanda, causando longas esperas e desconfortos, antes, como pode ser constatado pela extensão da fila, e durante a viagem, devido à elevada lotação.

Desde a sua implementação essa linha de ônibus foi alvo de duras pressões por parte da elite e poder econômico de Mosqueiro, dos turistas de segunda residência e também por parte do empresariado do ramo de transportes, os dois primeiros grupos visando frear o fluxo excursionista e o terceiro pretendendo a elevação de seus lucros, mas ambos reivindicando o aumento da tarifa, o que corresponderia à extinção da tarifa urbana para este itinerário já que o preço passaria a ser diferenciado do vigorado no

restante da região metropolitana de Belém. Abordando essa problemática a partir dos grupos hegemônicos de Mosqueiro e sua vinculação ao turismo de segunda residência

Campbell (2000, p. 7) argumenta que:

A principal [reclamação dos comerciantes de Mosqueiro] diz respeito à popularização da Ilha. Isso porque depois que a passagem de ônibus para Mosqueiro passou a custar R\$ 0,70, a classe social menos favorecida passou a ter acesso ao balneário. Com o afastamento da classe mais favorecida, o consumo despencou em hotéis, bares e restaurantes. Quem tem negócio na bucólica não pára de reclamar do faturamento mingado.

Sendo assim, como expressa Campbell (OP. CIT.), a oposição feita pelos grupos hegemônicos mosqueirenses à tarifa urbana se deve ao seu reflexo sobre a prática turística de segunda residência, ‘a classe mais favorecida’, ao ter proporcionado uma grande elevação do fluxo de turistas excursionistas, ‘classe menos favorecida’. Desse modo, o conflito de territorialidades estabelecido entre turistas excursionistas e turistas de segunda residência, especialmente na orla oeste de Mosqueiro, consiste num fator fundamental a compreensão das polêmicas em torno da tarifa de transporte urbano no itinerário em questão. A quase totalidade dos turistas de segunda residência evidencia em seus discursos uma relação direta entre o aumento do fluxo excursionista, a tarifa urbana e os principais problemas da orla oeste, como demonstram as falas desses turistas:

Essa conversa de meia passage atrai muito marginal, muito pivete, tanto é que os roubos constantes aqui, ta certo que em todo lugar tem roubo, mas os roubos constantes aqui é nas férias [...]

[...] o problema são os sazonais, às vezes vem de manhã volta de tarde. Às vezes o ônibus pára aí na frente, desse aquele bando de pivete [...]

(Trabalho de campo, jul. 2006)

Desse modo, na perspectiva da prática turística de segunda residência uma das principais ações com vistas à redução do fluxo excursionista deve ser despendida no sentido da extinção da tarifa de transporte urbano para Mosqueiro, contudo, o impacto negativo desta ação não ocorreria somente sobre os turistas excursionistas, mas também sobre a população local, pois a instalação dessa tarifa em 1999 foi uma resposta da Prefeitura Municipal de Belém a reivindicação dos próprios moradores da Ilha, interessados em facilitar seu acesso à sede de Belém (CAMPBELL, 2000).

Visando não contradizer o interesse da população de Mosqueiro que necessita se deslocar diariamente à sede de Belém e, ao mesmo tempo, frear o fluxo de turistas excursionistas para a Ilha, os poderes econômico e elitista locais propuseram a existência dessa tarifa somente nos dias da semana, atendendo, assim, aos interesses dos moradores, e a sua extinção aos finais de semana, quando o preço passaria a ser o dobro, freando, dessa forma, o fluxo excursionista, porém essa proposta nunca foi aceita, uma vez que evidenciava uma clara intenção de restrição ao direito de ir e vir de determinados grupos.

Entretanto, no segundo semestre de 2006 a Prefeitura Municipal de Belém promoveu a extinção da tarifa de transporte urbano no itinerário sede de Belém – Ilha de Mosqueiro – sede de Belém, como resultado da confluência de interesses, especialmente, do empresariado de transportes, representado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Belém (SETRANS-BEL), promovendo aumento em torno de 100% na tarifa. Uma vez que a Lei Orgânica do Município garante a existência de uma única tarifa em todo o Município de Belém, do qual a Ilha de Mosqueiro faz parte na condição de Distrito Administrativo, assim como todas as demais áreas municipais, já que o território municipal encontra-se, em sua totalidade, organizado em distritos; a referida medida, diretamente relacionada ao conflito de territorialidades turísticas na orla oeste de Mosqueiro e de grande impacto na acessibilidade dos grupos menos favorecidos da Região Metropolitana de Belém à Ilha, está sendo contestada pelo Ministério Público.

#### **4.3. Os rebatimentos do conflito entre as territorialidades turísticas sobre o espaço público das praias da orla oeste de Mosqueiro**

A dinâmica de relações de poder estabelecida na orla oeste da Ilha de Mosqueiro por meio da busca de domínio e controle desse espaço, conformada na constituição de territórios por parte das próprias práticas turísticas, como é o caso dos excursionistas e dos segundos residentes, e por agentes diretamente ligados ao turismo, como comerciantes e outros prestadores de serviços; cria a necessidade de uma reflexão mais atenta acerca da funcionalidade dessa orla enquanto espaço público. As restrições ao usufruto do espaço apresentam-se marcadamente contraditórias se a este for atribuída a qualidade de público, pois, “fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, *shopping*, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos a

possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”, como enfatiza Gomes (2002, p. 162).

A dimensão física demonstra, nesse caso, sua relevância a compreensão da realidade social, uma vez que, em grande medida, os elementos mobilizados à construção dos territórios na referida orla vinculam-se aos trunfos espaciais (SOUZA, 1995) nela encontrados, tanto os inerentes ao espaço físico como: a areia da praia, a vegetação, quanto os socialmente produzidos como: arenas de esportes, palcos de show's, calçadas, casas de veraneio, constituindo-se, assim, bases fundamentais aos discursos do “bucólico” e do “fazer parte de uma multidão”, o primeiro mais diretamente ligado aos turistas de segunda residência e a elite e aos poderes hegemônicos locais a eles associados; e o segundo mais identificado aos excursionistas.

A orla oeste da Ilha de Mosqueiro possui no conflito entre essas territorialidades uma de suas marcas mais fundamentais, muitas vezes se manifestando em tentativas de restrição do acesso a determinados grupos, o que pode ser constatado nas estratégias da elite e poder econômico locais e segundos residentes com vistas à restrição do fluxo excursionista à ilha. De acordo com Bauman (2001, p. 126) o esforço de afastar o outro, o diferente, evitando, desse modo, a necessidade de comunicação, de negociação, de compromisso mútuo, se apresenta coerentemente com a preocupação contemporânea obsessiva com a poluição e a purificação, com a “tendência de identificar o perigo para a segurança corporal com a invasão de ‘corpos estranhos’ e de identificar a segurança não ameaçada com a pureza” (OP. CIT).

Neste sentido, torna-se comum a recorrência no discurso do “bucólico” à analogia entre os fluxos excursionistas e a violência, o barulho e a sujeira, como demonstrado anteriormente. Esses elementos são identificados como inerentes a essa prática turística, que possuiria, assim, uma natureza devassadora, responsável pelo desordenamento do espaço turístico. Nos discursos dos turistas de segunda residência a sua própria atuação é sempre atrelada à valorização da natureza e da tranquilidade, não sendo reconhecida, por exemplo, a contribuição de sua prática na poluição sonora da orla oeste através dos sons instalados em automóveis. Como isso, busca-se formatar nesses discursos dois pólos opostos: um representante da desordem e promotor de malefícios ao espaço turístico e outro representante da ordem e dos bons costumes e gerador de benefícios a orla oeste de Mosqueiro.

O conflito dessa forma estabelecido e as decorrentes estratégias de restrição de acesso e uso à orla oeste vão de encontro à caracterização de um espaço público

enquanto o lugar do discurso público, pois, para tanto, a co-presença de indivíduos, de diferentes, é primordial, uma vez sendo o único meio de estabelecer o confronto de razões e a realização do debate. Na visão de Gomes (2002, p. 160) a comunicação entre os diferentes é possível através da intersubjetividade, isto é, do domínio de interlocução que garante o sucesso da comunicabilidade, sendo assim, “o espaço público é simultaneamente o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos” (OP. CIT.).

Segundo Bauman (2001, p. 122) a capacidade de interagir, de debater com estranhos sem utilizar essa estranheza contra eles ou atuar no sentido de eliminar características da sua estranheza é o principal qualificativo da civilidade. A renúncia a esses preceitos é vista pelo autor como uma patologia do espaço público, que terá reflexos no campo da política, entre outras coisas, por meio da decadência do princípio do diálogo e da negociação. Neste sentido, Gomes (2002, p. 164) assim se pronuncia a respeito do espaço público:

[...] um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados. Por outro lado, ele é uma arena onde há debates e diálogo; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social. [...] Por meio desses lugares de encontro e comunicação, produz-se uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população.

A orla oeste de Mosqueiro por condensar uma grande diversidade social, tanto no que se refere às práticas turísticas quanto aos grupos sociais locais, pode se estabelecer enquanto um espaço público na forma proposta por Gomes (OP. CIT.), mas para isso, essa diversidade deve ser incentivada e não restringida, como acena o próprio Plano Diretor Urbano do Município de Belém (PMB, 1993) ao caracterizar a Ilha de Mosqueiro como espaço de lazer e recreação da população belenense de média renda e a Ilha de Outeiro como destinada à população de baixa renda, segundo o já exposto no segundo capítulo.

A implementação de restrições de uso dessa orla a determinados grupos sociais impossibilita o encontro com o outro, com o diferente e, dessa forma, aproxima o espaço da orla oeste mosqueirense da conceituação de espaço público mas não civil. Segundo Bauman (2001, p.191) esse tipo de espaço público inspira o respeito e a ação, consubstanciando, assim, a “[...] tarefa de enfrentar a chance de encontrar estranhos

[...]”, enquanto que os espaços públicos e civis reforçam a permanência e a interação. Nesse sentido, a instauração da tarifa urbana possuiu grande relevância.

A inauguração do encontro com o outro na orla oeste de Mosqueiro por meio da facilitação do acesso aos grupos sociais de menor poder aquisitivo da sede municipal com a instauração da tarifa urbana, impôs a essa área um debate novo sobre o seu uso turístico, funcionando, desse modo, enquanto um reforço da natureza pública desse espaço. Dito isso, a extinção dessa tarifa urbana, cujo fim explicitamente consiste em restringir o acesso às praias da orla oeste de Mosqueiro por parte dos fluxos excursionistas, especialmente, a ampla parcela de baixa renda que o compõe, possui uma natureza oposta a condição pública desse espaço.

Desse modo, o que se observa nessa orla, fundamentalmente, por parte dos segundos residentes é a incessante busca da redução das chances de encontrar com o estranho, isso porque como aponta Arendt (1987, p. 50), enquanto membros de uma sociedade esses turistas esperam: [...] de cada um de seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a <normalizar> os seus membros, a fazê-los <comportarem-se>, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada”.

Essa recusa de interação com o diferente debilita sensivelmente a natureza da orla oeste de Mosqueiro enquanto espaço público, pois, como destaca Arendt (1987, p. 67), “ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública [...]”. Segundo Gomes (2002, p. 159) os espaços públicos, como a orla oeste de Mosqueiro, encarnando todas as disputas territoriais e conflitos de interesses, são condições espaciais importantíssimas e absolutamente necessárias ao ideal de liberdade, de igualdade e de um regime político que pretenda estabelecer um valor isonômico entre as pessoas, sendo, desse modo, condição e meio para o exercício da cidadania.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A orla oeste da Ilha de Mosqueiro, por conta de fatores como a densidade de objetos técnicos, as qualidades naturais do espaço, a proximidade e as facilidades de acesso, constitui-se no principal espaço turístico da região metropolitana de Belém, tendo, desse modo, uma relevância muito grande na oferta das condições para a realização das práticas de lazer dos grupos sociais pertencentes a essa região. Apesar das facilidades de acesso contribuírem no fortalecimento da natureza pública das praias que conformam esta orla, atuando no sentido de promover o encontro entre os diferentes e, como consequência, favorecer o diálogo e a negociação entre os diversos grupos sociais; também fomentam os conflitos entre grupos sociais pelo uso e apropriação do espaço turístico.

A quase totalidade dos turistas entrevistados na orla oeste da Ilha de Mosqueiro tinha a sede de Belém como origem, o que ratifica a caracterização da prática desses grupos sociais na orla oeste como turísticas, uma vez que o lazer consiste no objetivo primordial, que somente é alcançado, neste caso, através da realização da viagem, acarretando a saída do espaço da vivência cotidiana e a entrada em um espaço diferenciado, um outro lugar, tendo sempre a intenção de retorno. Diante disso, o espaço de incidência dessas práticas encarna as suas características e as suas demandas, constituindo, com isso, um sistema de objetos (SANTOS, 1999) com grande adequação a essas ações.

Contudo as práticas turísticas não possuem uma composição homogênea, ao contrário, possuem na diversidade social uma de suas principais características, da mesma forma, as expectativas em relação ao espaço turístico são dotadas de grande variabilidade, ocasionando, assim, visões e posturas divergentes e criando conflitos sociais de forte rebatimento territorial, uma vez que expressam a busca de controle do espaço e a sua ordenação adequada a anseios particulares. Desde os primórdios do uso turístico da orla oeste as práticas propriamente turísticas sempre tiveram um grande poder sobre o espaço, mesmo porque a qualificação desse enquanto turístico não se deveu a ações estatais ou mercadológicas, mas sim a incidência de turistas no local, ou seja, os turistas criaram o espaço turístico, o que acaba por estabelecer uma grande coerência entre a orla oeste de Mosqueiro e os postulados de Knafou (1999) sobre o território turístico – um espaço turístico criado pela ação dos próprios turistas e sobre o qual estes exercem forte controle.

Esse controle era exercido principalmente pela prática turística de segunda residência, que além de possuir a presença mais antiga na orla oeste de Mosqueiro entre as práticas turísticas, também consiste na mais consolidada, inclusive alcançando a formação de poderes econômicos e sociais locais diretamente ligados a sua atuação e que, por conta disso, compartilham os mesmos valores e interesses. Entretanto, a implementação das facilidades de acesso à Ilha ocasionou, em última análise, um grande fortalecimento de outras práticas turísticas na orla oeste de Mosqueiro, principalmente da prática turística excursionista, criando uma dinâmica conflituosa entre essas práticas na orla oeste e ocasionando, por suas intervenções e estratégias de cunho territorial, a caracterização dessas práticas como territorialidades turísticas.

O principal elemento que caracteriza a natureza das territorialidades turísticas excursionista e de segunda residência na orla oeste de Mosqueiro é a fluidez, pois ambas se territorializam ciclicamente nessa localidade em decorrência de sua busca por lazer. Entretanto a territorialidade dos turistas de segunda residência é mais estável, por se delinear numa periodicidade maior e com uma materialidade mais fixa ao território que a territorialidade das práticas excursionistas, muito mais fugaz dada sua flutuação populacional ser diária. As divergências de renda e meios de deslocamento também são marcantes na diferenciação dessas duas práticas turísticas, enquanto os turistas de segunda residência, em sua maioria, possuem rendas elevadas e utilizam primordialmente o automóvel em seu deslocamento à Ilha de Mosqueiro, os turistas excursionistas possuem em sua composição uma participação considerável de grupos sociais de renda bastante reduzida e se utilizam, na sua grande maioria, do ônibus coletivo de tarifa mais baixa, que antes consistia na tarifa de transporte urbano.

Os elementos mobilizados à construção dessas duas territorialidades estabelecidas na orla oeste de Mosqueiro vinculam-se aos trunfos espaciais (SOUZA, 1995) dessa localidade, tanto os inerentes ao espaço físico (areia, vegetação) quanto os socialmente construídos (arenas de esportes, palcos de show's, imóveis de segunda residência), base para os discursos do “bucólico” e do “farofeiro”, o primeiro fazendo referência à prática de segunda residência e o segundo à prática excursionista. Esses discursos estão diretamente associados ao que Urry (1996) denomina de olhares diferenciados dos turistas, reconhecendo dois grandes vetores – o olhar romântico e o olhar coletivo, que consistiriam em representações diferenciadas do espaço turístico em consonância com a natureza de cada prática.

Neste sentido, os turistas de segunda residência possuem forte vinculação ao olhar romântico, uma vez que promovem em seus discursos uma valorização da natureza, da privacidade e da tranquilidade, enquanto os turistas excursionistas estão mais relacionados ao olhar coletivo, já que evidenciam em geral a valorização da concentração de pessoas e do movimento. Esses discursos fortalecem a separação do diferente, do outro a partir da determinação do olhar dos turistas dessas duas territorialidades sobre suas práticas e intervenções territoriais e constitui-se como a principal estratégia de construção territorial dessas, além de delimitar a relação de ordem e desordem entre as territorialidades turísticas.

Contudo, as estratégias de controle territorial dos turistas excursionistas ocorrem mais especificamente a partir da incidência dessa prática na orla oeste e da impressão da sua natureza no espaço turístico do que através da busca de oposição a prática de segunda residência, o que explica o fato da maioria dos turistas excursionistas entrevistados na orla oeste de Mosqueiro não reconhecer o conflito de territorialidades entre sua prática e a de segunda residência. Por outro lado, às representações diferenciadas do espaço entre turistas de segunda residência e turistas excursionistas são conferidos, no discurso dos primeiros e também no discurso dos poderes econômicos e sociais locais, valores diferenciados: o bucolismo dos turistas de segunda residência é enfatizado como promotor de grandes benefícios ao espaço turístico enquanto o olhar coletivo do excursionista, associado à figura do “farofeiro”, é caracterizado como um agente poluidor, um agente da desordem.

Sendo assim, existe nos discursos dos turistas de segunda residência a intencionalidade na oposição aos turistas excursionistas e a percepção do conflito de territorialidades, como demonstraram as entrevistas realizadas, materializada na busca de caracterização da prática excursionista como estranha à orla oeste e como promotora da desordem do espaço turístico, num sentido absoluto. Como enfatiza Bauman (1998) o estranho consiste num agente perturbador de uma dada ordem, num elemento que não se enquadra nas normas e costumes de um certo grupo social, ou seja, a estranheza somente se configura em relação a algo, se estabelece sempre em uma esfera de relatividade e não em sentido absoluto.

Desse modo, na orla oeste de Mosqueiro a estranheza da prática turística excursionista somente se materializa diante da ordem preestabelecida pela prática turística de segunda residência e a desordem que ela representa se refere ao questionamento da organização territorial estabelecida pelos turistas de segunda

residência, pois ordem e desordem, como enfatiza Souza (1997c), se estabelecem em esferas de relatividade: a ordem para um determinado grupo pode consistir na desordem para o outro e vice-versa. Nos discursos dos turistas de segunda residência a intencionalidade da equiparação entre a prática excursionista e a desordem da orla oeste (num sentido absoluto) perpassa pela valorização de três elementos principais: barulho, insegurança e sujeira. Estes elementos evidenciados como fortemente negativos são ressaltados como presentes na orla oeste a partir da atuação das práticas excursionistas.

Sendo assim, a dinâmica de ordem/desordem do território turístico da orla oeste de Mosqueiro é fruto do conflito de territorialidades entre as práticas turísticas com vistas ao maior controle do espaço e à implementação de um ordenamento territorial mais adequado à natureza de sua respectiva prática. Uma vez que a prática turística de segunda residência detinha um controle muito mais efetivo desse espaço, o estabelecimento dessa dinâmica de ordem/desordem representa um recuo considerável de seu domínio territorial, por outro lado, para a prática excursionista a mesma realidade representa um avanço no seu acesso ao lazer, mesmo porque a representação dessa última prática possui afinidade com espaços de concentração populacional, enquanto a primeira está mais relacionada à privacidade.

A ordem/desordem do território turístico da orla oeste de Mosqueiro como fruto do conflito de territorialidades entre as práticas turísticas excursionista e de segunda residência está diretamente atrelada aos reordenamentos territoriais dessas práticas na referida orla. Esses reordenamentos se materializam por meio de três planos principais: a territorialização da prática turística excursionista na orla oeste de Mosqueiro – representada pelo fortalecimento da incidência desse fluxo turístico; a desterritorialização da prática turística de segunda residência – evidenciada a partir da saída de turistas de segunda residência da orla oeste de Mosqueiro através da venda dos imóveis.

E, por fim, o rearranjo territorial da prática turística de segunda residência – materializado a partir de algumas estratégias que resultam na permanência desses turistas e de seus imóveis na orla oeste, porém através de modificações importantes no uso do espaço turístico, como o uso durante os momentos de grande incidência de fluxos excursionistas de praias em Mosqueiro menos acessíveis a esses, como a praia do Paraíso, a não permanência em Mosqueiro durante o período de grande densidade de turistas, e a valorização dos espaços internos às segundas residências, acompanhada de uma menor interação com a praia. Esse rearranjo territorial da prática turística de segunda residência promove uma intensificação da natureza móvel (SOUZA, 1995) do

território turístico uma vez que aumenta o seu desfazer e refazer, pois os períodos de permanência no espaço turístico se tornam menos contínuos diante da opção de muitos desses turistas em se ausentar da orla oeste nos períodos de fortalecimento do fluxo excursionista, especialmente finais de semana de férias escolares.

Esses reordenamentos territoriais e a dinâmica de ordem/desordem entre as territorialidades turísticas na orla oeste, uma vez representando a redução do controle territorial da prática turística de segunda residência, têm favorecido a adoção de estratégias por parte desses turistas e dos grupos locais a estes associados no sentido da retomada do efetivo controle territorial, através de estratégias que, em última análise, visam a restrição do acesso dos turistas excursionistas. Entre essas estratégias podem ser destacadas a proposta de criação do município de Mosqueiro, no final da década de 1990, e a extinção da tarifa de transporte urbano sede de Belém – Mosqueiro – sede de Belém. Essas ações se mostram extremamente contraditórias a natureza pública das praias da orla oeste, atuando no sentido de restringir o encontro entre os diferentes e, como consequência, estabelecendo obstáculos ao diálogo e à negociação entre os diversos grupos sociais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. da C. de. “Mapa inacabado da complexidade” In: SILVA, A. A. D. da; GALENO, A. (Orgs.). *Geografia - ciência do complexus: ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

AMANAJÁS, W. *Mosqueiro*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1976.

ANDRADE, J. V. de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

ARRILLAGA, J. I. de. *Introdução ao estudo do turismo*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

ASSIS, L. F. de. A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá – PE. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 2000, Joinville. *Anais...* Joinville, 2000.

\_\_\_\_\_. “Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica” In: *Revista Território*. Ano VII, nº 11, 12 e 13 - set./out., 2003.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BRANDÃO, E. J. C. “Será que roubaram os encantos de Mosqueiro?” In *O Liberal*. 25 jul. 1999, p. 05.

BRUHNS, H. T. “Turismo e lazer: viajando com personagens” In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

CAMPBELL, U. “Mosqueiro quer os turistas de volta” In *O Liberal, Painel* p. 07. Belém, 03 dez. 2000.

CARDOSO, M. da P. A. *Ilha do Mosqueiro: cenário de lutas amazônidas na trilha de sua sobrevivência*. Belém: UFPA, CSE. Curso de Serviço Social, 2000.

CLAVAL, P. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. “O território na transição da pós-modernidade” In: *Revista Geographia..* Niterói, ano 1, n. 2, 1999.

CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

COSTA, M. A. F. *O natural e o humano na trilha do ecoturismo: apontamentos sobre a Ilha de Mosqueiro, Belém/PA*. Belém: UFPA/DEGEO, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (mimeo)

CRUZ, R. de C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002.

DANIEL, C. “Poder local no Brasil urbano” In: *Espaço e debates*. São Paulo: NERU, n. 24, 1988.

DANTAS, A. B.; BRANDÃO, E. J. C. *Encantos e encantamentos em uma ilha do rio-mar*. Belém, 2004.

DE LA TORRE, Ó. *El turismo – fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

FERREIRA, A. B. de H. *Miniaurélio Século XXI Escolar*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIGUEIREDO, S. L. “Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia?” In: \_\_\_\_\_ (Org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: NAEA – UFPA, 1999.

GOMES, P. C. da C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

HAESBAERT, Rogério *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004a.

\_\_\_\_\_. “Ordenamento territorial” In: *Oficina para uma política nacional de ordenamento territorial*. Brasília: MMI, 2004b.

HOBBSBAWN, E. *A era do capital*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KNAFOU, R. “Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo” In: Rodrigues, A. B. (Org.) *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

KOZEL, S. “As representações no geográfico” In: MENDONÇA, F; KOZEL, S. (Orgs.) *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004.

LAGE, B.; MILONE, P. C. *Economia do turismo*. Campinas: Papirus, 1991.

LEONY, A. “Circuito do diamante: uma abordagem do ecoturismo na Bahia” In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997.



LUCHIARI, M. T. D. P. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999. Tese de Doutorado. (mimeo)

MEIRA FILHO, A. *Mosqueiro: ilhas e vilas*. Belém: Grafisa, 1978.

MESQUITA, Z. *Antenas, redes e raízes da territorialidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. Tese de Doutorado. (mimeo)

MINAYO, M. C. de S. “Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social” In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Projeto Orla: Plano de gestão integrada do projeto orla do município de Belém*. 2007.

MOESCH, M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: contexto, 2000.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Introducción al turismo*. Madrid: OMT, 1998.

OURIQUES, H. R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Alínea, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB. *Plano Diretor Urbano do Município de Belém*. Belém: PMB, 1993.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, M. A. “Prostituição de rua e turismo em Copacabana: a Avenida Atlântica e a procura do prazer” In: RIBEIRO, M. A. (Org.) *Território e prostituição na metrópole carioca*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

RIBEIRO, W. de O. *Ilha de Mosqueiro: sobre autonomia político-administrativa e desenvolvimento sócio-espacial*. Belém: UFPA/DEGEO, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (mimeo)

RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. “Abordagem geográfica do espaço do turismo” In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998.

\_\_\_\_\_. “Desafios para os estudiosos do turismo” In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. *Por uma geografia nova*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção*. 3ed. São Paulo Hucitec, 1999.

“SEGURANÇA é o principal problema a ser resolvido no carnaval da Ilha” In *O Liberal*. Cartaz, p. 8, 31 de jan. 2002.

SOUZA, M. L. de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

\_\_\_\_\_. “As drogas e a “questão urbana” no Brasil: a dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos” In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

\_\_\_\_\_. “Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social” In: *Revista Território*, ano II, n° 3, jul./dez. 1997a.

\_\_\_\_\_. “Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?” In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: HUCITEC, 1997b.

\_\_\_\_\_. “A expulsão do paraíso: o ‘paradigma da complexidade’ e o desenvolvimento sócio-espacial” In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997c.

TAVARES, M. G. da C. *O município no Pará: a dinâmica territorial municipal de São João do Araguaia – PA*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG, 1992. Dissertação de Mestrado. (mimeo)

\_\_\_\_\_. “Redes de infra-estrutura, turismo e desenvolvimento sócio-espacial na Ilha de Mosqueiro, Pará”. In: *SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS*, 2003, Belém. *Anais*. Belém, 2003.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo / Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

TULIK, O. “Residências secundárias no Estado de São Paulo: identificação de centros emissores de demanda” In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs.). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/ SESC, 1996.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)